**VALTUIR MOREIRA DA SILVA**

# TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA:

## EXPERIÊNCIAS DA RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO – 1970-80

**MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**2001**

**VALTUIR MOREIRA DA SILVA**

# TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA:

## EXPERIÊNCIAS DA RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO – 1970-80

**VALTUIR MOREIRA DA SILVA**

**Orientador: Prof. Dr. Élio Garcia Duarte**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociedades Agrárias como requisito parcial para obtenção do Grau Mestre em História das Sociedades Agrárias, curso de pós-graduação em História.**

**GOIÂNIA**

**2001**

# TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA:

## EXPERIÊNCIAS DA RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO – 1970-80

**VALTUIR MOREIRA DA SILVA**

Dissertação defendida e aprovada em 25 de maio de 2001, pela Banca Examinadora constituída pelos professores.

_____
Élio Garcia Duarte (UFG)
Doutor em História Social

_____
Cléria Botelho da Costa (UNB)
Doutora em História Social

_____
Barsanufo Gomide (UFG)
Doutor em História Social

Dedico este trabalho aos vários trabalhadores deste país, que foram excluídos de sua própria história.

Gostaria de dedicar esta pesquisa à minha esposa Márcia e para nossa filha Déborah, bem como para meus pais: Amador e Edi que sempre souberam compreender a minha vontade acadêmica. E a toda família.

A consolidação desta pesquisa se deve a homens, mulheres e instituições. Por isso, gostaria de agradecer:

de um modo especial ao Prof. Dr. Élio Garcia Duarte que soube ser colega e amigo durante a pesquisa, sendo paciente e colaborador.

à Capes, que proporcinou-me uma bolsa de estudo para que pudesse desenvolver meu trabalho com mais tranqüilidade.

aos colegas professores Emerson, Guido que fizeram a digitalização das imagens do trabalho e a profa. Sebastiana Aparecida que ajudou na correção gramatical do mesmo.

ao Prof. Dr. Jadir Morais Pessoa, amigo e itapuranguense, pela contribuição valiosíssima no Exame de Qualificação.

à direção do Stri, da Apsi, da Diocese de Goiás e da Agenciarural pelos documentos fornecidos.

a todas as pessoas que colaboraram direta e indiretamente para a realização desta pesquisa.

à direção da UEG-Itapuranga que soube compreender as ausências e faltas durante a realização deste trabalho.

à coordenação e secretaria do Mestrado em Sociedades Agrárias e aos professores deste programa.

## Lista de Siglas

AIS – Ações Integradas de Saúde.

APSI – Associação Popular de Saúde de Itapuranga.

CEME – Conselho Estadual de Medicamentos.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

CIMS - Comissão Interinstitucional de Saúde.

CIS – Conselho Interinstitucional de Saúde.

COMIL – Cooperativa mista dos trabalhadores rurais de Itapuranga

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

FETAEG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura.

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás.

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

OSEGO – Organização de Saúde do Estado de Goiás.

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRONAF – Programa de fortalecimento da agricultura familiar.

PT – Partidos dos Trabalhadores

SRT – Sindicato dos trabalhadores Rurais.

STRI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.

## LISTA DE FIGURAS

Figura I – foto dos trabalhadores em reunião com D. Fernando
Figura II – foto dos trabalhadores com representantes do governo estadual.
Figura III – números de associados ao Stri – 1972-2000
Figura IV – relação de indiciados na ocupação da prefeitura de Itapuranga

## LISTA DE TABELAS

Tabela I – estrutura fundiária de Itapuranga – 1986
Tabela II – estabelecimentos rurais em Itapuranga - 1986

# S U M Á R I O

I – Introdução ..... 12

CAPÍTULO I

DE QUEM ESTAMOS FALANDO

1. O trabalhador rural como sujeito histórico..... 24
2. Institucionalizar é preciso?..... 33
3. Construindo o campo teórico-metodológico..... 39
4. Debates sobre o trabalhador rural em Goiás..... 45
5. Trabalhadores rurais e o capitalismo..... 50
6. Trabalhadores rurais: o que pensam sobre eles..... 58

CAPÍTULO II

**O INÍCIO DO CONFLITO: ORGANIZAR PARA NA TERRA PERMANECER**

1. As primeiras evidências da resistência..... 67
2. Fazenda Maria Alves: o início das experiências..... 72
3. Os posseiros vão à luta..... 75
4. As primeiras experiências de luta..... 82
5. A experiência de luta com o apoio dos mediadores..... 89

5.1 Os trabalhadores vão à cidade..... 95

6. O despejo fica mais próximo..... 99
7. Pensar o pensado..... 105

CAPÍTULO III

## TRABALHADORES RURAIS E A QUESTÃO DA SAÚDE


1. Trabalhadores rurais lutam pela saúde popular..... 111
2. As experiências da organização..... 115
3. A conquista do atendimento gratuito..... 120
4. Lutar é preciso..... 134
5. Trabalhadores rurais vão ao Inamps..... 147
6. A passeata e a ocupação da Prefeitura Municipal..... .....154

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 166

**BIBLIOGRAFIA** ..... 171

**FONTES**..... 177

# R E S U M O

A presente pesquisa tem como objetivo discutir e debater a não inserção dos trabalhadores rurais em suas histórias. Com o intuito de colocar em xeque estas leituras é que fizemos um trabalho metodológico voltado para entender a luta desses sujeitos sociais no seu fazer-se. Sendo, assim, apoiamo-nos em algumas leituras que nos deram pistas de como a historiografia analisou os trabalhadores não do ponto de vista desses, mas de uma instituição mediadora. Foram fundamentais os debates propostos por Thompson, Déa R. Fenelon, José de S. Martins, Rudá Ricci, Jadir M. Pessoa e muitos outros. Os resultados foram interessantes: primeiramente, percebemos que as leituras que foram feitas sobre os trabalhadores rurais em muito era aquela das instituições que os representavam ou tentavam cooptá-los; segundo, esses trabalhadores já tinham uma história de exclusão que os colocava frente a frente com uma série de desafios que não mais poderiam deixar de enfrentá-los; terceiro, que esses foram pessoas conscientes das suas ações, agindo mesmo sem a ajuda de uma instituição mediadora. Em suma, a história da resistência dos trabalhadores rurais em Itapuranga é um marco e um exemplo da trajetória histórica e política dos homens e das mulheres em nosso Estado, mostrando-nos que são pessoas que enfrentaram e lutaram pelos seus direitos.

# INTRODUÇÃO

*Meus amigos e companheiros*
*O que eu digo aqui agora*
*Foi a força da união*
*Que conseguiram a vitória.*
*Vai citar o exemplo*
*Por este Brasil afora:*
*Isto não foi um presente,*
*Foi a luta minha gente*
*Que vai ficar na história.*
*Autor desconhecido.*

Pesquisar, estudar e analisar a história agrária no Brasil constitui um desafio árduo, haja vista a grande diversidade regional, para não dizer cultural e social. Cada região possui identidade diferente, tendo um passado em comum, mas com especificidades construídas historicamente por homens e mulheres no seu fazer-se. Desafio que nos convida ainda a enveredar por um caminho pouco explorado, na tentativa de contribuir para a explicitação da luta e resistência de um grupo social que foi relegado, até pouco tempo, pelos estudos históricos. Estamos nos referindo aos trabalhadores rurais, tanto no Brasil quanto em Goiás. Tal tentativa e tal abordagem nos levam ao caminho das discussões da regionalidade de cada objeto de pesquisa.

Os estudos da história agrária tiveram vários vieses de análises. Buscaram na história econômica uma tentativa de dar conta da diversidade das relações que acontecia no campo, deixando de lado outros aspectos da vida

social e cultural que lhes eram peculiares. Esses sujeitos sociais basicamente foram marginalizados pela historiografia ou vistos de forma pouco positiva.

Pensando sobre o papel do trabalhador rural na condução de nossa história é que nos dispusemos a refletir sobre tal temática. Foram momentos de reflexão e de várias desilusões teóricas. Desilusões, no sentido de não enxergar, em algumas leituras, os agentes do processo histórico, que fizeram a condução da história no campo. Sempre foram analisados do ponto de vista da subserviência à sociedade envolvente, não transparecendo quaisquer formas de organização e resistência que pudessem dar uma identidade a tais sujeitos sociais.

A marginalidade de tal análise começa a ser colocada em xeque quando entramos em contato com leituras que nos dão a dimensão do que foi a participação do trabalhador rural na sociedade. Leituras estas que avançaram pouco, pois tiveram como parâmetros os modelos importados da Europa, não se preocupando com as especificidades de nosso país, tampouco com a diversidade das fontes aqui encontradas. Isso sem contar que, nesta área, os financiamentos para pesquisas científicas não estão nos padrões do mercado e do modismo existente.

Mesmo diante desses empecilhos, produções existem, tais como os trabalhos de José de Souza Martins, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Maria Ieda Linhares, Zilda G. Iokoi, Jadir Morais Pessoa, Élio G. Duarte e muitos outros que estão contribuindo para que este horizonte possa ficar mais evidenciado, no sentido de entendermos melhor a participação do homem do campo em meio à sociedade conservadora e elitista.

Evidências mostram que o homem do campo foi e continua sendo um sujeito ativo e necessita de um melhor tratamento, da parte dos pesquisadores, para que possamos desnudar a sua ação. Como nos lembra Thompson, a “experiência de homens e mulheres” deve ser o aporte para que coloquemos nossa análise historiográfica nos trilhos, observando que estes foram e continuam sendo parte dos sujeitos do processo histórico.

Diante deste quadro, no qual os trabalhadores rurais aparecem à margem do processo histórico, como apêndice das lutas das instituições às quais estão ligados, propomos um estudo sobre a experiência desses trabalhadores, que foi e continua sendo marcante. Principalmente, para os homens e mulheres que não têm terra para trabalhar e dela tirar o sustento de suas famílias, sendo colocados à margem da sociedade, no que diz respeito aos seus direitos de cidadania.

Discutir a ação do trabalhador rural no processo de consolidação da história do Brasil e de Goiás é o objetivo da nossa proposta de pesquisa. Diante dos desafios que nos cercam, construímos um guia teórico que pudesse ser útil para a compreensão da experiência social desses trabalhadores.

As motivações para pesquisar tal temática têm raízes condicionantes pessoais. Têm também uma preocupação teórica, que foi sendo construída com os vários debates na academia e no cotidiano com esses trabalhadores. No meio acadêmico, sempre nos deparamos com leituras que abordavam e abordam questões relacionadas à terra. Porém, o agente de transformação, o trabalhador rural, não foi considerado como aquele que transforma e provoca mudanças na

sociedade. Tal papel tem sido atribuído ao grande proprietário, à ação do Estado e das instituições de mediação, enquanto organizadores da sociedade envolvente.

Para não cairmos nos clichês e modelos de análises que vêem as instituições agindo em detrimento dos trabalhadores, buscamos um referencial teórico na história social. Vale lembrar que as discussões que surgiram com as gerações dos *Annales* influenciaram as leituras e conduziram ao revisionismo de muitas ortodoxias até então cristalizadas.

Por isso, o debate constante entre as fontes teóricas e o papel do trabalhador rural nos movimentos sociais foi importante para percebemos que estes são sujeitos ativos. Perante esta questão é que buscamos nos apoiar em E. P. Thompson para visualizarmos as ações dos homens e das mulheres no processo histórico, constituindo-se como sujeitos no seu fazer-se.

As problematizações do objeto pesquisado ocorreram no sentido de (re)colocarmos estes trabalhadores em sua própria história. Assim, algumas indagações são necessárias. Qual é o papel desses trabalhadores na consolidação de nossa história, tanto local quanto regional e nacional? Como os trabalhadores rurais aparecem na história do Brasil, quer oficial, quer acadêmica? Qual o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Igreja Católica e do Estado, na condução da organização dos trabalhadores rurais? Foi a instituição que agiu ou o trabalhador? Há uma mobilização teleguiada ou os trabalhadores são capazes de se organizar enquanto grupo/categoria? Quais identidades são comuns entre os trabalhadores rurais em Itapuranga e aquela que os motivaram a se envolver na organização?

Estas são algumas das inquietações que tínhamos projetado. Porém, percebemos que estas evidências foram se tornando mais claras, à medida que a pesquisa avançava, e o diálogo com as fontes ia se aprofundando.

Os referenciais teóricos que nos deram pistas de como a história não é vista por aqueles que realmente a vivem e a fazem foram construídos com base nas leituras de Thompson, William, Martins, Déa Fenelon, Chauí, De Decca e Jadir Pessoa. As leituras desses autores nos permitem perceber um viés de análise que procura colocar em evidência a ação dos homens e das mulheres no processo histórico.

Como aporte para a construção deste campo metodológico, apropriamos-nos dos conhecimentos da história oral. Os diálogos com os personagens que vivenciaram a história dos movimentos sociais em Itapuranga e o confronto com as fontes oficiais nos levaram a perceber como foi atuante a ação dos trabalhadores rurais neste processo.

A par dos debates que cercam as fontes orais, apoiamos nossa pesquisa em autores que já têm uma trajetória de pesquisa nessa área. Daí, os estudos de Verena Alberti, Ecléa Bosi, Janaína Amado, Antonio Torres Montenegro e vários outros contribuíram sensivelmente para conseguirmos tornar a pesquisa oral um rico acervo documental para a pesquisa.

Neste sentido a

> *fonte oral passa a ser um recurso para cobrir lacunas dos arquivos escritos. Não basta, também, a entrevista para se supor que já se deu voz aos explorados. Nesse caso o historiador abriria mão da análise e contextualização de seu objeto de pesquisa.*[1]

[1] SOUZA, J. C. de. *Na luta por habitação*: a construção de novos valores. São Paulo: Educ, 1995, p. 20.

Pensamos que o aporte das fontes orais ajudaria-nos a fazer fazendo uma constante comparação entre as fontes oficiais e a participação dos trabalhadores rurais nos movimentos em que se envolveram. Esse diálogo foi de suma importância para não cairmos nos devaneios de alguns depoentes, tomando como exemplo o "grande mentiroso" de Janaína Amado durante sua pesquisa sobre o movimento dos posseiros de Formoso e Trombas. Segundo esta pesquisadora,

> *entrevistas podem e devem ser utilizadas por historiadores como fontes de informação. Tratadas como qualquer documento histórico, submetidas a contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo.* [2]

A partir desses referenciais, dilemas e indagações, optamos por pesquisar a ação dos trabalhadores rurais em Itapuranga, com o objetivo de evidenciar esses sujeitos a partir de sua própria história. Tínhamos clareza das dificuldades que nos cercariam, pois estávamos embebidos de visões já consagradas e que nos perseguiam dia a dia.

Construir um modelo de análise, em que a ação do trabalhador rural possa aparecer com evidência, não é tarefa fácil, mas é desafiador. As dificuldades surgirão naturalmente, à medida que não estaremos privilegiando o apoio e a mediação da Diocese de Goiás, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com isso, poderemos ser acusados de negligenciar os grupos de mediação dos trabalhadores. Porém, nossa intenção não é a de menosprezá-los,

[2] AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In. *Revista História*. São Paulo: Editora Unesp, v. 14, 1995.

mas entender que, se não fosse a iniciativa dos trabalhadores rurais, estas entidades não teriam se mobilizado. O que nos interessa conhecer são as várias ações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no seu fazer-se, quer seja em relação com as entidades mencionadas, incorporando e vivenciando este novo campo de ação, quer seja sem a ajuda das instituições.

Acreditamos que os trabalhadores passaram a aceitar esta mediação para levar à frente os embates constantes, visando a manter-se na terra e emboçando sua resistência contra os mandos e desmandos da modernização da agricultura, da perseguição das autoridades locais e estaduais, na tentativa de expropriá-los da terra. Também pela garantia de seus direitos de cidadãos que pagam impostos e necessitam dos serviços essenciais que o poder público deve lhes oferecer.

Com esta pesquisa, estamos tentando colocar os sujeitos sociais em sua história. As instituições existem, mas não podem ser visualizadas como agente do processo histórico. Ao contrário, elas aparecem em muitos casos para impedir a ação dos trabalhadores. Evidentemente, os trabalhadores rurais devem retornar como sujeitos neste processo, pois são eles os partícipes de sua trajetória histórica.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, os quais se subdividem em itens para melhor entendimento do leitor sobre a história do trabalhador rural. O recorte considerado englobou as décadas de 1970 e 1980. Foi uma escolha intencional, por pensar que é o marco que melhor caracteriza os enfrentamentos dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Envolve momentos marcados por vários embates contra o latifúndio, contra a perseguição política,

contra a exploração do patrão, bem como várias manifestações de rua. Tais manifestações ainda não tinham sido vistas em Itapuranga, salvo a expulsão dos padres Ivo Poleto e Marciano, em 1972, pela elite dominante local.

No primeiro capítulo, traçamos um balanço teórico sobre a participação do trabalhador rural na historiografia. Procuramos destacar a ausência dos trabalhadores nos debates históricos, mostrando que existiu uma visão pejorativa sobre esse agente social. Geralmente, foram vistos como passivos e amorfos, sem ação, e que somente agem teleguiados por ações messiânicas, proféticas ou sob o impulso do "Estado modernizador". São visões que não os consideram como sujeitos da história, pois suas ações estão condicionadas aos mandos e desmandos de uma pessoa ou instituição. Daí a idéia de que estes necessitam estar sendo conscientizados para poder ajudar na transformação de nosso país. Houve momentos em que o Partido Comunista Brasleiro, a Igreja Católica e o Estado passaram a se enfrentar para ter esses movimentos sob seu controle.

Muitas dessas análises não levaram em conta a participação ativa do trabalhador rural nos vários movimentos já consagrados pela historiografia, tais como em Canudos, no Contestado e nas Ligas Camponesas. Daí atribuírem aos movimentos um cunho messiânico, com as pessoas agindo e indo contra o sistema devido à ação de mestres, negando várias condicionantes para estarem engajados nessas mobilizações.

Enfim, nesta primeira discussão, abordamos questões pertinentes às discussões teóricas sobre o trabalhador rural. Foram questionadas com as poucas pesquisas que tivemos acesso, mas que são significativas no sentido de

situarmos os trabalhadores nos trilhos de nossa história, como agentes ativos, que têm marcas importantes para a história agrária brasileira.

No segundo capítulo, partimos para o estudo de caso que norteia nossa pesquisa. Tratamos dos enfrentamentos dos trabalhadores rurais em Itapuranga para permanecerem na terra, fato desconhecido da maioria da população local e estadual. A ignorância deste fato deixava transparecer que estes trabalhadores não tinham história. A história da Fazenda Maria Alves, ou Córrego da Onça, teve início nos primeiros anos da década de 70, quando Aureliano José Caiado – Fiote Caiado - passou a pressionar as famílias que viviam na terra há mais de 30 anos. A partir deste momento, inicia-se uma trajetória histórica entre o latifundiário e os posseiros do Córrego da Onça. As pressões para que eles deixassem as terras foram muitas, mas eles resistiram e nelas permaneceram.

Desde o instante em que grupos de mediação passaram a apoiar os trabalhadores, como a Diocese de Goiás e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, a mobilização intensificou-se. A notícia de que as famílias seriam despejadas chegou ao conhecimento da opinião pública estadual e nacional. Os jornais estaduais passaram a dar notícias diariamente do conflito de terra em Itapuranga. Os trabalhadores rurais se encarregaram de noticiar aos órgãos nacionais ou estaduais, como a Contag, a Fetaeg e a Assembléia Legislativa, sobre as possíveis tramas entre o governo do Estado e o fazendeiro.

Por meio de ações integradas, conseguiram permanecer na fazenda, mas tiveram que pagar pela terra. Estas experiências proporcionaram um exemplo forte de mobilização e organização dos trabalhadores. Com a conseqüente

permanência das famílias na fazenda Maria Alves, outras ações passaram a ser desencadeada no município de Goiás, contando com a presença dos trabalhadores que ajudaram no embate, cujo objetivo era conseguir a desapropriação de terras devolutas no Estado de Goiás.

No terceiro capítulo, tratamos da história dos trabalhadores rurais por saúde popular. Com os enfrentamentos e experiências vivenciados na fazenda Maria Alves, os trabalhadores rurais se empreitaram nas mobilizações contra o não atendimento nos hospitais de Itapuranga. A saga da conquista de um atendimento hospitalar popular principiou quando os trabalhadores passaram a discutir sobre o que fazer para que pudessem ser atendidos com respeito e dignidade, como cidadãos, sem sofrer as discriminações dos hospitais particulares de Itapuranga. O dilema tornava-se claro a partir do momento em que os três hospitais particulares de Itapuranga negavam atendimento àqueles que não tinham dinheiro ou aval para garantir o pagamento. Se quisessem ter o atendimento pela previdência social (Inamps), teriam que se deslocar para as cidades de Ceres, Goiás e Goiânia, aumentando, desse modo, ainda mais as despesas financeiras com o tratamento de saúde.

Diante destes impasses, em 1978, os trabalhadores rurais passaram a administrar o hospital do Funrural, hoje Associação Popular de Saúde. Evidentemente que os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais não foram sanados com esse centro de saúde popular. A partir desse momento os trabalhadores tiveram de enfrentar a imposição e burocracia do sistema de saúde municipal, estadual e federal, para obter atendimento mais digno para mais de cinco mil famílias atendidas pelo hospital. As verbas que deram sustentação ao

hospital vieram das contribuições dos trabalhadores e de convênios assinados com o Inamps e a Secretaria Estadual de Saúde. Por esta razão, o número de associados ao Stri aumentou gradativamente.

Foram ocasiões marcadas por muita mobilização, embates e resistências. Nesta história, foram vários os momentos de conquistas e derrotas. Tiveram resultados importantes, pois os enfretamentos desses trabalhadores serviram de exemplo para os movimentos populares de toda a região e para o Estado de Goiás.

A trajetória histórica dos trabalhadores rurais de Itapuranga incentivou outras resistências, quer contra o latifúndio, quer contra a exploração do trabalhador pelo patrão. Com isso, aumentaram muito as tensões e o medo, de pequenos e médios produtores da região e cidades vizinhas. Receavam que os trabalhadores rurais de Itapuranga fossem ladrões de terras. Daí, todo cuidado com esse pessoal seria pouco.

A partir deste estudo vamos perceber e reforçar a tese de que o trabalhador rural não foi passivo. Pelo contrário, eles têm uma história de resistência, que forma uma identidade, caindo por terra as teses de que estes eles só reagem e resistem com a mediação. Pudemos perceber que os trabalhadores utilizam-se dessas mediações para fortalecer a sua ação. Temos clareza de que as instituições envolvidas foram e continuam sendo importantes para ajudar a luta do trabalhador rural. Um exemplo disso foi a mediação da Igreja Católica, especialmente por meio do bispo diocesano D. Tomás Balduíno e do vigário da Paróquia de Itapuranga, Isaac Spinelli e de muitos outros agentes de pastoral,

ordenados ou não. Porém, a linha de frente nestes embates foi concretizada pelos trabalhadores, fortalecendo e corporificando a sua organização.

# CAPÍTULO I

# DE QUEM ESTAMOS FALANDO

> *entramo na luta dos trabalhadores rurais justamente por pensar que poderia mudar a situação que a gente vivia em Goiás. Quando então, resolvemo incampá a luta nas mobilizações do sindicato e do partido.*
>
> João J. Pereira

## 1. O trabalhador rural como sujeito histórico

Historicamente, Goiás tem uma característica que lhe é peculiar: o Estado começou a receber um grande fluxo migratório logo após a implantação da estrada de ferro, por volta de 1910. Mesmo assim, a urbanização, efetivamente, só se concretizou a partir das décadas de 1930 e 1940. Nesse cotidiano, foi se constituindo uma história de resistência dos trabalhadores rurais no seu fazer-se, utilizando as experiências acumuladas dentro da sociedade na qual viviam. A reconstituição da trajetória desses sujeitos sociais é uma contribuição imprescindível ao debate acerca da história de Goiás, principalmente quanto à sua história agrária.

Ao iniciar este estudo, convém esclarecer que estamos usando a categoria “trabalhadores rurais” para nos referirmos aos conceitos já consagrados pelas Ciências Sociais. Quando falamos em “trabalhadores rurais”, estamos referindo-nos aos camponeses, que sempre lutaram para sobreviver e

permanecer no campo; aos posseiros, que sempre resistiram para conquistar a sua terra; aos arrendatários e meeiros, que trabalharam para fugir à exploração dos donos da terra, tentando diminuir as taxas cobradas nas meias e arrendos; aos pequenos proprietários e, mais recentemente, aos agricultores familiares, que lutam para permanecer na terra, enfrentando as vicissitudes impostas pelo projeto neoliberal. Acreditamos que este conceito, entendido de forma mais ampla, é o que melhor caracteriza todos esses agentes sociais, uma vez que o objeto pesquisado em Itapuranga contou com a participação de todas as categorias acima citadas. Isso reforça nosso posicionamento em optar por utilizar a expressão “trabalhadores rurais”. No entanto, em alguns momentos, quando se tornar necessário especificar melhor esses trabalhadores, recorreremos também a outras terminologias.

Enfim, a categoria *trabalhadores rurais* nos ajudará a compreender melhor as manifestações desses sujeitos sociais em Goiás, inclusive porque são tratados assim pelos grupos e organizações de mediação. Daí utilizarmos esse termo como forma de colocá-los como agentes do processo.

O recorte cronológico definido são os anos de 1970 e de 1980, pois são momentos que nos dão evidências da participação desses sujeitos sociais na condução e organização do processo de resistência contra a exclusão por eles sofrida.

Os trabalhadores rurais se organizaram e foram ao enfrentamento para tentar melhorar sua condição de vida. Suas ações podem ser vistas nas disputas pela terra, por saúde pública e pelos direitos trabalhistas. A partir deste

momento, passam a se engajar em novos espaços de organização, tais como passeatas, manifestações, assembléias, partidos e sindicato.

Estando-se atento ao debate historiográfico, percebe-se que a trajetória dos trabalhadores rurais no Brasil pautou-se, quase sempre, por estudar a atuação das instituições que fazem a mediação desses agentes sociais. Aued[3] dá-nos uma idéia de como surgiram as Ligas Camponesas no Nordeste, mostrando que muitos estudos privilegiam a ação do PCB, deixando de lado a luta dos "homens e mulheres", não percebendo que as resistências são frutos das experiências vividas por esses personagens, dentro de um longo processo de exclusão social, com derrotas, vitórias, sonhos e realidades.

Em outras leituras, são privilegiadas as análises do Estado como sujeito. Por isso, encontramos textos que afirmam que as leis trabalhistas para o homem do campo só foram possíveis com a autoridade do Estado. Assim, Leôncio Martins Rodrigues[4] afirma que o operariado urbano não conseguiu se constituir como classe pelo fato de ser formado, em grande parte, por pessoas que vieram do campo. Os trabalhadores de origem rural, acostumados à submissão ante as camadas dominantes, não tinham uma experiência que pudesse dar uma identidade à sua organização.

O viés de análise que estamos propondo não pode ser considerado novo. José de Souza Martins, em suas pesquisas, já criticava essas visões institucionais. Afirmava que havia análises das instituições incorporando os

---

[3] AUED, B. W. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB e as Ligas Camponesas 1955-64)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p. 32-33.

[4] RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária. I*n:* FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 507-555.

camponeses, isto é, a leitura que se fazia do camponês partia do seguinte pressuposto: *o camponês nos projetos dos outros*.[5]

Esta constatação é um convite para fazermos uma revisão destas posturas, pois não se pode mais conceber uma análise da história da resistência e luta dos trabalhadores rurais tendo, como enfoque principal, o viés institucional, isto é, o partido político, o sindicato, a Igreja e o Estado.

Nem sempre estas instituições representam os interesses coletivos dos trabalhadores rurais. Mas o que estava em jogo era o interesse desses mediadores na representação de um maior número de pessoas ligadas a tal segmento, dizendo-se legítimos representantes e porta-vozes dos interesses daqueles agentes sociais. Por isso, é que D. Engelke Inocêncio, ao término da reunião, na qual debateram a questão do homem do campo, realizada em Campanha, Minas Gerais, afirma: “não percamos os trabalhadores rurais como fizemos com os urbanos”.[6]

E, mais, não temos como estudar e pesquisar a história dos trabalhadores rurais no Brasil sem estarmos atentos às várias tentativas de cooptação dos movimentos sociais de que participam ou participaram. Martins afirma que “a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato”,[7] quer seja pelo Estado, quer seja pelos grupos que lutaram para ter a mediação.

---

[5] MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil:* as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª ed. São Paulo: Vozes, p. 81.
[6] RODRIGUES, L. M, op. cit.
[7] MARTINS, J. de S. op. cit. p. 81.

A preocupação para com esta questão se faz premente, pois, observando a bibliografia que trata da ação dos trabalhadores rurais, percebemos que não são estes que falam, mas alguém que fala por eles. As ações destes sujeitos sociais são analisadas como ações teleguiadas. Ora são tratados como movimentos messiânicos, ora como fanáticos, ora como catolicismo arcaico, ora como pessoas que aceitam passivamente a exploração do proprietário de terra.

Por isso, nossa preocupação em recuperar a participação das pessoas comuns, como atores da história. De acordo com Deá Ribeiro Fenelon,

> *[...] acompanhar as realizações apenas das lideranças e dos segmentos ativistas do proletariado, obscureceu o exame da vivência de outros homens, mulheres e crianças e negligenciou forças culturais importantes incluindo aí a vida em família, os hábitos e costumes sociais dos diversos segmentos da população...*[8]

Em muitas leituras, o que prevalece é a ação do grupo mediador, quer seja o partido político, o sindicato ou o Estado; raramente, são vistos como pessoas que agem e resistem pelos seus direitos. Pelo contrário, são vistos como incapazes e, portanto, devem estar sempre ligados a uma instituição para levar à frente sua resistência.

Devemos atentar para as interpretações e análises que foram feitas pela historiografia brasileira acerca dos trabalhadores rurais. Estas visões, em alguns casos, deixam transparecer um preconceito em relação à ação dos agentes sociais que vivem no campo. Em conseqüência dos vícios de análises é que as Ciências Sociais, quase sempre, consagraram uma leitura que é a de ver os trabalhadores rurais como parte de movimentos messiânicos e do catolicismo

[8] FENELON, D. R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In.: *História e perspectivas*. UFU, Uberlândia, jan/jun, 1992, p. 12.

rústico. Antônio Tota, analisando o movimento do Contestado, afirma que este pode ser perfeitamente inserido nas análises que privilegiam vê-lo com características de catolicismo rústico. Assim, descreve o autor: "o messianismo do Contestado se insere perfeitamente no que se chama de Catolicismo Rústico do interior brasileiro".[9]

Analisar os movimentos sociais no campo, como parte desses vários modelos e deixar de lado os trabalhadores que estavam inseridos no processo, torna-se inaceitável. Por tudo isso é que temos de buscar uma análise dos movimentos sociais no campo, privilegiando os trabalhadores rurais, agindo e fazendo história, como sujeitos do processo, não como parte de um projeto elaborado externamente pela Igreja, pelo sindicato, partido e Estado.

Assim, Zilda Iokoi considera:

> *Essas lutas foram normalmente reduzidas pelos estudiosos ao seu conteúdo místico e religioso e os conflitos foram desqualificados no plano político, evitando uma avaliação crítica do questionamento que produziam à ordem estabelecida, ao mando das oligarquias agrárias e ao domínio econômico/político que o latifúndio exerce na estrutura do poder".*[10]

Conforme Déa Fenelon, esses trabalhadores são pessoas que

> *experimentam sua experiência com sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades ou através de formas mais elaborada, na arte ou nas convicções religiosas.*[11]

Porém, ao atentarmos para outras leituras, percebemos que as experimentações desses trabalhadores são deixadas fora do processo. Nas

---

[9] TOTA, A. P. *Contestado*: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, Tudo é História,1983, p. 8.
[10] IOKOI, Z. G. *Igreja e Camponeses:* Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 70.
[11] FENELON, D. R. Op. cit., p. 13.

abordagens sobre as Ligas Camponesas no Nordeste, o que prevalece é a trajetória do PCB diante do processo histórico. As conclusões dessas resistências são vistas como disputas de hegemonia feitas somente pelo PCB e por outras instituições.

A idéia que prevalece é a de que essas instituições tinham um projeto de ação e de combate para o homem do campo. Bernadete W. Aued, citando Cavalcanti, afirma que "o PCB, naquela época, [era] a única agremiação político-partidária que se empenhava em organizar os trabalhadores do campo, ainda que numa transposição de métodos e táticas do meio urbano".[12] Evidente está que estas análises têm o partido como sujeito, excluindo os homens e as mulheres que participaram das Ligas Camponesas.

Em meio a estas leituras, podemos evidenciar claramente como os trabalhadores que participaram das Ligas já estavam atentos às tentativas de mediação por parte do partido político, mostrando que esses agentes sociais trabalharam com afinco para se contrapor aos vários processos de exclusão, inclusive, contra esses grupos que os ajudavam.

Assim é que Martins faz uma análise das Ligas Camponesas, observando o seguinte:

> *As Ligas Camponesas também procuraram atuar no marco da legalidade, princípio definido desde o começo de sua existência. Ainda que com contradições internas que persistiram até a sua liquidação pela ditadura militar, as Ligas de certo modo evoluíram no sentido de definir a* reforma agrária radical *em termos opostos àqueles propostos tanto pelo PCB como pela Igreja.*[13]

[12] AUED, B. W. Op. cit., p. 22.
[13] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 89.

Observando tais pressupostos, podemos afirmar que estas Ligas foram espaços de vários embates. Os camponeses procuraram também desenvolver sua resistência fora do âmbito dessas instituições, dando um exemplo de como estas agem, sem fugir a um legalismo. Mas o exemplo que nos chama a atenção pode ser construído a partir de cenas do filme *Cabra marcado para morrer*. São mostradas imagens que nos dão a idéia de como foi a história das Ligas Camponesas no Nordeste, acontecendo em meio à forte repressão do Estado. A história das Ligas está marcada pela persistência dos trabalhadores, ficando claro como estes vivenciaram os vários problemas que os afligiam.

Para corroborar este viés de análise institucional, que está sempre presente na produção bibliográfica sobre os trabalhadores rurais, basta fazermos uma trajetória da história desses sujeitos sociais no transcurso da história do Brasil. A sensação que temos é a de que sempre o homem do campo foi visto como um sujeito passivo, necessitando tornar-se consciente para poder agir. De modo geral os trabalhadores são considerados pessoas inúteis.

A discussão entre o PCB e a Igreja Católica mostra bem esta idéia. As duas entidades mediadoras passaram a disputar a hegemonia da liderança do processo, no sentido de ver qual estaria apta a fazer o trabalho. Nesta circunstância, as duas entidades saíram à procura dos trabalhadores, como forma de tê-los sob a sua influência.

Percebemos que as instituições mediadoras sempre atuaram no sentido de colocar sob o seu controle as ações dos camponeses no Brasil, enfocando-os em suas falas e interpretações. São várias as leituras que vêem as

Ligas não como um marco dos embates entre trabalhadores rurais e sociedade envolvente, mas destacando o enfoque dado ao partido político.

Nessas análises, o partido tornar-se o sujeito da ação. O partido é visto como aquele que transforma e revoluciona. Faz o papel de teleguiar os camponeses para uma mobilização saudável e revolucionária, que irá tirá-los da situação de exclusão e pobreza, à qual eram submetidos.

E. P. Thompson[14] chama de "termo ausente" o esquecimento das ações de homens e mulheres no processo histórico. No caso de algumas análises sobre os trabalhadores cria-se algo semelhante. Os sujeitos sociais do processo histórico não aparecem em suas próprias histórias. Mas são inseridos nas várias mobilizações que as instituições promovem em nome dos trabalhadores. O conceito "termo ausente" deve ser entendido como o esquecimento da história dos homens e mulheres que vivenciaram as várias sagas da organização pela manutenção da terra, por condições melhores de vida no campo, pela conquista dos direitos trabalhistas, enfim, por dignidade e cidadania.

Ora tivemos a história do partido e os movimentos de sociais no campo, ora tivemos a história da igreja e estes trabalhadores, ora a do sindicato, ora do Estado e sua intermediação nas várias querelas surgidas no cotidiano. Portanto, aqui está uma preocupação premente deste trabalho, que é a de se contrapor a tais análises, procurando resgatar a voz dos sujeitos sociais que lutaram e resistiram no campo, vendo-os como sujeitos históricos que fazem e vivem suas próprias histórias.

Daí pensarmos em uma

[14] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

> *[...] história dinâmica, ligando ou dissolvendo elementos estáticos num padrão narrativo de mudança. Podemos tratar esse processo como um objeto, mas é difícil divorciá-lo de nossa existência como sujeitos pensantes.*[15]

## 2. Institucionalizar é preciso?

Como vimos, nas breves considerações anteriores, as análises sobre os movimentos e mobilizações dos trabalhadores rurais no Brasil sempre se pautaram pela mediação.[16] A mediação não poder ser a única forma de se ver e de se entender as várias organizações e mobilizações dos sujeitos que vivem no campo. Estes também resistem, tendo como base suas experiências, sem tais mediações. No entanto, a mediação é uma constante nos movimentos sociais rurais no Brasil.

Conforme Élio G. Duarte,

> *esta mediação não foi simplesmente de cima para baixo. Passaram a ser também, questionadas pelos trabalhadores. As organizações que surgiram ainda tiveram influência das entidades mediadoras, mas foram baseadas mais nas próprias experiências de luta que os trabalhadores foram desenvolvendo.*[17]

---

[15] SCHORSKE, C. E. *Pensando com a história:* indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13.

[16] Os mediadores são vistos e analisados como sujeitos da história, deixando de analisar as resistências que já vinham se processando historicamente sem a ação dos grupos mediadores. Entenda mediação como a atuação das instituições que dão apoio aos movimentos populares, quer para ajudá-los, quer para cooptá-los. Podem ser feitas pela Igreja, Partido Político, FETAEG, Contag e pelo Estado.

[17] DUARTE, É. G. *Do mutirão à ocupação de terras:* manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo: USP, 1998, p. 229. (Tese de Doutorado).

Rudá Ricci[18] nos traz informações interessantes a institucionalização dos movimentos camponeses no Brasil. Procura tecer alguns comentários de como se criou no Brasil uma estrutura de representação institucional para tentar frear os movimentos sociais no campo. Atesta que o PCB procura divergir de outros organismos de representação, no sentido de tentar chamar para si o direito de representar os trabalhadores rurais. A esse respeito, Ricci afirma:

> *A forma pela qual ocorreu a disputa entre estas duas forças políticas – PCB e Círculos Operários – é bastante reveladora da prática sindical que foi, pouco a pouco, se institucionalizando no MSTR. Prática, inclusive, que reforçou e consolidou uma dada estrutura organizativa.*[19]

A Igreja Católica passou a agir como mediadora a partir das diretrizes formuladas no final dos anos 40. Diretrizes que já demonstravam uma certa preocupação com o homem do campo.

Lyz Elizabeth A. M. Duarte[20] traça um panorama da atuação da Igreja nos movimentos camponeses, atestando que, desde 1948, a Igreja já dava sinais de que passaria a se preocupar com as mobilizações no campo. Afirma que, em 1950, a Igreja já se posicionava diante dos problemas agrários. A autora afirma que, com a Carta Pastoral de d. Inocêncio, elaborada naquele ano, houve uma tentativa de cooptação dos vários movimentos populares no campo. Diz também que *é uma carta anti-revolucionária, anticomunista, que preconiza a necessidade de uma revisão agrária, que deveria antecipar uma revolução iminente, no campo.*[21] O que é ainda mais grave, a carta foi elaborada sem a

---

[18] RICCI, R. *Terra de ninguém:* representação sindical rural no Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.
[19] RICCI, R. Op. cit., p. 53.
[20] DUARTE, L. E. A. M. A participação da Igreja Católica na questão agrária no Brasil. In. *Ciências Humanas em Revista.* V.2, ½ - jan/dez, 1991.
[21] Ib, id. p. 87.

participação daqueles que estavam sendo expropriados da terra, isto é, os trabalhadores rurais.

Martins também nos convida a refletir sobre tal preocupação da Igreja, no sentido de vermos essas primeiras incursões como sendo uma tentativa de cerceamento das mobilizações que se operavam no campo até aquele momento. Por isso, afirma:

> *A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários.*[22]

Para Ricci, tal prática estava ligada à educação rural, pois havia interesses imperialistas em desenvolver tal projeto para o homem do campo. Portanto, a Igreja criou um espaço de mediação, interferindo nas questões e problemáticas dos trabalhadores rurais. Tal interferência não vinha no sentido de beneficiar as ações sociais do camponês, mas no sentido de dar margem para que o capitalismo se implementasse com mais veemência na zona rural brasileira. Segundo Ricci,

> *esta prática apoiava-se numa concepção que objetivava o desenvolvimento capitalista da agricultura. A referência desta prática foi o trabalho nas comunidades rurais, daí a origem da sua promoção permanente como unidade de organização dos trabalhadores naquele período.*[23]

Assistimos naquele momento a formação de grupos de mediação ligados à Igreja Católica. Surgem os grupos que deram apoio às idéias

[22] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 88.
[23] RICCI, R. Op. cit., p. 56.

imperialistas e outros que procuraram caminhar dentro de uma linha progressista. O primeiro grupo apoiou as idéias de criar meios para integrar os trabalhadores rurais às ações capitalistas no campo, sujeitando-se aos mandos e desmandos do capital americano. Comungaram com esta idéia grupos conservadores, como os Círculos Operários, o Serviço de Assistência Rural e o Serviço de Orientação Rural. Como ala progressista tinha-se a Ação Popular (AP)[24], que apresentava uma postura de se contrapor ao imperialismo norte-americano. Segundo Herbet Souza, um dos seus coordenadores, o tripé que alavancava tal pensamento da AP era "o socialismo, anticapitalismo e mobilização popular, sem nenhuma preocupação com uma precisão ideológica".[25]

A partir de então, a ação mediadora da Igreja tentou colocar o maior número de trabalhadores rurais sob sua orientação, criando uma verdadeira "guerra santa" pela hegemonia de mediação dentro e fora dos círculos da Igreja.

Essas dissensões se aprofundaram a partir do surgimento das correntes ligadas à Teologia da Libertação. Principalmente no final dos anos 60, com os princípios básicos estabelecidos pelo Concílio do Vaticano II e pelas Conferências de Medelin e Puebla. Segundo Lyz E. A. M. Duarte, as

> *[...] alterações na conduta da Igreja, enquanto instituição, no tratamento do problema da terra, tem muito mais como causa a própria prática da Igreja. Sua ação cotidiana teria sido reformulada, revista na América Latina desde o encontro de Medellín, na Colômbia, em 1968. O encontro de Puebla, no México, em 1978, reafirma parcialmente essa proposta de ação.*[26]

[24] RICCI, R. Op. cit., p. 57.
[25] Cit. por RICCI, Op. cit., p. 65.
[26] DUARTE, L. E. A. M. Op. cit., p. 84.

Iokoi avalia a ação mediadora da Igreja e do partido no contexto dos trabalhadores rurais, principalmente depois dos anos 50, afirmando que “desde esse período, católicos e comunistas passaram a lutar separadamente, para organizar os trabalhadores rurais em entidades de tipo sindical ou associações”.[27] Enfim, essas ações mediadoras constituíram-se em mais um campo de embate para os trabalhadores, que ora estiveram ligados à Igreja, ora ao Partido Comunista, ora sob a tutela do Estado. Tal mediação tornou-se um campo propício para novas experiências.

Esse conviver intensificou-se, ainda mais, quando a Igreja criou os organismos de ajuda ao trabalhador rural. Na década de 70, foram criados a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O que mais nos chama a atenção é que as análises que foram elaboradas não visualizaram os homens e mulheres do campo agindo. Deram mais ênfase às disputas de poder pela mediação, deixando de lado a participação destes sujeitos sociais nas várias frentes de organização que se formaram em todo o Brasil.

É importante salientar que não temos como deixar de lançarmos mão das críticas que foram elaboradas por Martins, no sentido de pôr em xeque as análises institucionais dos vários movimentos sociais que envolveram os trabalhadores rurais. Exemplo significativo é o seu estudo sobre a Guerrilha do Araguaia, corroborando a hipótese por nós defendida e presente nestas palavras iniciais:

> *Entretanto, há aí um novo e grave problema. Ou melhor um velho problema agravado. É que os personagens dessa guerra não*

[27] IOKOI, Z. G. Op. cit., p. 72.

> *foram apenas os guerrilheiros e os militares [...] Eles foram apenas contrapartida necessária, nas circunstâncias, do verdadeiro conflito subjacente aos seu confronto: o conflito de classes entre posseiros-lavradores e grileiros-fazendeiros. Este era e continua sendo o problema real*...[28]

As instituições mediadoras tiveram papéis relevantes na condução das disputas contra a expropriação da terra. No entanto, o que temos de buscar é uma análise que procure ver essas mediações como um novo campo de ação. Ação esta que não pode ser entendida como sendo da instituição e representação, mas que é construída no fazer-se dos agentes sociais. É um verdadeiro conhecer e reconhecer.

Claro está que os trabalhadores rurais foram consolidando suas ações com o processo histórico. As experiências coletivas e individuais tornaram-se aporte para novas resistências. Surgiram manifestações e mobilizações pela conquista da terra, pela estruturação das Ligas; as ocupações tornaram-se novos instrumentos de busca pela terra; fortaleceram-se as manifestações pela saúde popular; intensificou-se a busca pelos seus direitos de cidadãos, em um verdadeiro criar e recriar, no seu fazer-se.

Devemos eleger uma leitura que privilegie o viés de interpretação que veja os trabalhadores rurais como sujeitos no seu fazer-se, mediante as suas vitórias e derrotas, independentes das instituições mediadoras. Devemos estar atentos às várias nuances que nortearam a mediação, entendendo que os espaços foram tornando-se um aprendizado para os trabalhadores rurais. O conviver com os conhecimentos adquiridos no cotidiano familiar, bem como com

---

[28] MARTINS, J. de S. *Expropriação e Violência:* a questão política no campo. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991, p. 123-124.

os que foram introduzidos pelos grupos mediadores, vão se imbricando e constituindo-se em novos momentos para as pessoas envolvidas.

Por isso, é que as mediações devem ser tratadas como um novo campo de ação e observação, sem, contudo, valorar as instituições em detrimento dos sujeitos sociais que participam da ação concreta.

> *A mediação à que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência...*[29]

Reconstituir a história dos trabalhadores rurais dentro e fora das instituições faz-se premente. Deve-se mostrar que a história desses homens e mulheres é um verdadeiro conhecer e reconhecer. As institucionalizações funcionaram mais para dar legalidade e acompanhamento dos passos dos trabalhadores, como forma de tê-los e incorporá-los sob o julgo da legalidade.

## 3. Construindo o campo teórico-metodológico

Ao buscar fundamentação teórica, com o propósito de evitar as análises da história dos trabalhadores rurais sob o viés institucional, apontamos, *a priori*, o caminho teórico-metológico da pesquisa. Definir o objeto de estudo, a partir de uma linha teórico-metodológico, pela qual se busque privilegiar as ações dos sujeitos sociais no processo histórico que os envolve. Sabemos que tal intento é uma tarefa árdua, pois estamos em meio aos vícios de leituras já consagradas.

[29] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 82.

Sabemos também das dificuldades pertinentes à documentação para nos auxiliar a construir esse viés de análise sobre o trabalhador rural.

O aporte teórico-metodológico desta análise está marcado por autores que tentaram vislumbrar em suas interpretações não o institucional, mas a ação dos sujeitos sociais dentro e fora da instituição, quer seja o sindicato, a Igreja, a associação, o partido e o Estado. Para tanto, deve-se construir um "modelo" de análise que se aproxime das leituras que foram elaboradas sob a ótica dos sujeitos sociais no processo.

Para construir esse referencial teórico, tivemos que lançar mão de alguns modelos de análise. Foi necessário buscar as leituras que colocam os sujeitos sociais da história em suas ações, não alguém que pense e haja para si e para os trabalhadores rurais.

Almejamos uma análise que se aproxime da história dos trabalhadores, como preconizou Thompson, em suas pesquisas sobre a resistência dos operários ingleses. Dizia ele: "estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesão 'utópico' e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott".[30]

Neste sentido é que nos reportamos às leituras de Thompson, apropriando-nos de suas análises e críticas a respeito das várias ortodoxias. As críticas thompsianas nos dão conta de que as análises "marxistas" perderam-se em ver somente o econômico e o estrutural, deixando de lado as "experiências de

[30] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 13.

homens e mulheres" que, para Thompson, é o que marca a ação destes sujeitos sociais. Pensando assim, é que o nosso autor afirma:

> *O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: 'a experiência humana'. [...] os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura.*[31]

Enfim, devemos ver nas ações dos sujeitos sociais uma atitude que se torna um fato histórico que vai sendo construída com as várias nuances do cotidiano, experimentando os dissabores das vitórias, das derrotas e das frustrações.

Nossa proposta de análise deve ser contrária à

> *Ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, onde os trabalhadores são vistos como força de trabalho, migrantes ou dados de séries estatísticas. A ortodoxia do "progresso do peregrino", onde aquele período é esquadrinhado em busca de pioneiros precursores do Estado do Bem-Estar Social, progenitores de uma Comunidade Socialista ou (mais recentemente) precoces exemplares de relações industriais racionais.*[32]

Os "silêncios" de alguns modelos de análises, no que diz respeito aos trabalhadores rurais, já foram objetos de estudos e críticas de alguns autores. Martins foi um desse, que procurou denunciar as lacunas e ausências daqueles que se enveredaram pelo estudo da luta camponesa na história do Brasil. Chama-nos a atenção para as leituras a respeito dos camponeses que nem sempre foram realizada sob a ótica destes, mas de um modelo vindo de fora.

---

[31] THOMPSON, E. P. Op. cit., p.182.
[32] THOMPSON, E. P. Op. cit., pp. 12-13.

Martins nos convida a refletir sob o olhar que traçamos sobre a luta camponesa no Brasil, mostrando que a leitura a respeito dos trabalhadores rurais foi no sentido de observar nossos conceitos adquiridos pela visão burguesa. Diz ele:

> *Corremos o sério risco de continuar aceitando, como dogma, interpretações superficiais, pesquisas malfeitas, explicações mal fundamentadas, ideologicamente distorcidas, simplesmente porque a nossa profissão de fé política nos induz a ver o processo histórico segundo os preceitos da nossa condição pequeno-burguesa, conforme a nossa vesguice teórica. Vemos o que queremos e ficamos totalmente felizes.*[33]

Recorremos ainda à história social como campo de análise para que possamos atingir os nossos objetivos de entender a história dos trabalhadores rurais, tendo como enfoque as resistências a partir das experiências vivenciadas por esses atores sociais. Novamente, busquemos uma orientação em Déa Fenellon:

> *Uma concepção de História que busca conviver com o indeterminado, o indefinido, o diferenciado, quero destacar a importância de se perceber a diversidade, a diferença, as mudanças e as permanências, reconhecendo que ninguém tem monopólio do caminho a percorrer para construir a transformação que queremos ver realizada...*[34]

Pensando assim é que devemos entender a história dos trabalhadores rurais como um campo de "agoras", "cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras', segundo Walter Benjamim.[35] Portanto, cabe ao pesquisador

---

[33] MARTINS, J. de S. *A Reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.95.
[34] FENELON, D. R. Op. cit., p. 9.
[35] BENJAMI, W. Sobre o conceito de história. In.: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229.

> *Procurar examinar todo o seu modo de vida no campo das transformações e mudanças que, cotidianamente, experimentam os trabalhadores em todos os aspectos do viver a dominação burguesa e capitalista.*[36]

Não podemos analisar a luta dos agentes sociais que vivem no campo, somente a partir de sua institucionalização via Estado, Igreja, sindicato e partido. Temos que entendê-los como pessoas que fazem parte destas resistências e têm um processo histórico de formação que os acompanha.

Com a história social podemos

> *[...] dar ênfase em outros sujeitos, que não os reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em novos vilões e novos heróis. Mais preocupada com os processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História...*[37]

Atento às leituras sobre a ação dos sujeitos sociais no processo histórico, Maria Helena Chauí nos chama a atenção para uma questão importante, que é o perigo da valoração da ação do Estado em detrimento dos indivíduos. Nessas leituras, o Estado, segundo Chauí, torna-se o sujeito da história, aquele que faz e realiza. Isto devido à ausência de uma "classe" capaz de levar adiante as resistências e transformações da sociedade.

O Estado aqui deve ser entendido como a ação dos governantes no âmbito da Federação, do Estado e do Município. A ação estatal vem sempre no sentido contrário ao dos anseios dos trabalhadores, pois as decisões tomadas em prol destes, nem sempre os beneficia. Pelo contrário, elas são empreendidas no sentido de tentar evitar as mobilizações e ações dos trabalhadores. Pensando

[36] FENELON, D. R. Op.cit., p. 18.
[37] FENELON, D. R. Op.cit., p. 14.

assim, os apoios estão mascarados, como forma de cooptar as ações daqueles que realmente agiram.

Aqui o Estado assume esse vazio de poder e tenta impor sua marca. Torna-se o sujeito da história. Chauí afirma que,

> *a idéia de vazio pressupõe, implicitamente, que a luta de classes não é constituinte do processo, mas um efeito em sua superfície e que só o "resultado" conta; ora, uma vez que neste "resultado" verifica-se que nenhuma das classes em presença e nenhuma das fracções de classe preenchem os requisitos para assenhorar-se do poder, o Estado surge como preenchimento do vazio.*[38]

Percebe-se que o Estado, em alguns momentos da história, passou a direcionar suas ações para reprimir e cooptar os movimentos de resistência. Aqui, não como sujeito do processo histórico, mas como aquele que tentou impedir as ações dos trabalhadores rurais. Portanto, devemos estar atentos a tal fato para que possamos analisar a questão com mais criticidade e procurar nos desvencilhar desse viés de análise. Dessa forma, construir uma análise dos trabalhadores rurais, evidenciando suas resistências e lutas que estão ocultas e tratá-las de uma outra perspectiva para que as mesmas possam estar em evidência, torna-se o objetivo primeiro deste trabalho.

Baseando-nos nesses autores anteriormente citados, orientaremo-nos no sentido de estabelecer uma leitura dos trabalhadores rurais tendo como enfoque principal a visão desses pesquisadores dentro do processo. Portanto, deixaremos de lado a análise assentada na história do sindicato, do partido, da associação e mesmo do Estado. Procuraremos ver as ações dos agentes sociais frente às instituições, como um "novo" espaço de relação e resistência. Este

[38] CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Ao Leitor Benevolente. In.: *Ideologia e mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. CEDEC, 1978, p. 27.

embate se constrói no cotidiano e na relação institucional, por meio das várias experimentações que os trabalhadores sofrem no seu fazer-se.

## 4. Debates sobre o trabalhador rural em Goiás

Nos debates sobre a história dos trabalhadores rurais em Goiás, o viés de análise, partindo dos sujeitos sociais, começou a dar frutos. Jadir Morais Pessoa[39] procura vê-los a partir de seu cotidiano, sendo que esse cotidiano é um construir e reconstruir em suas ações. Élio G. Duarte[40] em sua pesquisa, enfoca a ação dos posseiros diante das organizações para conseguir a terra em Goiás, mostrando como se construiu essa história na relação trabalhadores e mediação. Mas o mais comum ainda, é depararmos com análises que privilegiam o institucional, deixando de lado os "silêncios" da resistência e luta dos trabalhadores rurais.

Duarte considera que

> *a reação camponesa tem provocado mudanças substanciais nas mediações já existentes. Tem promovido transformações também na atuação do próprio Estado... a rebeldia dos camponeses, portanto, está à frente da atuação dos mediadores.*[41]

No que concerne à ação dos sujeitos neste processo, é comum destacar mais a ação de partidos políticos, da Igreja e do próprio Estado, enfim, dos grupos de mediação. Através do viés institucional, observa-se que os sujeitos

[39] PESSOA, J. de M. *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora UFG, 1999.
[40] DUARTE, É. G. Op. cit.
[41] DUARTE, É. G. Op. cit., p. 230.

sociais do processo foram as instituições de mediação, privilegiando mais uma leitura economicista que social.

Observemos algumas leituras já consagradas sobre movimentos de trabalhadores rurais em Goiás. No movimento de Trombas e Formoso, na região de Uruaçu, os sujeitos sociais, isto é, os trabalhadores rurais, se tornaram agentes do processo com a articulação do PCB. Articulação esta que fora planejada em uma realidade que não era própria dos camponeses, ou seja, tinha como projeto as ações dos operários da cidade, sendo colocada em prática com as diretrizes do partido.

Essa idéia é corroborada com as palavras de Maria E. Carneiro:

> *O Partido Comunista Brasileiro contava com inúmeras dificuldades quanto à organização de uma luta reivindicatória no campo. Essas dificuldades decorriam principalmente do fato de que sua experiência era muito mais relevante nos centros urbanos.*[42]

Mesmo diante desta constatação, a autora continua expressando as idéias marxistas de acumulação de capital no sentido de mostrar como se processou a expulsão do camponês da terra. O que se percebe desta análise é que ela está carregada de engajamento econômico, preocupando-se em mostrar as disparidades do capitalismo, deixando de lado a realidade dos trabalhadores rurais.

A análise de Carneiro, sobre o debate da expropriação da terra, deixa o trabalhador rural quase sem identidade, sem entendimento da realidade, omisso a todas as questões. É fruto de um modelo de análise economicista. E

[42] CARNEIRO, M. E. F. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas.* Coleção Teses Universitárias. Goiânia: editora UFG, 1988, p. 122.

continua afirmando que, “a ilusão que os migrantes têm de poder conseguir uma posse e garantir sua ‘independência’ é fruto da incompreensão do que é modo de produção capitalista”.[43] Com estas análises, temos a impressão de que os trabalhadores não conheciam sua realidade, isto é, não eram pessoas que pensavam e agiam. Somente passam a agir no momento em que se tornam conscientes dos problemas que os cercam.

Pessoa critica também a miopia dos pesquisadores sobre a ação dos grupos mediadores, afirmando o seguinte:

> *Parece haver aí uma clara lição aos mediadores. Enquanto a produção coletiva foi uma necessidade, em todos os assentamentos, ela foi assumida ou pelo menos tolerada pelos recém-assentados, até mesmo onde os mediadores eram pouco conhecidos.[...] Essa é, aliás, a lição mais importante do fracasso do coletivismo do chamado socialismo real.*[44]

Nesta análise está mais uma vez colocado o papel da mediação nos movimentos sociais no campo. Por isso, é preciso questionarmos alguns pontos. Foi somente o partido que agiu, e só ele é que tinha um projeto de mudança? Não teriam outros agentes que não fossem as pessoas que estavam ligadas ao partido político? Enfim, torna-se um desafio conhecer e fazer conhecer sobre esses sujeitos sociais que vivenciaram a história em Formoso e Trombas. Entendendo que esses trabalhadores

> *[...] criaram um eficiente esquema de autofinanciamento, de atendimento às necessidades médico-hospitalares, de promoção do lazer e de defesa da região, e ainda sobrava fôlego para o fomento de outras associações vizinhas, objetivando o fortalecimento da luta pela posse da terra de modo mais abrangente.*[45]

---

[43] CARNEIRO, M. E. F. Op. cit., p. 31.
[44] PESSOA, J. M. Op. cit., p. 188.
[45] PESSOA, J. M. Op. cit., p. 59.

No caso da Guerrilha do Araguaia, a história de expropriação e exploração já vinha sendo historicamente construída, pois o próprio Estado patrocinou a entrada de grandes empresas na região, ocasionando os problemas referentes à terra. Não foi somente devido á organização do PC do B como um foco revolucionário, como problematiza Romualdo Pessoa Campos Filho[46]. Enfim, o entrevero travado entre posseiros e empresas capitalistas foi gerado pelos incentivos financeiros e fiscais que o governo federal concedia a empresas ali instaladas. Essas empresas apropriaram-se das terras, excluindo os vários posseiros que já estavam trabalhando nelas há muito tempo.

Daí acreditarmos que a exclusão já estava historicamente construída. Não podemos fazer uma leitura desse movimento como sendo ele arquitetado e executado por militantes do PC do B, sem construirmos uma análise do processo de expropriação da terra. Observando a leitura feita por Campos Filho, ficamos com a sensação de que os problemas com a expropriação da terra não estavam no sentido da organização, pois o "modelo de revolução" já tinha sido traçado pelos militantes do partido, como sendo aquele local o palco de um novo Vietnã. Campos Filho narra o seguinte:

> *Em princípio, a região parecia fornecer os elementos essenciais para que se pudesse preparar um movimento com as características de uma guerra de guerrilhas, [...] abandonada pelos governos; sem contato com o desenvolvimento que se acelerava nas grandes cidades; afastadas do processo político que o país vivia e coberta de floresta densa, perigosa, mas que oferecia os elementos necessários para a sobrevivência*[47].

[46] CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia:* a esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
[47] CAMPOS FILHO, R. P. Op. cit., p. 78-79.

O que se percebe é um ambiente físico, propício para a guerrilha, e um embate armado. Não conseguimos perceber, nesta leitura, os motivos que levaram os camponeses a participar da resistência. Temos a sensação de que o trabalhador rural/camponês foi inserido nos ideais preconizados da revolução do partido e não conseguimos enxergar os problemas da expulsão de suas terras que já estavam se processando há vários anos.

O que se estranha é que a leitura que se tem é a de que o PC do B foi o agente principal do processo, não aparecendo os camponeses. Por isso, é que temos de entender a Guerrilha do Araguaia como um enfrentamento contra a expropriação da terra e não como um projeto de guerrilha do partido.

Martins dá-nos uma idéia de como devemos estar atentos aos debates sobre a Guerrilha do Araguaia, entendendo-a como um confronto entre os camponeses e a tentativa de expropriação da terra pelo capital. Sendo assim, ele afirma:

> *O processo de instalação da guerrilha do Araguaia ocorreu simultaneamente com o processo de instalação da agropecuária subvencionada e incentivada pela Sudam, respaldada pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portanto, ao mesmo tempo que um grupo, que afinal se constituiria de 69 guerrilheiros, integrava-se no mesmo local e nas mesmas condições dos posseiros, intensificavam-se as pressões pela expropriação de um grande número de lavradores*[48].

Assim, é necessário fazermos um debate e uma (re)leitura dessas questões, com o propósito de dialogarmos com os preceitos que nortearam essa visão institucional. Neste sentido, faz-se necessário ouvirmos os sujeitos sociais

[48] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 123-124.

que, vivendo no campo, lutaram e continuam lutando contra o processo de exclusão social.

Essa trajetória histórica não é de agora. Os trabalhadores rurais já vinham se definindo e constituindo, ao longo de vários anos, no seu fazer-se. Em meio aos enfrentamentos e resistências, os trabalhadores rurais passaram a experimentar as ações do cotidiano, nos quais os homens e as mulheres buscaram nestas experimentações o objetivo de permanecerem na terra. Procuraram dar à sua família melhores condições de vida, passando suas utopias para as gerações vindouras. Enfim, as experiências se tornaram um verdadeiro aprendizado, tanto para os trabalhadores rurais quanto para as instituições mediadoras.

Sobre a história e ação dos trabalhadores rurais em Goiás, citamos alguns exemplos que já estão consagrados nos estudos acadêmicos. No entanto, é necessário dizermos que essas resistências estão em todos os momentos do homem do campo. Quer seja na relação com o patrão, quer seja no cotidiano ou, mesmo, na organização por meio de associações, procurando fugir do aumento do arrendo.

## 5. Trabalhadores rurais e o capitalismo

É importante salientar que os trabalhadores rurais sempre estiveram presentes na história do Brasil, resistindo aos mandos e desmandos da sociedade envolvente. Essa participação já foi alvo de vários debates da historiografia. Percebemos que as denominadas sociedades agrárias são e estão presentes

ainda em nosso meio. Mesmo hoje, quando nos identificamos, com uma sociedade denominada de pós-moderna e citadina. Por isso, faz-se premente que a pesquisa na área da história agrária se desenvolva e construa uma nova análise para tal temática.

Nesse sentido, é que os trabalhadores rurais sem terra constituem, hoje, um dos mais ativos movimentos sociais de nosso país. Organizam-se para tentar melhorar a renda familiar, criando associações de produtores, ou cooperativas de agricultura familiar para melhor vender os seus produtos.

Pessoa[49] nos ajuda a perceber a presença do homem do campo como um sujeito que age. Ao falar das experiências de resistência contra a expropriação feita por latifundiários em Goiás, traça um panorama geral dessas organizações. Mostra que estas experiências serviram para futuras participações em ocupações de terra em todo o Estado de Goiás.

Assim, percebemos que as resistências dos trabalhadores rurais foram marcantes e “aconteceram às centenas, especialmente no norte do estado, hoje Tocantins, por ter sido área de maior incidência de grilagem”.[50] Enfim, a luta contra a expropriação da terra tem um passado constituído de várias experimentações.

Tendo ativa participação na história do Brasil e de Goiás, em relação à participação dos trabalhadores rurais em sua história, é importante vê-los como homens e mulheres que se relacionaram e se constituíram no seu cotidiano. Nesta perspectiva, que buscamos uma leitura que possa vê-los como sujeitos do

[49] PESSOA, J.de M. Op. cit.
[50] THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 88.

processo e, daí, entendê-los como classe. Thompson reforça nossa idéia, no sentido de ver a classe não como estrutura e superestrutura. Nem como algo eminentemente evolucionista. Thompson assim expressa sua concepção:

> *Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma "estrutura", nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas.*[51]

Portanto, a classe social deve ser entendida como um espaço de luta e cultura, onde os sujeitos sociais se relacionam e vivem seu fazer-se. Devemos tentar desvincular dos temas da "ortodoxia marxista", que sempre influenciaram a historiografia brasileira, a visão que criou uma estrutura de análise que engessa a ação do sujeitos sociais.

Nosso trabalho tenta fugir de todo os esquemas de análises que trazem uma visão predefinida do trabalhador. Devemos vê-lo como pessoa que tem voz e ação; mostrar que ele não está paralisado no tempo, mas tem uma história de vida que não é somente sua, mas de todo um contexto histórico, onde age e sofre influência.

Assim, Thompson afirma que, *a "*consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais".[52] Daí, não termos como deixar de entender que os trabalhadores rurais sempre estiveram ativamente participando das lutas e resistências, não precisando ter uma estrutura que o tornasse consciente de sua ação revolucionária.

---

[51] THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 09.
[52] THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 10

Esse contexto está marcado por uma vida em um ambiente que ora denominamos de *agricultura familiar*. Os trabalhadores rurais devem ser visualizados a partir de uma análise que os situe como parte da história, onde

> *[...] os homens e mulheres também retornam como sujeitos, como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos...*[53].

Os trabalhadores rurais vão se constituindo e reconstituindo com base em um longo processo de sua história. O seu cotidiano foi marcado por relações familiares e de vizinhanças. Os homens e as mulheres integraram-se em uma rede de relações que ora é de amizade, ora é conflituosa. Nessa rede, é que se estabeleceram relações de poder, de amizade e de conflito, como, por exemplo, o compadrio, a "combina" do arrendo e a expropriação da terra.

Pensando nessas relações, que se constituíram com as experimentações dos trabalhadores, Martins afirma que há uma violência contra o homem do campo, que foi sendo construída historicamente.

> *Desde os anos quarenta, a violência vem crescendo em decorrência justamente da recusa crescente dos trabalhadores rurais em aceitar formas antigas de dominação pessoal, a chamada violência institucional representada pela falta de direitos políticos e sociais. A violência se acentuou a partir do momento em que os trabalhadores rurais passaram a se reconhecer a si mesmos como gente, como pessoas que têm direitos.*[54]

A partir daquele momento, os homens e as mulheres do campo passaram a se organizar para fazer frente à expropriação da terra imposta pelo capital. A resistência se dá no instante em que o capitalismo passou a se

[53] THOMPSON, E. P. Op. cit., p.182.
[54] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 47.

engendrar nas relações de trabalho no campo. Assistimos, então, à tentativa de modernização da agricultura, passando-se da “terra de trabalho para a terra de negócio”.

A política governamental de expansão das fronteiras agrícolas para as regiões Centro-Oeste e Norte do país impulsionou em demasia a expropriação do homem do campo, a partir dos anos 50. Nessas regiões, os incentivos financeiros serviram de chamariz para as empresas capitalistas que se estabeleceram nas áreas. Surgia, então, um paradoxo, pois os incentivos, em tese, seriam para desenvolver tais regiões. No entanto, foram transferidos para particulares, que usaram o dinheiro para comprar terras e retirar as pessoas que nelas trabalhavam.

Portanto, as implementações capitalistas para as frentes de expansão nessas regiões não beneficiaram em nada o trabalhador rural. Eis aí mais um capítulo da tentativa de exclusão daqueles que realmente trabalhavam a terra. Os trabalhadores rurais foram expulsos da terra em nome do progresso. A terra, a partir desse momento, serviu para produzir aquilo que o mercado necessitava.

Martins mostra como a expropriação foi intensa, com os incentivos fiscais acentuando a exclusão do trabalhador rural. Assim,

> *[...] apoiadas particularmente nos incentivos fiscais, começam a vislumbrar grandes negócios na propriedade da terra. A expulsão atinge não só posseiros como também arrendatários e parceiros, através da substituição da lavoura pela pecuária.*[55]

[55] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 46-47.

O denominado desenvolvimento capitalista no campo mostrou-se extremamente paradoxal para a maioria dos trabalhadores rurais. Assistiu-se, com ele, a exclusão do trabalhador rural. A exclusão se deu através da violência e arbitrariedade dos fazendeiros e grupos econômicos, os quais, em nome do "progresso", expulsaram e expropriaram os lavradores de suas terras, substituindo-os por máquinas e bois.

Analisando a exclusão social do homem do campo, com a onda modernizadora pós-1950, Pessoa afirma:

> *Desse modo, na década de 1950, Goiás conheceu uma profunda alteração produtiva e populacional. Nem todos, porém, puderam tornar-se comensais do banquete da modernização produtiva e econômica.*[56]

Com o desenvolvimento capitalista no campo, os trabalhadores rurais foram enquadrados em programas de modernização. Programas oficiais que possuíam, em sua estrutura, o objetivo de moldar homens e mulheres do campo, no sentido de retirá-los do seu "atraso". Pois o "homem do campo foi julgado muito atrasado para as exigências produtivistas da modernização capitalista".[57]

O trabalhador rural foi espoliado do processo de modernização no campo. Em meio a tais transformações sociais e econômicas, o que prevaleceu foi a idéia do progresso. Progresso que veio alijar do processo a propriedade familiar.

Sendo assim, *não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar* (grifos nossos)*, ainda que propriedade privada.*[58] Estas

[56] PESSOA, J. de M. Op. cit., p. 51.
[57] PESSOA, J. de M. op. cit., p. 52.
[58] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 54

duas formas de propriedades trazem em si características que as diferem no seu todo. Na primeira, há a exploração do trabalhador rural, tudo em nome do lucro e do capital; enquanto na propriedade familiar o princípio é de procurar produzir e não explorar, tendo o trabalhador o controle das ferramentas e dos produtos.

Martins corrobora a epecificidade da propriedade familiar:

> *Não é propriedade capitalista. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra.*[59]

Mas os trabalhadores rurais procuraram enfrentar a efetiva apropriação da terra pelo capital. Em razão disso, temos, na história dos movimentos sociais no campo, exemplos que nos mostram o trabalhador rural resistindo a tais exclusões. Podemos comprovar esta afirmação com as resistências indígenas, cujo objetivo foi no sentido de evitar que as suas terras fossem invadidas por fazendeiros. Outro exemplo é o das mobilizações dos seringueiros contra a expropriação de suas terras, por meio dos *empates.*

Pensando assim é que

> *uma enorme zona de fronteira funcionou historicamente como uma válvula de escape para as tensões sociais. A migração e colonização permitiram a canalização do excedente de população das famílias rurais de antigas regiões para novos espaços de reprodução social.*[60]

O objeto da análise desta pesquisa pode ser inserido nos vários exemplos de resistência à *expropriação* do capitalismo. Os trabalhadores são

---

[59] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 54

[60] BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In. LAMARCHE, H. *A Agricultura Familiar*. 2ª. Ed., Campinas: Editora Unicamp, 1997, p.179-234.

frutos da implantação da denominada frente de expansão e frente pioneira, que caracterizaram a história de modernização de Goiás. Vieram com o sonho de conseguirem terra. Em sua grande maioria vieram, de Minas Gerais, onde foram vítimas da expulsão de suas terras. Estabeleceram-se naquela região como pequenos e miniproprietários rurais, ou na qualidade de meeiros, arrendatários e diaristas. Então, viram-se envolvidos com a sociedade capitalista e passaram a sofrer os dissabores do desenvolvimento.

À medida que as relações capitalistas se intensificaram no campo, o trabalhador passou a ficar à mercê do capital. Este se vê obrigado a vender os seus produtos para o intermediário capitalista. A produção de alimentos não é mais para a família, mas para dar capital.

Jadir Morais[61] diz que a formação do campesinato em Goiás se deu com o processo de exclusão dos trabalhadores rurais que vinham sofrendo desde o início do processo migratório. O processo foi acentuado com a denominada frente de expansão, formando uma nova leva de excluídos da terra. Esses sujeitos sociais passaram a lutar pela permanência na terra. Usando dos conhecimentos adquiridos anteriormente, resistem e lutam pelos seus direitos.

Essa trajetória acentua-se com a exploração do capital sobre a terra. Nesse momento, o proprietário resolve substituir o trabalhador por bois: *a terra passa a ser de negócio e não de trabalho.*[62] Aqui, pode ser notada uma verdadeira desintegração dos vínculos que marcaram e nortearam a sociedade campesina.

---

[61] PESSOA, J.de M. Op. cit.
[62] MARTINS, J. de S. Op. cit.

O camponês tem na sua família o aparato para a sobrevivência, reprodução e perpetuação. É no grupo doméstico que se dão as relações econômicas, culturais, religiosas e sociais mais importantes. Basta visualizarmos algumas das características do camponês. Uma delas é sua relação dialética com a natureza, pois ele a transforma para tirar dela os elementos essenciais para a sobrevivência.

Aqui o trabalho é visto como uma necessidade para a sobrevivência do grupo doméstico. Não existe uma preocupação com o excedente que irá para a comercialização. Pelo contrário, o que é importante é a fartura. Como podemos observar, na fala de um trabalhador rural de Itapuranga, “as pessoas sempre falam que hoje não existe mais a fartura, pois tudo que se produz é para pagar as dívidas”.[63] Enfim, dentro desta análise, o trabalhador rural passa a depender da sociedade envolvente e perde o seu valor essencial, que é o de trabalhar e produzir com e para a família.

## 6. Trabalhadores rurais: o que pensam sobre eles

Em meio às várias leituras que foram elaboradas sobre o papel do trabalhador rural na história, consagrou-se a de vê-lo como um empecilho ao desenvolvimento capitalista. Acreditou-se, em muitos casos, que a agricultura de tipo familiar iria ser extinta pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. No entanto, esses sujeitos sociais continuam agindo e resistindo.

[63] José Augusto Caixeita, trabalhador rural atuante nas lutas sociais no campo em Itapuranga, hoje é presidente da Comil.

Martins já havia refutado essas interpretações, dizendo o seguinte:

> *Até então, e claramente desde os primeiros ensaios sociais do século XIX, o camponês brasileiro, na sua óbvia diversidade, era tratado como excluído – o que estava 'fora' do processo social. Não por acaso, ele era,... considerado um estorvo ao desenvolvimento do país, que precisa ser convertido pela ação missionária dos agrônomos-extensionistas ou que tem que ser ganho pelos missionários da classe operária, para que a fortaleça em suas lutas, ou que precisa ser convertido no pequeno empresário rural.*[64]

Esta tese do trabalhador rural, como empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, cai por terra quando olhamos para a produção familiar. Isto devido aos estudos sobre o papel dos pequenos e miniprodutores rurais na produção agrícola, mostrando que eles são os responsáveis pela grande produção de alimentos em nosso país, mesmo estando convivendo com as grandes lavouras mecanizadas.

Existe, nos grupos familiares, a ajuda mútua entre os vizinhos. Essa relação pode ser verificada durante os atos de plantar, colher e limpar os pastos, através do mutirão e traições; à noite, encerra-se com o baile, momento do conhecimento social maior entre os jovens.

No entanto, temos que levar em consideração outros aspectos:

> *A agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.*[65]

---

[64] MARTINS, J. de S. A Reforma Agrária... Op. cit., p.120
[65] BRUMER, A. et al. Op. cit., p.179-234

Enfim, o estudo da ação do trabalhador rural deve passar por pelas nuances mencionadas acima, são características essenciais, que nos permitem entender e perceber a história de explorações a que tais agentes estão submetidos. Tanto da exploração do trabalho quanto da expropriação da terra pelo grande proprietário.

Percebemos que as análises sobre o homem do campo não deram conta da realidade na qual viveram. Prevaleceram os estudos sobre os ciclos econômicos do Brasil, cana-de-açúcar, ouro e café deixando de produzir uma leitura dos homens e das mulheres que viveram cotidianamente uma série de problemas que não estavam relacionados com os produtos exportáveis.

Portanto, devemos levantar outros questionamentos sobre a produção historiográfica. Como os que seguem: os debates sobre a história agrária se travaram em torno de quais abordagens? Deviríamos estar discutindo tal temática? Qual modelo usar?

Os estudos e as pesquisas de Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira[66] trazem algumas informações sobre as teses que foram defendidas a partir de uma análise exterior à nossa realidade, procurando criticá-las.

Essas abordagens, copiadas de modelos, tendo como parâmetros outras realidades, tentaram explicar a história agrária do Brasil sob dois pontos: o *agrário e o atrasado.* No primeiro momento, buscaram nas teses de Jacques Lambert e Roger Bastide um modelo que Yedda Linhares e Francisco C. T. da

[66] LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

Silva[67] consideram como *Dualismo Conservador*. Com este modelo o Brasil foi visto como um país de latifúndio e de caráter feudal. Com base neste dualismo é que as transformações foram barradas e impedidas, não deixando as mudanças essenciais se processarem.

Outro modelo de análise da agricultura brasileira foi desenvolvido pela "marxiologia", buscando na estrutura econômica e social do Brasil o seu ponto de análise. Segundo esse modelo, existiam no Brasil dois modos de produção, um feudal e outro capitalista, salientando que as disparidades no campo eram visíveis. O camponês não tinha "consciência da situação à qual vivia", daí não desenvolver um ideal que pudesse levá-lo a transformar a sociedade. A partir desse momento, tais teóricos preconizavam a necessidade de proletarizar os trabalhadores, tudo com o propósito de combater a exploração do capital.

Por isso, é que devemos analisar a história agrária com base nos elementos da constituição da propriedade familiar no Brasil, observando as especificidades de cada caso. É necessário ver essas propriedades familiares, no sentido de que "os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador".[68] Portanto, as relações são em função do grupo familiar.

E essa exploração tem uma dinâmica que identifica suas ações. Por isso,

---

[67] LINHARES, M. Y & SILVA, F. C. T. Op. cit., p. 42.
[68] MARTINS, J. de S. Op. cit., p. 54.

> *O funcionamento da exploração familiar deve ser analisada dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir.*[69]

Percebe-se que os modelos de análises não conseguiram avançar no sentido de entender que as disparidades no campo, em termos de Brasil, tinham suas peculiaridades. Estas deveriam ser tratadas dentro desse processo, sem, contudo, buscar nos modelos, um aparato fechado para entendermos tais sociedades. Enfim, deve-se basear na diversidade de problemas e nuances que são próprias da concentração da terra e da exclusão gerada pelos interesses de uma minoria que estava no poder.

As leituras que são feitas dos trabalhadores rurais não são deles e a partir deles. Mas o que prevalece é a visão da instituição: sindicato, partido, Igreja, estado e associação. Estes sujeitos sociais não são vistos a partir de suas realidades, mas a partir de uma realidade que não é própria deles. São vistos muito mais como um empecilho ao desenvolvimento e progresso das relações capitalistas no campo.

Uma constatação importante, que nos ajuda a refletir sobre a posição e a participação dos trabalhadores rurais nos movimentos sociais no campo, vem junto ao nosso objeto de estudo. Com esse estudo, percebemos que os trabalhadores rurais têm uma participação ativa nos movimentos sociais. Mostra-nos que eles podem e devem ser estudados como sujeitos do processo histórico, mesmo tendo a ajuda e a mediação de várias entidades.

---

[69] LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: Editora Unicamp, 1997, p. 19.

No entanto, as menções pejorativas acerca do trabalhador rural aparecem mesmo em documentações oficiais dos mediadores. Encontramos tal idéia no Boletim Informativo do Stri,[70] que faz referência aos posseiros do Córrego da Onça, no sentido de vê-los como "pobres coitados, humildes trabalhadores sem terra". Notamos que as instâncias de representação dos trabalhadores rurais viam-nos como um objeto quase sem vida e fora do processo histórico, no qual estavam mendigando uma solução para os seus problemas.

O que causa ainda bastante estranheza e perplexidade é que, ao avançarmos na leitura do documento, notamos que existe uma visão paradoxal sobre esses trabalhadores. Em alguns momentos, são vistos com adjetivações pejorativas; em outros, são vistos como "pessoas conscientes"[71] de seus atos e que estão reivindicando o que lhes é de direito.

A concepção que o sindicato fazia de seus associados não condiz com a realidade por eles vivida. A visão que prevalece é a da instituição: a de que ela está promovendo a mudança e a organização desses "pobres coitados". Portanto, os trabalhadores são vistos a partir de uma visão antagônica, tratada de acordo com os matizes de cada entidade.

Reafirmamos que as ações dos trabalhadores rurais estão presentes nas organizações, nas atitudes e nas experiências vivenciadas por eles. Além dos trabalhos realizados de forma familiar e comunitária, existe uma rede de relações sociais que são importantes para a preservação do grupo familiar.

---

[70] *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.* Nº 04, 05/10/1980.
[71] *Boletim Informativo do STRI*, op. cit.

A exclusão social da terra se dá de forma traumática, pois em muitos casos os trabalhadores rurais são obrigados a deixar seu hábitat e migrar para outras regiões, bem como para as cidades. Sabidamente as tensões não são minimizadas com essas migrações, pois a mobilização dos camponeses não é contra algo simples, mas contra a sociedade que os envolve, ou seja, o capitalismo excludente.

Neste contexto, o capitalismo engendra e aumenta as desigualdades entre os donos da terra e aqueles que realmente a trabalham, levando os trabalhadores a resistir à sociedade envolvente. Não devemos esquecer que "o capital não age setorizado; ele opera no conjunto dos processos econômicos. Por isso, ele procura dominar tanto a produção quanto a circulação das mercadorias".[72] As lutas e resistências contra o capital são travadas em todos os momentos. Os trabalhadores procuraram criar no dia-a-dia as suas formas de enfrentar o capital.

Enfim, estas discussões iniciais servem para nos situarmos no debate acerca do papel dos trabalhadores rurais, pois, como vimos, eles fazem parte da história. Faz-se necessário que os olhemos como sujeitos do processo histórico, tendo seu *modus vivendi*, com angústias, frustrações, desejos, alegrias e tristezas. Trata-se daqueles que sobrevivem do campo, ou seja, homens e mulheres agindo no seu cotidiano, criando e recriando suas formas de enfrentar o capitalismo que os exclui.

[72] MARTINS, J. de S. Op. cit, p. 57.

Esta concepção nos permite perceber que esses agentes sociais fazem parte do processo histórico no campo em Goiás e convidam-nos a debater tal temática. São vários os momentos significativos da participação popular em torno das questões relacionadas à saúde e ao atendimento, à terra e ao debate sobre a realidade social dos trabalhadores rurais em Itapuranga, nos anos de 1970 e 1980.

Não poderíamos deixar de registrar, nessas considerações iniciais que não era objetivo deste capítulo dar conta de todos os debates sobre a ação dos trabalhadores rurais do nosso país. A intenção foi justamente constatar que houve algo de “ausente” na maioria das análises; que novas pesquisas e debates devem preencher essa lacuna, para que possamos entender, com mais clareza, que os homens e as mulheres que resistiram e lutaram na terra são e devem ser vistos como agentes históricos de um longo processo.

Enfim, as omissões e incoerências, nestas primeiras leituras, são e devem ser entendidas, até certo ponto, como normais, visto que existe uma gama de produção historiográfica que trata de tal temática. A par desta questão, visualizamos que esta análise preliminar foi necessária para podermos recolocar os trabalhadores rurais em seu verdadeiro lugar: o de sujeito histórico importantíssimo para a história do Brasil.

Portanto, aqui está lançado nosso convite e desafio, para que enveredemos neste estudo sobre os trabalhadores rurais em Itapuranga, acompanhando os momentos marcados por várias experiências desses sujeitos sociais. Partindo deste pressuposto é que citamos aqui a fala de João Benfica, um dos protagonistas da história que será tratada nesta pesquisa:

> *[...] a gente podemos dizer assim, quanto a grande São Paulo tinha manifestações que aparecia 8 a l0 mil trabalhadores para São Paulo, mostrado na televisão e essas coisas. A gente conseguiu organizar uma questão, num sei, inédita que era considerada, a gente tivemos passeatas e manifestações com mais de 3 mil pessoas [...]. O pessoal vinha com muita alegria, com muita esperança, de carroça, de a pé e desfile do seu jeito e aquilo enchia essas ruas aí fazendo desfile e manifestação. Era um negócio assim que... É uma a pena a gente não ter um registro disso [...]*[73]

[73] Entrevista com João Benfica, trabalhador que vivenciou a trajetória dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Foi presidente do Stri atuou no grupo da Oposição Sindical.

## CAPÍTULO II

# O INÍCIO DO CONFLITO: ORGANIZAR PARA NA TERRA PERMANCER

### 1. As primeiras evidências da resistência

As expropriações de terra no Brasil não são uma preocupação apenas de nossa contemporaneidade, pois tal questão foi, passado, e continua sendo, hoje, objeto de estudo. As leituras sobre o assunto mostram-nos que não é possível negar um processo histórico e uma ação política dos trabalhadores rurais. Basta olharmos e analisarmos a trajetória dos camponeses, tentando permanecer na terra nos tempos coloniais, imperiais e republicanos. Salientamos que as análises dessa história agrária deram pistas de como os trabalhadores rurais foram se organizando, sem, contudo, tratá-los com profundidade e pesquisas dirigidas.

Debater sobre a história da resistência pela terra no Brasil não é nosso enfoque central, pois o que nos interessa, neste trabalho, é conhecer as evidências do protagonismo dos trabalhadores rurais na história dos movimentos sociais no campo em Goiás, especificamente em Itapuranga. Foram momentos marcados por um contexto sócio-político de repressão militar, em uma região que tem uma história de resistência marcadamente comprovada pelos movimentos sociais no campo.

Tais mobilizações aconteceram em meio ao envolvimento da "Igreja do Evangelho", na Diocese de Goiás, que, a partir de 1968, passou a ser coordenada pelos trabalhos pastorais de d. Tomás Balduíno. Em Itapuranga, bem como em todas as assembléias da Diocese, as discussões, as preparações das reuniões estiveram a cargo de Ivo Poletto que, naquela época, era padre e se tornou, em 1972, vigário de Itapuranga.

De acordo com Pessoa,

> *A instauração do novo teve um trajeto metodológico. Primeiro, rompeu-se com o modelo anterior, que, simplificadamente, apresentava: o bispo, os padres e os leigos. As funções hierárquicas se tornaram pelo menos temporariamente bipolares: bispo/Equipe Diocesana e leigos (ou "as bases", como se disse tanto).*[74]

Neste momento, o conflito pela terra em Itapuranga passou a ter outros aliados, pois as diretrizes que nortearam a ação pastoral da diocese foram os preceitos da Igreja do Evangelho, definidos em assembléia, em 1972. Colocavam o homem do campo como a preocupação primeira dos trabalhos pastorais, alterando radicalmente a metodologia de participação de clérigos e leigos nas ações pastorais da Igreja Católica, na Diocese de Goiás.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, fundado em junho de 1972, somente passou a atuar junto aos trabalhadores a partir de 1978, momento em que a oposição sindical conseguiu assumir o seu comando. Essa entidade passou a combater o peleguismo[75] que imperou em

---

[74] PESSOA, J. de M. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel.* Campinas: Editora Alínea, 1999, p. 107.
[75] Peleguismo foi um termo usado pela oposição sindical para caracterizar as pessoas que estavam agindo de comum acordo com o sistema ou com os patrões.

todos os STRs do Estado, oposição esta estimulada pelos trabalhos pastorais da Diocese de Goiás, principalmente, pelo até então, pe. Ivo Poletto.

Com as discussões da Igreja do Evangelho, o trabalhador rural tornou-se o destinatário fundamental de sua ação. Passou-se a preconizar a criação de STRs nas cidades que ainda não tinham sido estruturados, bem como tomar os que já existiam, tentando mudar a sua linha de ação. Observa-se que os desafios foram enormes, pois havia toda uma legislação sindical que impedia a participação e ação dos agentes do processo: os trabalhadores rurais.

Mesmo com um Estado autoritário e uma legislação assistencialista, que colocou o sindicato como prestador de serviço de saúde, vários STRs foram estruturados, como nos informa Regina Reyes Novaes:

> *De fato, na década de 70 foram fundados 46% dos 2.732 sindicatos de trabalhadores rurais recenseados em 1989, e é possível relacioná-los com a busca de aposentadoria, pensões, auxílios-funeral, serviços de saúde.*[76]

Enfim, a oposição sindical surge para combater tal postura dos dirigentes sindicais. Almejaram um sindicalismo mais combativo e que pudesse realmente estar ao lado dos interesses dos trabalhadores rurais, postulando não somente o assistencialismo, que fugia aos objetivos da instituição.

> *Essas características nos fazem compreender por que quando o setor progressista da Igreja católica vai ao campo, para atualizar seu projeto teológico/político de ligar Fé e Vida, seus agentes criticavam fortemente a maioria dos STRs. Sob esse "guarda-chuva" da Igreja estiveram pessoas de diferentes*

[76] NOVAES, R. R. Continuidade e rupturas no sindicalismo rural. In. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 178.

> *trajetórias de vida, que colocavam suas esperanças nas comunidades eclesiais de base como resistência ao cerceamento das liberdades democráticas imposto pelo regime militar.*[77]

Zilda Iokoi nos dá uma idéia de como a Igreja Católica passou a atuar nos conflitos no campo, destacando o seguinte:

> *Foi, entretanto, paradoxalmente, pela ação e apoio de inúmeros grupos das Igrejas que a reversão desse quadro pôde começar a se instituir, permitindo nova compreensão da realidade brasileira que procura estabelecer a crítica radical das versões oficiais dos conflitos no campo.*[78]

Os trabalhadores rurais sempre estiveram ameaçados pelos grileiros de terras, ora fazendeiros, ora advogados, os quais falsificaram documentos cartoriais que davam a estes o "título" da terra. Exemplo desta tentativa de grilagem e tentativa de expulsão da terra ocorreu na Fazenda Maria Alves. Nessa propriedade havia "32 famílias, aproximadamente 210 pessoas entre adultos e crianças"[79], sob ameaças de expulsão da terra. Alguns trabalhadores viviam há mais de 30 anos na fazenda, com efetivo trabalho na terra. A ameaça de *expropriação* da terra ficou evidenciada com as manobras e pressões sobre os posseiros, para que estes deixassem o local.

A concentração da terra em Goiás efetivou-se com a expansão do processo de colonização, culminando com a pecuária e a intensificação do movimento migratório para várias regiões do Estado. A partir desse momento, os vazios demográficos "foram sendo ocupados" pela apropriação das terras por pessoas que já eram proprietários. A concentração da terra nas mãos de

---

[77] NOVAES, R. R. Op. Cit., p. 183.
[78] IOKOI, Z. G. Op. cit., p. 71.
[79] *O Libertador*. Boletim informativo do Stri, edição extraordinária, do dia 05/10/80.

poucos foi se evidenciando à medida que o trabalhador familiar foi sendo expropriado de suas terras.

A história da ocupação das terras em Itapuranga deu-se em meio ao desenvolvimento da Marcha para o Oeste, criado por Getúlio Vargas, com forte caracterização a partir dos anos 40. Em sua maioria, as famílias vinham com o sonho de conseguir terras e nelas se constituírem, pois já tinham sidos expropriados da terra quando da partida de suas regiões, especificamente de Minas Gerais.

Ao chegarem em Goiás, o sonho virou pesadelo. A ilusão de terra farta e de fácil acesso não se concretizou, pois, em muitos casos, as famílias passaram a viver em propriedades que não eram delas, tornando-se agregados, meeiros e arrendatários. Enfim, essas famílias se viram, mais uma vez, excluídas do direito de ter o seu quinhão de terra.

A concentração da terra foi uma constante em nossa história. Porém, a história do movimento contra a expropriação também vai, aos poucos, sendo historicamente construída. Daí considerarmos as resistências dos trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves, como um exemplo da expropriação da terra em Goiás. Nessa propriedade, os trabalhadores enfrentaram o fazendeiro Aureliano José Caiado, conhecido em toda a região como Fiote Caiado. A partir desse momento, tornou-se um símbolo da resistência pela terra no Estado.

Tão intensos foram os exemplos desta história que Jadir Pessoa fez as seguintes considerações sobre a disputa pela terra na Fazenda Córrego da Onça:

> [...] foi *o início do aprendizado. É que as ocupações da Fazenda Estiva/São João do Bugre e da Fazenda Mosquito, que aconteceram logo em seguida, foram puxadas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, mobilizados pelo STR, pela Igreja local e pela CPT.*[80]

Em suma, o conflito dos trabalhadores rurais na fazenda Maria Alves serviu como um aprendizado, tornando-se experiência concreta da resistência, na área da Diocese de Goiás, contra a expropriação da terra. Esses acontecimentos abriram caminho para futuras ocupações de terras por interesse social e serviram, ainda, como um chamariz para que o processo intensificasse em nosso Estado.

## 2. Fazenda Maria Alves: início das experiências

> *O espocar dos rojões entre a população em festa anunciava que algo muito importante estava sendo comemorado ontem à tarde, na pacata Itapuranga. E motivos havia de sobra: há mais de 28 anos uma ação possessória envolvendo a Fazenda Maria Alves, composta de 167 alqueires de terras no valorizado local denominado Córrego da Onça, (...) o governo deu ganho de causa a eles.*[81]

Clima de festa, alegria e gritos de vitória. Para que os trabalhadores rurais estivessem "soltando rojões e estando em festa" nesse dia, houve uma trajetória histórica que foi marcadamente importante para as experiências dos movimentos sociais rurais em Goiás, especialmente para os trabalhadores rurais de Itapuranga. Assim, reconstituir essa história torna-se

[80] PESSOA, J. de M. Op. cit., p. 88.
[81] *Diário da Manhã*, 03 de out. 1980.

um desafio, pois buscamos as evidências que levaram as famílias a resistir contra a expropriação da terra.

Em meio a um contexto histórico de repressão, os trabalhadores procuraram levar adiante o seu projeto de permanência na terra. O clima de repressão era evidente, pois estávamos sob a tutela do regime militar. Comprovações do estado de exceção se por meio de documentações de circulação restrita. Tal documentação apresenta informações importantes. Mostra que era exigido das autoridades locais o máximo de cuidado para com os movimentos de "comunistas" em toda a região.

Documento significativo deste espírito de repressão, ao qual o Brasil estava submetido, naquele momento, foi datado do dia 8 de agosto de 1967. A PM-2 solicitava que os delegados de Polícia e comandante dos destacamentos tomassem cuidado com possíveis articulações de grupos comunistas na região. Esse documento solicitava que fosse informado em caráter

> *"urgentíssimo os seguintes dados:*
> *1 – Se há conveniência de pessoas estranhas a essa cidade, principalmente de estudantes;*
> *2 – Verifique em caráter sigiloso de ordem do Sr. Coronel Comandante Geral se há possibilidade de congresso subversivo mencionado pessoal.*
> *3 – Se há ou houve aglomeração suspeita ou trânsito intensivo de veículo nessa localidade.*[82]

A luta pela terra na Fazenda Maria Alves deu-se em meio a fortes rumores de congressos comunistas em toda a região. O que nos leva a inferir que essa preocupação se deve ao fato de a Guerrilha do Araguaia estar

[82] Documento da Polícia Militar Cia. Independente Araguaia. Informe nº 2/67, 8 ago. 1967.

acontecendo no mesmo período, final dos 60 e início dos 70, estando todos os órgãos da repressão do Estado em alerta máximo.

As tentativas de expulsão da terra na Fazenda Córrego da Onça, como informamos anteriormente, estão inseridas em um contexto de forte repressão às mobilizações populares. Foram momentos em que os trabalhadores rurais, juntamente com pessoas que apoiaram tal intento, passaram a resistir pela permanência na terra. Sendo assim, não enfrentaram somente o latifundiário, mas um sistema repressivo que procurava coibir quaisquer manifestações de cunho popular.

O processo de expropriação da terra teve início em 1973, quando Aureliano José Caiado entrou com uma ação possessória reivindicando as terras nas quais viviam as 32 famílias de posseiros. Essas famílias foram pressionadas a deixar suas terras, onde plantavam e retiravam o alimento para seus familiares, dentro de uma área de 167 alqueires.

O boletim informativo do Stri nos dá uma idéia de como o sr. Fiote requereu a posse da terra utilizando-se de uma ação possessória impetrada na justiça. Alegou-se estar requerendo uma terra que já era sua por direito. Assim informa o boletim:

> *Em conseqüência de uma demanda na justiça, iniciada ainda no ano de 1973, Aureliano José Caiado (Fiote), requereu a execução da sentença que lhe foi favorável em todos os sentidos. No dia cinco do mês de agosto próximo passado, por determinação do Juiz de Direito foi expedido, em favor do referido fazendeiro, o mandado de emissão de posse e entregue ao oficial de justiça para ser cumprido. Isto significava que a partir daquela data, a qualquer momento, os posseiros poderiam ser arrancados de suas posses e trazidos à força para as ruas desta cidade.[...].*[83]

[83] *O Libertador*. Boletim Informativo do Stri, edição extraordinária, 5 out. 1980.

Conforme já nos referimos anteriormente, as tentativas de contrapor-se à expropriação da terra na história do Brasil vem sendo construída com os vários movimentos sociais rurais no país, que se iniciaram no período colonial e vêm se desenvolvendo até os dias atuais. Algumas experiências do trabalhador rural para conseguir a terra ou nela permanecer tiveram momentos marcantes e já estão consagrados pelos estudos acadêmicos, tais como Canudos, Contestado, as Ligas Camponesas, os embates pela terra no Paraná e Rio Grande do Sul, a resistência dos seringueiros do Acre, os movimentos de Trombas e Formoso, a Guerrilha do Araguaia, bem como a resistência na Fazenda Estiva e Mosquito. Cabe, agora, acrescentar a resistência que se processou na Fazenda Maria Alves/ Córrego da Onça.

## 3. Os posseiros vão à luta

> *A alegria era geral. Todos rumaram para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para se inteirarem dos detalhes, com presidente e advogado. A consciência de que a força da união de todos era a principal responsável pela vitória dos posseiros.*[84]

Essa alegria foi fruto de um longo período de espera, medo e apreensão, diante da iminência de serem expropriados da terra pelo sr. Fiote Caiado. O que vale ressaltar é que as terras reivindicadas pelos posseiros do Córrego da Onça faziam parte de um formal de partilha, da herança deixada pelo

[84] *Diário da Manhã,* 3 out. 1980.

pai de d. Antônia, esposa do fazendeiro Aureliano José Caiado. Como a terra era um direito de herança do sr. Fiote, sob a ótica do direito, este passou a reivindicá-la. Antônio Tavares nos informa o seguinte:

> *Com relação à propriedade, a propriedade do Fiote Caiado era legal, não havia nenhuma maracutaia, não havia nenhuma ilegalidade, com relação ao título de propriedade. Título legítimo, a procedência legítima, aquilo ali foi adquirido por herança da esposa dele, não era dele, veio por herança, da d. Antônia, esposa do Fiote. Tudo legal e registrado em cartório. Agora, o que ocorria era que se tratava de um latifúndio improdutivo, só isso. E quando ela adquiriu aquela área por herança do pai, aquela área estava cheia de posseiros.*[85]

O importante é que as 32 famílias viviam naquela região trabalhando e retirando da terra o sustento do dia-a-dia. Por ocasião da ação possessória impetrada pelo fazendeiro, em 1975, já existiam algumas famílias que viviam há dezenas de anos trabalhando naquelas terras.

Um exemplo evidente de que esses trabalhadores viviam na terra há vários anos, vem com a história do sr. Manuel Lopes. No momento em que iniciaram as ameaças de expropriação, em 1973, este já estava vivendo e trabalhando lá há mais de 30 anos. Manuel Lopes narra a sua trajetória de vida no município de Itapuranga, quando na época ainda era conhecida como Xixá:

> *Eu é que levei a primeira madeira pra fazer a primeira capelinha do Xixá. O padre pediu pra levar madeira, e eu tirei muita aroeira lavrada de 30 centímetros de quina viva, no meu carro de boi. Não tinha estrada, não senhor. A gente ia abrindo caminho de facão, no meio daquela mata de espinho, só vendo. Pois é, Xixá pra mim é menino.*[86]

---

[85] Entrevista com Antônio Tavares, advogado que acompanhou a luta na Fazenda Maria Alves. Posteriormente, foi assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Entrevista realizada no dia 12/09/00.

[86] Entrevista concedida ao jornal *Opção*, 9 out. 1980.

Em outros documentos encontramos evidências da longa trajetória das famílias na fazenda. O boletim do Sindicato dos Trabalhadores Rurais informa que na fazenda Maria Alves existem famílias que

> *[...] vivem lá há muitos anos, alguns vivem há trinta anos e sempre foram ameaçados pelo grande fazendeiro – Fiote Caiado – que tem grandes fazendas e sempre vem fazendo de tudo para tomar as terras daqueles posseiros.*[87]

Pode-se dizer que o fazendeiro tinha direito legal à terra. Mas os trabalhadores rurais, que viviam nesse imóvel de 167 alqueires, faziam-no produzir. Daí, sob o poder do sr. Fiote, a terra poderia, evidentemente, tornar-se mais um complemento de um latifúndio improdutivo.

Apoiando-se no processo de vivência e identificação com a terra os posseiros do Córrego da Onça resistiram à tentativa de expulsão. Os trabalhadores foram colhendo, nessas experiências, as bases para os futuros conflitos. Foram construindo uma identidade, no sentido de questionar a política agrícola oficial e reivindicar o sonho da reforma agrária, contrapondo-se, com estes elementos ao latifúndio improdutivo em Goiás.

Durante o período em que a ação possessória estava sendo julgada, os posseiros procuraram criar um ambiente de resistência para a permanência na terra. Em meio à tensão de serem despejados do imóvel e ver seus sonhos sendo destruídos, os trabalhadores constituíram um advogado para defendê-los.

O advogado constituído pelos trabalhadores rurais foi o sr. Warner Carlos Prestes que, mais tarde, foi eleito prefeito de Itapuranga. Há evidências de que esse advogado utilizou-se da situação para se promover eleitoralmente junto

---

[87] *Boletim Informativo do Stri*, nº 03, 25 jul. 1980.

àquelas famílias que estavam sendo expropriadas de suas terras. Mesmo que isso não tenha ocorrido, ele trabalhou mais para o fazendeiro do que para os posseiros. Prova disso é que não pediu à justiça o direito de usucapião, mas só a indenização pelas benfeitorias que existiam na terra e que foram feitas pelos trabalhadores.

Por intermédio da Igreja do Evangelho, como grupo atuante na mediação dos trabalhadores rurais, questionou-se a ação do advogado, mostrando como este não atuou como deveria.

> *Os posseiros, sabendo de seus direitos, ajustam o advogado Warner Carlos Prestes para defendê-los. [...] O advogado abusou da simplicidade e confiança dos posseiros e advogou a favor de "Fiote Caiado". Em vez de fazer o processo requerendo o direito à terra por usucapião, requereu indenização pelas benfeitorias, avaliando-as num total de Cr$ 250.000,00 para as 32 famílias, sendo que havia benfeitorias de uma só posse no valor de Cr$ 40.000,00.*[88]

Percebe-se que o enfrentamento dos trabalhadores rurais não foi somente contra a pressão do fazendeiro. Foi também contra as pessoas que supostamente estavam lhes beneficiando. Por isso, tornavam-se indiferentes, em alguns momentos, com os grupos que os apoiavam, pois havia desconfiança da ajuda oferecida.

João Venâncio, uma das lideranças dos posseiros, que ainda vive em sua terra, fruto das disputas com sr. Fiote, afirma o seguinte:

> *A luta foi difícil, onde o fazendeiro fazia perseguições e pressão para que nóis abandonasse a terra, chegando a ir em minha casa com vários capangas como forma de intimidar. A terra não foi conseguida de graça, pois tivemos que pagar uma indenização*

[88] *Boletim da Diocese de Goiás*, ano XIII, nº 110, 1980.

> *para o Estado. Acreditamos que é por isso que o Estado resolveu dar o título de posse para eles.*[89]

Diante do estado de tensão e medo que se instalou na fazenda, as 32 famílias passaram a vivenciar momentos que até então não tinham presenciado. O depoimento de dona Preta retrata esta tensão:

> *O povo amendrontava nóis demais! Não, eise já vem e a homaiada voltava corria, e corria e ia vigia lá no ponto, na entrada, nê? E as muiê ca nê, naquele medo danado, que safôco cum medo dos home lá nê, só vendo. Não tinha sussego não, nem pra drumi.*[90]

Percebe-se que a ocupação da fazenda Maria Alves teve início com os primeiros moradores que chegaram na fazenda. Vieram com impulso da Marcha para o Oeste, nos anos 40 e 50. Evidentemente, não temos como negar a vinda também de pessoas das regiões próximas, que ora estavam sendo expulsas da terra e procuravam outros locais para viver. Vieram de Uruana, Heitoraí e Itaberaí.

Através de nossas entrevistas, podemos perceber como os migrantes foram experimentando a necessidade de se organizar para permancer na terra. João Venâncio afirma que havia notícia de que ali era o local de "fartura e bonanças":

> *Chegando aqui não havia tanta terra para todos, o jeito foi lutar para conseguir terra. Então foi aí que resolveram lutar pela Fazenda Maria Alves. Os filhos estavam grandes e precisavam trabalhar, daí entrar nesta luta para poder ajudar a deixar alguma coisa para os seus filhos.*[91]

---

[89] Entrevista com João Venâncio, um dos integrantes da resistência na Fazenda Córrego da Onça. O entrevistado não aceitou gravar a sua fala.
[90] Entrevista com dona Preta, filha do sr. José Lopes, o mais antigo morador da fazenda.
[91] Entrevista com o sr. João Venâncio.

Esse surto migratório de mineiros para a região deve ser entendido como parte da política de expansão da fronteira agrícola em Goiás. Essa política tinha o intento de ocupar os espaços vazios,[92] mas acabou acentuando as disparidades entre aqueles que tinham terras e os que trabalhavam na terra, gerando, nesse entrechoque, momentos de tensão.

As famílias chegaram à região e foram se constituindo, ora como meeiro, ora como arrendatário ou agregado. Na fazenda Maria Alves[93], essas famílias foram se estabelecendo a partir dos anos 50, construindo suas casas e preparando o solo para suas roças. Muitos eram aceitos como agregados na fazenda e procuravam outras terras próximas para o cultivo de alimentos.

A atividade econômica principal era a agricultura, praticada no sistema tradicional. As árvores eram derrubadas e queimadas para limpar o terreno; depois, semeavam nas roças, geralmente, o milho, o arroz e o feijão. Estes produtos serviam, quase sempre, para o consumo familiar, isto depois de pagar as dívidas com os proprietários das terras. Quando havia algum excedente, este era negociado na cidade por produtos industrializados ou trocados por outros produtos que os trabalhadores não tinham.

Em meio às atividades do tipo familiar, as famílias iam se constituindo e construindo uma identidade com o local e com a terra. Podemos visualizar esta idéia com a fala do sr. Cândido de Barros, que afirma o seguinte:

> *O Fiote queria me dar Cr$ 10 mil 300 de indenização. E a ordem de despejo provava como tudo foi feito errado. Lá dizia que eu morava na fazenda Cana Miúda, que é a propriedade do Fiote em Goiás Velho. Mas como podia ser, se eu nasci, me criei e sempre*

[92] Aqui reportamos aos debates sobre a Frente de Expansão e Pioneira. Esses debates estão em obras de Jadir Pessoa, Itami Campos e Barsanufo Gomide.
[93] Primeira denominação da Fazenda Córrego da Onça.

> *vivi aqui na beira do Canastra? O Fiote não tem um palmo de terra na beira do Canastra. A ordem nem fala em beira do Canastra. O próprio juiz reconheceu isso, mas mesmo assim ele não voltou atrás.*[94]

As famílias que vieram e se estabeleceram na fazenda Maria Alves já tinham um passado em comum: estavam em busca da terra. Jadir Pessoa[95] analisa que as famílias que vieram para Goiás, indicando que estas já tinham um processo de vida de exclusão, iniciada em outros Estados ou regiões. O embate pela terra já era uma condicionante para esses sujeitos sociais. Tais sujeitos já vivenciaram o processo de exclusão, que vinha com seus pais e que lhes fora transferido. Criou-se uma memória de exclusão, surgindo daí os focos de resistências.

Por isso, quando os agentes sociais, que participaram da história na Fazenda Maria Alves, afirmaram categoricamente que não tinham outra opção de vida se fossem expulsos da terra, eles tinham razão. Ou lutariam pela terra ou em outra hipótese, migrariam para outras regiões. Dona Maria Lopes deu o seguinte depoimento:

> *Se nóis fosse retirado da terra nóis não tinha lugar pra ir não. Ninguém aqui tinha lugar pra ir, ia fica na rua memo, depois tinha que tomar uma dicisão, onde ia fincá o rancho nê (risadas). Esse pessoal que vivia nesta fazenda ninguém tinha pra onde ir não.*[96]

Martins mostra que a migração no Brasil em grande parte, está ligada à expropriação da terra, que vem se acentuando a cada dia.

> *Dados oficiosos indicam que há hoje no país cerca de 40 milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de*

[94] Entrevista de Cândido Barros, no jornal *Opção*, 9 out. 1980.
[95] PESSOA, J. de M. Op. cit.
[96] Entrevista com d. Maria Lopes, esposa do sr. João Lopes, que vive, ainda hoje, nas terras que adquiriram na luta.

> *origem devido principalmente à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura.*[97]

Migrar para outra região seria uma saída para os trabalhadores rurais que estavam sendo expulsos da terra. Mas os sujeitos sociais da Fazenda Maria Alves, diante dos fortes vínculos criados com a terra e de uma história de expropriação que vieram acumulando, resolveram opor-se à expropriação da terra. Construíram, a partir daquele momento, uma intensa mobilização para que as famílias continuassem em suas posses.

## 4. As primeiras experiências da resistência

Em meio ao processo de julgamento do pedido da ação possessória, os trabalhadores da Fazenda Maria Alves passaram a se articular para promoverem a resistência. O processo de julgamento, até a decretação da expulsão da terra, levou cinco anos para ser julgado: de 1975 até 1980, momento em que o juiz de direito da comarca de Itapuranga decretou o cumprimento do mandado de imissão de posse em favor do sr. Fiote Caiado.

Nesse período de cinco anos, os posseiros foram se inteirando da situação e organizando as primeiras resistências em relação às pressões que estavam sofrendo por parte do fazendeiro. A resistência foi elaborada eminentemente pelos trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves.

Dona Geraldina afirma o seguinte:

---

[97] MARTIINS, J. de S.. Op. cit., p. 45.

> *Nós sabíamos que esta terra era nossa e não do Fiote, daí eu aconselhei meu marido que não sairia desta terra de jeito nenhum, pois éramos os verdadeiros donos delas e dela tiramos o sustento de nossos filhos.*[98]

Intensificaram-se as pressões sobre os posseiros para que deixassem a terra. O fazendeiro procurou influenciar a opinião pública, no sentido de denegrir a resistência dos posseiros. Diante dos ataques falaciosos, a população da região não reconheceu o conflito e não soube dos verdadeiros problemas pelos quais passavam as famílias. Muitos dos moradores da cidade chegaram a condenar a organização.

Mas, durante os vários anos de trabalho na terra, os posseiros haviam criado uma identidade entre eles. Forjaram uma estreita relação no que diz respeito à ajuda mútua entre os vários vizinhos, através de mutirões e "traições". As relações entre esses posseiros, evidentemente, não se resumiram em uma relação amistosa, por intermédio apenas de eventos sociais. Claro que tiveram também seus contratempos, quando, por exemplo, os animais passaram a importunar e a destruir plantações de vizinhos, na fazenda.

Os laços de vizinhança e amizade foram rompidos com a divisão das terras pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago). Existe um caso no qual um posseiro, depois de ter sua terra demarcada, apoderou-se de um pedaço de terra de um confrontante seu, passando-se da condição de expropriado a expropriador.

---

[98] Entrevista com dona Geraldina, moradora das terras que foram posses adquiridas com a resistência dos homens e das mulheres trabalhadores.

Mesmo com eventuais situações de mal-estar entre as famílias, notamos, que nas entrevistas existe um saudosismo. Saudade dos mutirões e bailes, momentos estes de interações sociais importantes para essas famílias. Antonio Cândido[99] nos dá algumas indicações sobre os laços que passam a unir os trabalhadores rurais em sua comunidade.

É interessante percebermos que, entre os entrevistados, existiu uma rede de compadres, reforçando a necessidade de se ajudarem e estarem prontos para agir de forma coletiva. Esses trabalhadores aproveitaram a amizade e os laços construídos no convívio para se envolverem na organização pela manutenção da terra.

Percebe-se que essas relações de proximidade e vizinhança entre os posseiros ajudaram a construção da ação histórica de luta pela terra. Nos momentos das visitações, os trabalhadores procuravam conversar sobre a situação em que encontravam e como iriam enfrentar o fazendeiro. Segundo João Venâncio, desde o momento em que o sr. Fiote entrou na justiça para expulsá-los, eles passaram a  se reunir em sua residência, para conversar e discutir sobre os problemas.

Durante as entrevistas, os trabalhadores mostravam as árvores, os trilhos, as velhas casas nas quais viveram durante os embates na fazenda Maria Alves. Esses pontos de referência se tornaram símbolos para as memórias desses trabalhadores e são importantes para a memória da organização e resistência.

---

[99] CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

Portanto, não se pode analisar a história dos sujeitos sociais da fazenda Maria Alves sem levar em consideração um longo processo de ligação e formação dos vínculos dos homens e das mulheres com a terra e com os seus vizinhos, pois é neste viver e conviver que as experiências vão se constituindo.

As primeiras evidências de resistência dos trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves apareceram na primeira metade da década de 70, diante das pressões por eles sofridas. Essas pressões surtiram alguns efeitos imediatos. Diante da situação de coação, algumas famílias saíram da terra, pois o medo era constante. Dona Santana faz referência à fuga de um companheiro que não resistiu à pressão e mudou-se para outro local.

> *O Fiote estendeu arame por esse ‘’mundo a baixo”. Passô aquela aramera, aí o povo pegô rancô tudo, sei que qui esse povo feis desse arame não. Rancô tudo e, largô pelo mato memo. Passô , passô uns tempinho quando é fé entrô, lá vem ele de novo feis outra barraca ali de novo, aí disse que era prá tirar memo o povo né! Mais foi um safôco danado, aquele Bastião Jorge morava lá na serra coitado, veinho, arcadinho pegô foi embora la prá Itapuranga. O povo ficô cum medo, queria correr tudo, largar as casas nê. Padre Isacc veio aqui muitas veis.*[100]

O sr. Fiote intensificou a pressão e utilizou-se de capangas para intimidar as famílias que trabalhavam na fazenda. Nesse momento, capangas se estabeleceram em uma das três entradas. Estrategicamente, o sr. Fiote escolheu, para esta finalidade, a entrada que dava acesso à casa de João Venâncio, por ser o local utilizado para as reuniões, nas quais os trabalhadores discutiam os seus problemas.

A pressão não se encerrou por aí. Era muito comum o fazendeiro conversar com alguns posseiros ou vizinhos, afirmando que a polícia poderia

[100] Dona Santana, conforme entrevista, realizada em sua residência na Fazenda Córrego da Onça..

chegar a qualquer momento e retirá-los à força da terra. Criou-se um ambiente de terror e medo entre as famílias que viviam ali.

Dona Maria, afirma:

> *A homaida não tinha sussego e nóis ia fazê almoço era muito tarde. Que os home saia tudo à noite e, nóis ficava naquele medo. O povo amendrontava nóis demais: não, eise já é vem e homaida voltava corria e corria e ia vigiá lá no ponto, na entrada né. E as muié cá né, naquele medo danado, que safoco cum medo dos home lá né, só vendo. Não tinha sussego não, nem pra drumi.*[101]

Uma outra tática do fazendeiro, para forçar a saída dos posseiros, foi mostrar documentos de escritura ou de impostos pagos ao Incra. Os trabalhadores procuraram questionar a validade da documentação apresentada pelo fazendeiro. Em muitos casos, as famílias que ali viviam também pagavam o imposto territorial há vários anos. Alguns posseiros levaram esses documentos durante a audiência com o juiz da comarca de Itapuranga, tentando mostrar que estes já eram donos da terra, caso tivesse validade o pagamento de imposto.

O *Diário da Manhã* fez um registro interessante do fato:

> *Cândido de Barros, 53 anos, nascido no local e que ali criou 11 filhos. Desesperado, ele começou a chorar quando contou que cultivou durante todo o tempo a terra, e que agora o ameaçam de se retirar, jogar fora todas suas coisas e derrubar seus 100 pés de laranjas e bananas. Tem seis alqueires de terra e mostrou, como todos outros, os comprovantes de que paga anualmente impostos ao Incra.*[102]

O sr. Fiote utilizou-se das visitações nas residências dos posseiros com o objetivo de intimidar as famílias e provocar a saída dos mesmos da terra. Essas visitas serviram como uma tática do fazendeiro, com a finalidade explícita

[101] D. Maria, conforme entrevista.
[102] *Diário da Manhã,* 17 ago. 1980., p. 13.

de convencê-los a se retirarem de suas glebas. Encontros aparentemente, amistosos e visitas cotidianas ordeiras estavam carregados de intenção: provocar a expropriação dos posseiros.

Podemos notar a resistência dos posseiros, às artimanhas do sr. Fiote Caiado, por meio do depoimento de dona Santana. Segundo ela, seu pai, sr. Manuel Lopes, foi vítima da ação do fazendeiro.

> *Agora o meu pai e minha mãe era doente né. Meu pai gostava muito dele (Fiote) que êise era conhecido né, aí então disse qui ia falá com meu pai. Falô: "ocê num vai... ocê num vô jogar na rua não. Ocê eu vô dá uma casa pro cê, lá em Itapuranga." Que minha mãe era doente, ela não saia de casa e ai meu pai falô: "Já que ocê vai me dá uma casa, me dá aqui na roça, eu quero é aqui.* [103]

O resultado da pressão do sr. Fiote sobre as famílias não surtiram os efeitos desejados. A maioria das famílias permaneceu em suas glebas, resistindo às pressões que, constantemente, estavam recebendo. Em meio às pressões do fazendeiro e da própria opinião pública, as 32 famílias de posseiros decidiram resistir e organizar a luta pela terra.

O fazendeiro Fiote Caiado requeria a terra e propunha fazer o pagamento pelas benfeitorias que tinham sido edificadas, oferecendo valores irrisórios para os trabalhadores. Em decorrência disso, depositou em juízo a quantia de Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil cruzeiros) para pagar as edificações feitas pelas famílias, como havia determinado a justiça.

O processo foi julgado e deu ganho de causa ao fazendeiro. A quantia requerida pelo advogado dos posseiros, em 1975, só foi depositada, sem

[103] Dona Santana, conforme entrevista

atualização monetária, em 1980, quando saiu a imissão na posse. O boletim da diocese denunciou essa manobra afirmando:

> *Hoje o processo já cumpriu o seu curso, "Fiote Caiado" já depositou o dinheiro conforme foi calculado em 1975, sem juros nem correção monetária. Os posseiros estão sem saber a quem recorrer, pois já recorreram à justiça e essa os enganou.*[104]

O *Diário da Manhã* também noticiou o intento do fazendeiro, por meio de entrevista com o advogado do Stri, Antônio Tavares, o qual fez alguns esclarecimentos sobre as artimanhas arquitetadas pelo fazendeiro.

> *Se na época* (1975*) o valor apurado para as benfeitorias era irrisório, imagine agora, cinco anos depois, com uma inflação galopante. Por todas as benfeitorias edificadas pelas 34 famílias, foi arbitrada a quantia de Cr$ 152 mil, enquanto que apenas as do posseiro Sebastião Cota ultrapassa Cr$ 550 mil. Um valor mínimo estimado seria, no total, Cr$ 6 milhões.*[105]

Vê-se, pelo que foi exposto acima, que o sr. Fiote Caiado não queria pagar as benfeitorias, mas dar uma indenização àqueles que tinham feito edificações nas terras. Os trabalhadores, orientados pelo advogado, recusaram a proposta e organizaram o movimento de resistência à expropriação da fazenda Maria Alves.

As tentativas de expulsão mostram-nos claramente que os trabalhadores já esboçaram suas primeiras experiências de resistir, com a não intimidação em relação às pressões feitas pelo sr. Fiote, utilizando capanga e fazendo aliciamentos e manipulação da opinião pública.

Sair da terra não seria bom para as famílias, pois não tinham o que fazer e nem para onde ir. O sustento da família estava ameaçado com a tentativa

---

[104] *Boletim da Diocese de Goiás*, ano XIII, nº 10, ago. 1980.
[105] *Diário da Manhã*, 05 out. 1980.

de retirada dos trabalhadores da terra. dona Preta diz que ela nasceu e criada dentro da posse. Daí, ter a certeza de que o sr. Fiote não poderia ser o dono da terra, pois muitos posseiros nasceram e foram ali.

> *Nóis pensava que a terra era nossa, pois nóis tinha sido nascida e criada aqui, e eu num lembro que Fiote tivesse terra aqui não, né. Agora quando a gente é mais novo agente pensa pouco ficava naquela: "que qui esse home já vem fazê? Tirar nóis daqui? Ele num tem terra aqui!" Nóis falava era assim. Ah! Quá! Nóis sofreu demais, precisa de ver!* [106]

A resistência inicial teve a marca dos trabalhadores. Organizaram-se a partir de suas conversas entre as famílias e discutiram o que fariam diante das pressões sofridas. Mesmo sob pressão do fazendeiro, as famílias permaneceram firmes em seu propósito: ficar na terra e retirar o sustento de suas famílias.

**5. Os mediadores e os posseiros**

Se nos primeiros anos do conflito na fazenda Maria Alves os trabalhadores rurais se organizaram sozinhos e resistiram à expulsão da terra, a partir do final dos anos 70 passaram a contar com o apoio da mediação da Igreja do Evangelho. A Diocese de Goiás, desde o início dos trabalhos de Ivo Poletto, já vinha se enveredando pelas questões ligadas aos problemas do homem do campo.

Passaram a contar também com pessoas ligadas ao Stri, que, naquela ocasião, já estava sob a orientação da oposição sindical. Com esses apoios, a estratégia, naquele momento, passaram a ser desenvolvidas no sentido

[106] Dona Maria Lopes, conhecida como D. Preta.

de provocar um debate em toda a sociedade, estadual e local, sobre os problemas destes trabalhadores.

Foi um momento importante da resistência, visto que se criou um novo ambiente, extrapolando o âmbito do local da luta. Os trabalhadores souberam utilizar-se da mediação, considerando-se que ela foi de fundamental importância para mostrar à opinião pública a razão de essas famílias estarem enfrentando um dos maiores fazendeiros da região.

Com o envolvimento de pessoas ligadas às entidades, o conflito pela terra na fazenda Maria Alves passou a ser conhecido não somente no município, mas em todo o país e quiçá na América Latina, como afirma Antônio Tavares. As notícias dos embates passaram a ser veiculadas nos jornais de circulação estadual e nacional.

Os trabalhadores incorporaram e aceitaram a ajuda das instituições e procuraram fortalecer o movimento na fazenda Maria Alves. Servindo-se dessa mediação, procuraram mobilizar e levaram o movimento ao conhecimento do presidente da República, do governador do Estado, da Fetaeg, da Contag, da comunidade local, bem como de políticos goianos que se envolveram na causa.

Por meio de ofícios, entrevistas em jornais e boletins do sindicato e da Diocese de Goiás, procuraram mostrar as razões da organização em torno da terra. Esses documentos divulgaram sobre a real situação pela qual se encontravam as famílias de posseiros. Também cobraram as providências necessárias para solução do embate.

Logo, os primeiros resultados foram sendo conquistados. A par da problemática dos trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves, o conflito foi

denunciado na Assembléia Legislativa do Estado. Denúncias estas que foram elaboradas pelos próprios sujeitos sociais, por meio de uma comissão de posseiros ou de ofícios, com os quais denunciaram as tentativas de expulsão da terra. Denunciaram as arbitrariedades e cobraram providências para a solução do problema da fazenda Maria Alves.

Após a ida dos trabalhadores à Assembléia, o deputado Línio de Paiva, do Partido dos Trabalhadores, procurou expressar as denúncias de agressões do fazendeiro aos posseiros, fazendo um pronunciamento, no dia 30 de agosto de 1980, na tribuna da casa. Descreveu as violências sofridas pelos posseiros da fazenda Maria Alves. No *Diário da Manhã* encontramos menção à seguinte notícia:

> *Línio de Paiva assumiu a tribuna da Assembléia Legislativa para denunciar violências praticadas contra posseiros na cidade de Itapuranga. No sítio Maria Alves, cerca de 32 famílias estão sendo ameaçadas de despejo, via judiciária, apesar de residirem na propriedade há mais de 40 anos.*[107]

Para denunciar as manobras arquitetadas pelo fazendeiro, juntamente com a conivência dos dirigentes estaduais, os trabalhadores enviaram ofício ao juiz de direito da comarca de Itapuranga, mostrando os conchavos políticos e o superfaturamento da compra da fazenda, por intermédio do governo estadual. Em anexo ao ofício, os trabalhadores fizeram um "abaixo assinado, contendo 1.039 assinaturas, de pessoas solidárias com o movimento dos posseiros Maria Alves deste município".[108]

---

[107] *Diário da Manhã*, 30 ago. 1980. p. 4.
[108] Documento do dia 1º de setembro de 1980, enviado a MM. juiz de Direito da Comarca de Itapuranga: Nivaldo Luciano de Oliveira.

Outra entidade que estava a par da situação dos posseiros era a Contag. Em ofício, os trabalhadores mostraram as dificuldades encontradas para permanecerem na terra e pediam apoio para solucionar a questão.

> *Desta forma, pelo que ficou relatado, solicitamos aos companheiros da Contag todo o apoio e proteção a estes trabalhadores sem terra ora ameaçados pela força. Solicitamos do Departamento Jurídico dessa entidade sindical de grau superior, estudar o problema e verificar a possibilidade de enquadrá-lo nos dispositivos do Decreto-Lei nº 554 de 25/04/69.*[109]

No dia 26 de setembro de 1980, os trabalhadores rurais prepararam um documento, que foi enviado ao presidente da República, João Batista de O. Figueiredo. Nesse documento, informaram ao Executivo Federal os problemas pelos quais estavam passando as famílias de trabalhares rurais da fazenda Maria Alves. Assim, o documento afirma:

> *O mandado de imissão na posse já foi expedido pelo Meritíssimo Juiz de Direito da comarca e desde o dia 05 do mês de agosto próximo passado o mesmo se encontra em poder do Oficial de Justiça podendo ser cumprido a qualquer momento, inclusive com uso da força policial. Caso tal medida venha a se concretizar, todos nós, trabalhadores rurais, humildes lavradores, que outra coisa não queremos senão um pedaço de terra que garanta nossa subsistência, seremos despojados de nossos bens e jogados nas ruas das cidades, aumentando ainda mais o número de bóias-frias provocado pela evasão rural.*[110]

A Fetaeg também estava a par da situação da fazenda Maria Alves. Em ofício de setembro de 1980, os trabalhadores demonstraram a situação pelas quais as famílias se encontravam nos embates pelo seu pedaço de terra. Nesses

[109] Ofício do STR endereçado à Contag, do dia 2 de setembro de 1980.
[110] Documento enviado ao presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, datado do dia 26 de setembro de 1980.

documentos, foram evidenciados fatos que davam conta das dificuldades enfrentadas pelas famílias dos trabalhadores rurais.

Mostrava como havia um clima de medo. Principalmente porque "o delegado de polícia desta cidade, alegando que o destacamento policial de Itapuranga é insuficiente, pediu reforço policial à Delegacia Regional de Goiás".[111] A tensão se deveu ao fato de que nesse momento havia um mandado de imissão na posse, pronto para ser cumprido pelo oficial de justiça.

Em 26 de fevereiro de 1981, os trabalhadores enviaram ofício ao deputado estadual Línio de Paiva, no qual demonstraram a preocupação com a negociação que o Estado estava fazendo com o fazendeiro Fiote. Os trabalhadores, juntamente com os mediadores, consideraram que a negociação entre o Estado e o fazendeiro, se baseava em um valor superfaturado. O ofício tem os seguintes termos:

> *Conforme é do conhecimento público atualmente está se concretizando a transação entre o referido fazendeiro e o governo estadual, compra esta que, segundo fomos informados está sendo feita por um preço exorbitante. Cumpre-nos salientar, nesta oportunidade que existem inúmeras irregularidades na documentação de Fiote Caiado*[112]*.*

O apoio da mediação serviu para dar um novo fôlego aos trabalhadores. A partir de então, as estratégias foram sendo definidas no sentido de colocar a opinião pública ao lado dos posseiros. Procuraram desenvolver um trabalho de esclarecimento dos reais sentidos do conflito pela terra na fazenda Maria Alves. Tentaram, com isso, conseguir apoio popular para retirar o estigma

[111] Ofício nº 58, datado de 18 de setembro de 1980, enviado ao Presidente da Fetaeg, Antônio Ferreira Bueno.
[112] Ofício de 26 de fevereiro de 1981 ao deputado estadual Línio de Paiva, do Partido dos Trabalhadores.

de que os trabalhadores eram ladrões e estavam querendo algo que não lhes pertencia.

Mostraram à opinião pública que não estavam roubando, mas requerendo aquilo que lhes pertencia por direito, construído historicamente, através dos vários anos de labores sobre a terra. Enfim, os posseiros se colocaram como aqueles que fizeram a terra produzir.

Dez posseiros estiveram com dom Fernando, para pedir apoio [113]

Figura I - Os trabalhadores rurais, em reunião com D. Fernando, Arcebispo de Goiânia, pedem apoio para a sua causa.

A tática de esclarecer e buscar apoio para resolver os problemas enfrentados pelos trabalhadores não se resumiu ao envio de ofícios. Eles procuraram também o apoio das instituições que estavam se dispondo a ajudá-los, como visualizamos na foto acima.

A documentação que fora produzida foi fruto das estratégias traçadas a partir das experiências dos trabalhadores em relação com os grupos mediadores. Estratégias estas que os trabalhadores rurais procuraram incorporar,

[113] *Diário de Manhã,* 17 ago. 1980, p. 13.

dando sustentação para que fossem colocadas em prática. Por isso, muitos dos trabalhadores passaram a assinar os documentos enviados às autoridades e a compareceram nas audiências na Fetaeg, na Contag, na Assembléia Legislativa e com representantes do governo do Estado. Mostraram que eles é que fizeram e participaram da história pela terra.

## 5.1 – Os trabalhadores vão à cidade

A estratégia dos trabalhadores rurais não se resumiram às resistências esporádicas das famílias em relação ao fazendeiro, ao envio de ofícios e documentos aos órgãos oficiais ou mesmo às reuniões e abaixo-assinados. A partir de um momento da luta, os posseiros se organizaram e fizeram o que podemos considerar como a primeira manifestação popular de rua na cidade de Itapuranga: “A passeata dos posseiros ameaçados”.[114]

A passeata foi organizada para o dia 28 de agosto de 1980. O ato serviu para denunciar as arbitrariedades do fazendeiro, bem como para mostrar a real situação das famílias de trabalhadores rurais que viviam e trabalhavam na terra há mais de 30 anos.

A estratégia era levar até a cidade o problema vivenciado pelos posseiros da fazenda Maria Alves. Eles tinham o firme propósito de denunciar e esclarecer a opinião pública sobre os problemas enfrentados pelas 32 famílias. Tal intento fora planejado para o mesmo dia em que os posseiros agendaram uma

[114] Título da manchete do *Diário da Manhã*, 30 ago. 1980.

audiência com o juiz de direito da comarca de Itapuranga, momento em que reivindicaram e pediram a prorrogação do prazo de retirada dos trabalhadores da fazenda.

A cidade de Itapuranga, até aquele momento, não tinha presenciado uma marcha pela terra. As ruas foram tomadas pelos trabalhadores, que vieram com suas enxadas, cutelos, foices, faixas e cartazes. Tudo com a intenção de sensibilizar as autoridades locais e estaduais para o problema sofrido pelas famílias.

A mobilização na cidade chamou a atenção da comunidade local e estadual para os problemas dos posseiros do Córrego da Onça. Contou com a presença de 500 pessoas, bem como do bispo diocesano de Goiás, D. Tomás Balduíno, de Línio de Paiva, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, representantes da Fetag e de José Rodrigues de Souza e José Teixeira, representantes da oposição sindical dos trabalhadores rurais do Estado.

A respeito do episódio dona Preta, nos informa que

> *[...] veio pro movimento com todos os seus filhos, que tinha medo da luta, mas que era importante estar ali, as pessoas da cidade estavam nos olhando e nós cantando e gritando que queríamos a terra que já era nossa.*[115]

A marcha pelas ruas fortaleceu o movimento. A imprensa estadual passou a dar cobertura da luta pela terra em Itapuranga. Noticiou-se que os trabalhadores rurais já viviam na terra há mais de 30 anos e estavam ameaçados de despejo. A mobilização foi importante para denunciar os interesses de grileiros

[115] Dona Preta, conforme entrevista.

profissionais, bem como da política agrária do país, que sempre favoreceu a grande propriedade rural.

A mobilização teve o apoio de trabalhadores e representantes de outras cidades. Estiveram participando do ato “lavradores de Fazenda Nova, Novo Brasil, Itaberaí, Jussara, Santa Fé, Itapirapuã e Goiás Velho”.[116], bem como de trabalhadores que preconizavam e idealizavam a distribuição de terra em todo o estado.

Os trabalhadores rurais saíram em passeata pelas ruas de Itapuranga, mostrando em mensagens as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Assim, a manifestação foi descrita por um jornal da capital:

> *Os trabalhadores andaram cerca de uma hora, empunhando faixas e cartazes, com os dizeres* ***“A terra é de quem trabalha nela”; “Queremos terra para trabalhar e viver”; “Nós exigimos nossas terras, é nosso direito”; “Não aceitamos ser despejados”; “Pedimos apoio do povo”*** *(grifos do jornal).*[117]

Os manifestantes passaram a dizer palavras de ordem: “abaixo os grileiros”; “justiça na terra que não tem”; “chega de exploração”; “abaixo os grileiros”; “os posseiros unidos jamais serão vencidos”.[118]

Em meio às manifestações dos trabalhadores rurais, organizou-se um abaixo-assinado, cujo objetivo foi o de dar maior legitimidade ao movimento. Foram colhidas 1.039 assinaturas, às quais foram anexadas em documentos enviados às autoridades estaduais e federais, com o intuito de chamar a atenção para o problema dos posseiros.

---

[116] *Diário da Manhã*, 30 ago. 1980.
[117] *Diário da Manhã*, op. cit.
[118] *Diário da Manhã*, op. cit.

A passeata percorreu as principais ruas da cidade, diminuindo o aspecto de cidade pacata. Até aquela data, não se tinha notícia de uma mobilização com aquele número de participantes. O ato teve o encerramento às 17 horas, quando alguns pronunciamentos de lideranças classistas e de outros trabalhadores reforçaram a ação dos trabalhadores rurais.

D. Tomás Balduíno fez um pronunciamento, mostrando o valor da união para fortalecer o movimento. Afirmou que este foi

> *O início de uma grande jornada, um compromisso: depois de tantos papéis, reivindicações, o resultado foi justiça. Falta é informação. Com essa união, está criado um caso social. Não se joga na rua crianças que precisam ser alimentadas. Com o caso social, não existe lei injusta.*[119]

A importância da passeata se materializou com o pronunciamento de d. Tomás, bem como de outras pessoas que estiveram na manifestação. Um metalúrgico veio de São Paulo para participar da passeata e discursou afirmando o seguinte: “nós operários e camponeses temos que desenvolver um trabalho conjunto, pois só assim vamos poder deixar algum benefício para nossos filhos”.[120] A participação do metalúrgico mostra como a passeata foi planejada, envolvendo pessoas de todos os segmentos organizados não só do Estado, mas de outras regiões do país, principalmente de São Paulo, que era visto como o local de maior incidência de movimentos sociais.

Ao que tudo indica, a passeata teve importância primordial para a mobilização dos trabalhadores, pois evidenciou na sociedade local e regional o verdadeiro significado da ação coletiva desses sujeitos sociais. Desde então, os

---

[119] *Diário da Manhã,* op. cit.
[120] *Diário da Manhã,* op. cit

trabalhadores passaram a perceber que as terras poderiam ficar com eles, à medida que mostrassem a força da sua organização. Por esta razão, atribuímos também um importante papel à imprensa, tanto a que circulava cotidianamente em nosso Estado quanto às publicações oficias dos órgãos de apoio dos movimentos.

A manifestação na cidade trouxe mais ânimo e força à mobilização. Essa idéia foi registrada pelo *Diário da Manhã,* que transcreveu um discurso eminentemente significativo de uma posseira: Eu estive no Fórum, e lá me disseram que, se agente não sair das nossas terras até o dia 03, no dia 4 a polícia vai lá para nos tirar. Mas eu quero deixar bem claro. De lá, agente só sai morto.[121]

A afirmativa da posseira mostra com clara evidência que os trabalhadores estavam cientes das dificuldades que enfrentariam, caso a questão persistisse. Fortaleceu-se a convicção de que as terras eram deles e por elas estavam dispostos até a perder a vida. Essa decisão política dos trabalhadores teve o mérito de mexer com os aspectos da organização e resistência, pois os trabalhadores passaram a impedir qualquer ação repressiva na fazenda, preparando-se para um eventual confronto.

**6. O despejo fica mais próximo**

Em meio à euforia dos resultados da passeata do dia 28, os boatos de despejo passaram a ecoar mais forte. A preocupação tornou-se uma constante

[121] *Diário da Manhã,* op. cit

a partir do instante em que o juiz da comarca emitiu o documento de reintegração de posse a favor do fazendeiro.

Após o problema dos posseiros do Córrego da Onça ser veiculado na imprensa estadual, o temor do despejo passou a rondar a organização. Isto devido à pressão do fazendeiro, para que o mandado de imissão de posse fosse cumprido à risca. Diante da intensificação dos boatos, foram requisitados reforços policiais à delegacia regional da cidade de Goiás e de Itaberaí, para o cumprimento do mandado.

O *Diário da Manhã* noticiou tal fato, afirmando o seguinte:

> *Chegou-se a requisitar um contingente policial à Delegacia Regional da cidade de Goiás. Seriam enviados 45 policiais para dar cobertura aos oficiais de justiça, o que deveria ocorrer na madrugada da última quinta-feira, dia 2.*[122]

Os posseiros procuraram se organizar e evitar que houvesse uma possível ação policial na fazenda. Fizeram guarnições nas três principais entradas da área em litígio. Os trabalhadores se dividiram em grupos, na tentativa de impedir a entrada, na fazenda, de qualquer pessoa alheia ao movimento. Mesmo os grupos de mediação tiveram dificuldades de acesso ao local, tendo que se identificar junto às guarnições postadas nas entradas.

A noite do dia 1º de setembro de 1980, foi um momento de espera, de reuniões e de rezas. Aguardavam a chegada do oficial de justiça e dos policiais para o cumprimento do mandado. A espera se deu na casa de João Venâncio.

---

[122] *Diário da Manhã*, 5 out. 1980.

Na noite em questão, todos os homens ficaram reunidos nessa residência, aguardando o desfecho do dia seguinte. Conversaram e questionaram sob a decisão a ser tomada. Os trabalhadores estavam dispostos a enfrentar a polícia, como forma de garantir a terra para suas famílias.

Dona Santana expressa o clima então reinante: “uma noite qui ninguém dromiu. Passô a noite toda assim né, qui neste tempo não tinha energia, com luz acesa na mão. Medo, esperando o povo, chegá memo”[123]. Dona Maria também mostra a tensão e medo por que passaram:

> *As mulheres ficava em casa e os home fora. Prá entrada daqui e outros fora, prá entrada de lá de cima né, fala que vinha pulícia pra tirar o povo né, diz que vinha pulícia pra tirar o povo, tirar o povo e jogar fora, tirar nóis.*[124]

A noite se foi e o dia raiou. Os trabalhadores continuaram à espera de uma possível invasão da força policial. Em meio à angustia e à preocupação, com o que poderia vir a acontecer, surgiram notícias de que o governo do Estado estaria enviando uma comissão para negociar com os posseiros.

As resistências silenciosas dos posseiros começaram a dar os frutos. No mesmo dia em que os trabalhadores passaram a noite em vigília, o governo do estado anunciava “que não permitira violência e iria enviar ao local o secretário da Interior e Justiça, Brasílio Caiado, e o comandante Geral da PM, coronel Aníbal Coutinho, para negociar com os posseiros”.[125]

---

[123] Dona Santana, conforme entrevista.
[124] Dona Preta, conforme entrevista..
[125] *Diário da Manhã,* 05 out. 1980.

Posseiros e autoridades negociam dentro da própria área de litígio [126]

Figura II - Na imagem acima visualizamos os interlocutores enviados pelo governador do Estado, Ary Valadão, ao chegarem na fazenda Maria Alves, às 9h da manhã.

Ao chegarem ao local, estavam reunidos os trabalhadores, a imprensa, representantes do STRI e da CPT, todos ansiosos pela conversa dos emissários.

Havia um ambiente tenso, pois os trabalhadores estavam na expectativa de uma possível negociação para solucionar seus problemas. Os trabalhadores receberam os emissários do governo e encaminharam-se para a residência de João Venâncio. No *Diário da Manhã* encontramos uma narrativa da chegada dos representantes do governo:

> *Brasílio e Aníbal chegaram às 9 horas e foram direto para a fazenda, parando em uma das suas entradas, onde dezenas de posseiros faziam vigília, solicitando-lhes que se reunissem na casa de um deles, João Venâncio. Numa reunião que durou duas horas [....].*[127]

Note-se, portanto, que, depois da mobilização para esclarecer a opinião pública e da veiculação dos fatos na imprensa goiana, as autoridades

[126] *Diário da Manhã*, 17 ago. 1980, p.13
[127] *Diário da Manhã*, 03 out. 1980, p. 11.

passaram a se interessar pela questão. Não que estivessem querendo resolver o problema, mas queriam evitar um desgaste político para o governo estadual. O governo estadual, evidentemente, aproveitou-se da situação, procurando negar a história dos posseiros e afirmando que o Estado é que estava solucionando o conflito. “Os dois visitantes começaram a fazer a chamada daqueles que realmente tinham direito à posse, enquanto Brasílio explicava as intenções do governo”.[128]

O secretário do Interior e Justiça, Brasílio Caiado, já estava com a solução para a questão do litígio das terras da fazenda Maria Alves. Não o desejado pelos trabalhadores, que era conseguir a terra por interesse social, utilizando-se dos dispositivos legais da Lei 554, de 25 de abril de 1969, pedindo a desapropriação das terras.

O discurso de Brasílio Caiado mostra, com clara evidência, para que vieram:

> *O governador, como homem que veio da lavoura, se sensibilizou com o problema de vocês. Não queremos nenhuma arbitrariedade, e, se não tivéssemos aqui, a polícia, que apenas cumpre as leis, teria aparecido hoje na casa de todos vocês, obrigando-os a se retirar.* ***O governo, tenho certeza, vai perder no final, vendendo as terras por preços irrisórios, (grifos nossos) mas*** *o que importa é que vocês, que trabalham nela, continuem cultivando-a.*[129]

Com um discurso oficioso, evidenciamos as manobras que foram arquitetadas para a venda da terra. O Estado comprou a terra de Fiote Caiado, pagando “22 milhões de cruzeiros sob a alegação de que a intervenção do Estado

[128] *Diário da Manhã,* op. cit.
[129] *Diário da Manhã,* op. cit.

se deu para resolver um problema social".[130] Com essas evidências, percebe-se que o governo estadual não estava resolvendo os problemas dos trabalhadores, mas ajudando o fazendeiro a transformar aquela terra em um ótimo negócio.

Um fato que reforça ainda mais estas evidências é que o fazendeiro era parente próximo do secretário do Interior e Justiça de Goiás. Denúncias vieram do deputado federal Adhemar Santillo:

> *Essa negociata beneficia o primo do secretário do Interior e Justiça, e o problema social continuará o mesmo ou até agravado porque no mínimo os posseiros terão que abrir mão das terras por absoluta falta de dinheiro para o pagamento.*[131]

A terra foi supervalorizada. O solo em questão não era de primeira qualidade. Pelo contrário, havia um terreno muito acidentado e, em algumas partes, o solo era muito rochoso. Motivo que levou muitos posseiros a plantar suas lavouras em fazendas próximas, pois nem tudo que se plantava nas terras dava. Mesmo conhecendo a real situação do valor venal da terra, o governo estadual resolveu pagar cerca de 7,5 mil cruzeiros pelo alqueire das terras.

O governo comprou as terras por um valor superfaturado e as revendeu para os posseiros. Cada trabalhador ficaria com as terras, cujas demarcações seriam as divisas que já estavam consolidadas. O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago) enviou à fazenda Maria Alves os agrimensores, logo na semana seguinte, para fazer a demarcação das terras, como referencial para o cálculo do valor venal de cada gleba.

---

[130] *O Popular*, 4 nov. 1980, p. 8.
[131] *Diário da Manhã*, 4 nov. 1980, p. 6.

A vinda dos emissários do governo estadual criou uma expectativa de solução da questão, abrindo caminho para um acordo com as famílias da fazenda Maria Alves. O acordo foi firmado entre as partes no fórum de Itapuranga. Foi uma estratégia usada pelos emissários do governo estadual, pois no local do litígio havia muitas pessoas presentes, dentre estes, os grupos que ajudaram a condução da luta. Dessa forma, procuraram fugir de uma possível pressão dos mediadores.

Na reunião realizada no fórum, as 32 famílias se fizeram presentes e foi explicada a situação de cada uma delas. Nesta reunião, ficou acordado que

> *[...] na próxima segunda-feira, o Instituto de Desenvolvimento Agrário – Idago – irá enviar alguns topógrafos ao local, para medir as propriedades. Paralelamente, o governador enviará à Assembléia Legislativa uma mensagem solicitando autorização para adquirir as terras de Fiote Caiado e que, aprovada, será sancionada imediatamente.*[132]

Diante deste quadro, os posseiros aguardaram a chegada dos técnicos para efetuar a demarcação de cada lote. Tal fato aconteceu dias após a audiência com os representantes do poder estadual. Percebe-se que as famílias foram levadas a pagar por uma terra que já trabalhavam há mais de 30 anos, beneficiando em demasia, mais uma vez, o latifundiário. Mas o exemplo da organização não foi apagado da história.

## 7. Pensar o pensado

Mesmo diante do pagamento, por parte das famílias, para terem a terra, a contenda foi um marco importante. Na medida em que as 32 famílias

[132] *Diário da Manhã*, 3 out. 1980.

permaneceram na terra, essa resistência tornou-se um marco para a organização do trabalhador rural e para o questionamento do latifúndio improdutivo em Goiás. Diante deste quadro, devemos fazer uma reflexão sobre o desfecho do problema, uma vez que as terras não foram desapropriadas para fins de reforma agrária, mas os trabalhadores tiveram que pagar para tê-las.

As evidências nos apontam para uma manobra arquitetada pelo governo estadual, juntamente com o fazendeiro. Como já havíamos apontado anteriormente, houve várias denúncias de que as terras foram compradas por um preço exorbitante. Preço este pago pelo governo do Estado, sem contestações tanto de Fiote como também dos próprios trabalhadores.

Entende-se que os trabalhadores já estavam exauridos dos embates travados até então. Foi preferível pagar a terra a ter que continuar as demandas com o fazendeiro. Razão pela qual, após ser firmado o acordo, saíram para a festa da vitória, como se a terra tivesse sido desapropriada por interesse social.

Em relação ao governo do Estado, as evidências de uma manobra estavam claras. Documentos encontrados denunciaram o alto preço pago àquelas terras. Percebe-se que o governo estadual criou uma estratégia para encobrir a história do conflito pela terra, enviando interlocutores oficiais com uma proposta pronta, cabendo aos trabalhadores apenas aceitá-la.

A compra das terras havia sido decidida na reunião em Goiânia, na qual se fizeram presentes o governo estadual e o fazendeiro, deixando de fora as famílias que viviam e trabalhavam na terra. Esta estratégia se confirma, principalmente, após as várias manifestações dos trabalhadores, apoiados pelos mediadores, chamando a atenção da opinião pública e denunciando o descaso

das autoridades para com aquelas famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Em entrevista ao *Diário da Manhã*, João Benfica já enfatizava a manobra do estado:

> *Em princípios do mês de setembro, com a ajuda da Fetaeg e o total apoio da Contag, foi, por nós, encaminhado um pedido de desapropriação, da área por interesse social, isto na área federal. Aí, antes que o pessoal do Incra tomasse as providências necessárias, o governador Ary Valadão declarou publicamente que o imóvel demandado seria desapropriado e entregue aos posseiros.*[133]

Vê-se que o governo estadual já estava ciente e pronto para agir à medida que o problema fosse agravando. O governo estadual procurou negar a ação dos trabalhadores, mostrando que o governador era quem estava dando aquelas terras, para que se evitasse algum confronto entre os posseiros e a força policial.

Em Itapuranga, muitas pessoas, que foram excluídas da terra, a partir dos embates na fazenda Maria Alves, engajaram-se nos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra em outros municípios vizinhos. As experiências vivenciadas pelos dos posseiros do Córrego da Onça serviram de exemplo para futuras ocupações de terra no Estado. Este fato foi comentado e estudado por Pessoa,[134] quando analisou as resistências dos trabalhadores rurais sem-terra na região da cidade de Goiás. As afirmativas acima são corroboradas pelo envolvimento de trabalhadores rurais na ocupação de terra na fazenda Estiva e Mosquito, no município de Goiás.

---

[133] *Diário da Manhã*, 24 out. 1980.
[134] PESSOA, J. de M. Op. cit.

Os embates entre as famílias e o sr. Fiote mostra-nos o valor desses sujeitos socais na condução dos movimentos sociais no campo. Percebe-se que os homens e as mulheres, pessoas com ou sem oportunidades de estudos e com pouca riqueza material, mostraram que podem conseguir a terra com organização, mobilização e persistência. A memória dos agentes sociais nos dão conta do enfrentamento e da participação destes na consolidação da trajetória histórica que enfrentaram. Nas entrevistas, lembraram dos fatos e tensões que marcaram todo o movimento, com muita emoção e alegria.

O medo, entre os trabalhadores, durante a mobilização, era constante. Medo de perder a terra, de perder a vida, de perder o local de sustentar as famílias e de perder a identidade, que já tinham construído durante vários anos. Em meio a tais temores, os trabalhadores mostraram-se eficazes na resistência.

Ficou evidente que o Estado procurou tirar proveito da situação, pois satisfez aos desejos do fazendeiro e apropriou-se dos sonhos dos trabalhadores, ao adquirir a terra. Os interlocutores oficiais tiraram proveito político-partidário nas eleições seguintes, pois Brasílio Caiado elegeu-se deputado federal, tendo a maioria dos votos na região.

Daí a constatação de que houve realmente uma manobra política do Estado. Ao aproveitar-se da situação e dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e ao usar seus sonhos, como forma de dominá-los politicamente, criou-se um vínculo entre estes e as pessoas ligadas ao Estado, que vieram mediar o conflito.

A manobra foi no sentido de tentar invalidar a ação dos posseiros da fazenda Maria Alves. Hoje, observa-se que poucas pessoas recordam ou ouviram falar dos embates pela terra em Itapuranga. O discurso foi muito bem arquitetado pelo poder constituído, no sentido de apagar a memória da resistência que existiu naquela fazenda.

Mas, também para os trabalhadores rurais, a situação foi proveitosa. Conseguiram impor a marca de sua mobilização e organização até então desconhecida. Os frutos colhidos pelos trabalhadores foram extremamente importantes para o questionamento dos problemas do homem do campo e de sua expropriação pelo latifúndio improdutivo.

À medida que havia tentativa de cooptação dos posseiros, eles procuraram criar outras formas de tirar “lições” dessa manobra. Por isso, após a organização dos posseiros do Córrego da Onça, os movimentos sociais no campo, em Itapuranga e outras regiões de Goiás, tomaram outros rumos, tendo como exemplos as várias ocupações de fazenda verificadas no Estado de Goiás.

Mesmo diante do pagamento pela terra, os trabalhadores rurais da fazenda Maria Alves resolveram festejar. O medo presente nos primeiros momentos da luta se converteu em alegria. Ao noticiarem que a terra estava com os posseiros, o festejo se processou. O *Diário da Manhã* registrou o acontecido da seguinte forma:

> *A alegria era geral. Todos rumaram para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para se inteirarem dos detalhes... e lá os posseiros entoaram um canto de Dom Pedro Casaldáliga: “Somos povo, somos gente/ somos o povo de Deus/ Queremos terra na terra/ já temos terra no céu/ Retirando, chega o dia de assentar o pé no chão/com fé nova/ gente teimosa/ e na força da*

> *união/lavradores, vida nova/ gente unida em mutirão/gente unida a toda prova/de uma fé no coração.*[135]

Contudo, o conflito para permanecerem na terra tornou-se um símbolo para o trabalhador rural. Símbolo não só para os sem-terra, mas para os enfrentamentos por saúde popular, pela contra o intermediário, contra a exploração em compras no comércio, pelo fim do monopólio da compra de leite, do monopólio da venda de carne e pelos direitos dos trabalhadores diaristas, principalmente, dos cortadores de cana, vinculados às usinas de álcool. A história dos trabalhadores rurais não continuou a mesma depois dos exemplos da fazenda Maria Alves. Tudo estaria começando.

[135] *Diário da Manhã,* 03 out. 1980.

## CAPÍTULO III

# OS TRABALHADORES E A QUESTÃO DA SAÚDE

> *Uma das coisas que fez com que os trabalhadores rurais se engajassem nessa luta, era a questão... é, a situação econômica que vivia os trabalhadores rurais, porque aqui só tinha hospital particular. Então não tinha... os pequenos produtores, não tinha acesso nenhum, a nenhum tipo de tratamento que não fosse particular (...)*
>
> *Maria Pereira dos Santos*

## 1. Trabalhadores rurais lutam pela saúde pública

A saga dos trabalhadores rurais de Itapuranga não se resumiu no conflito pela terra. A trajetória intensificou-se à medida que as experiências acumuladas no cotidiano passaram a ser disseminadas pelos próprios trabalhadores, por meio dos trabalhos pastorais da Igreja do Evangelho, bem como dos representantes sindicais locais. Neste contexto, nos deparamos com os enfrentamentos pelo atendimento público e gratuito nos hospitais de Itapuranga, com a discussão sobre a exploração dos trabalhadores pelos patrões e com trabalho de esclarecimento sobre os intermediários. A par dos problemas que os envolviam, esses sujeitos sociais passaram a reivindicar, dos órgãos competentes, ações concretas que pudessem sanar tais dificuldades.

A formação sócio-econômica do município de Itapuranga, antigo Xixá, está relacionada com a vinda de migrantes, quase que exclusivamente de mineiros. Vieram principalmente de regiões nas quais as desigualdades sociais se acentuaram, em conseqüência da expropriação da terra. Os mineiros

chegaram à região com os sonhos de conseguirem a terra, descrita por intermédio de pessoas que passaram por ali ou por meio de programas de rádio.

Pessoa nos informa que

> *Com a Marcha para Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país.*[136]

As utopias não se concretizaram. A realidade que aqui encontraram não era diferente da que vivenciavam em Minas Gerais. Terra existia com fartura. Porém, comprar com que dinheiro, se a situação de exclusão continuava? Em conseqüência dessa realidade, as famílias passaram a viver e a trabalhar nas propriedades como meeiros, arrendatários e agregados.

Vera Lunardi aponta que comprar a terra tão sonhada foi uma realização não de todos que se dirigiram para a região. Afirma o seguinte:

> *Isto foi possível apenas para uma pequena parcela de agricultores, restando, à maioria – como condição de sobrevivência na região – o recurso de tornarem-se arrendatários, parceiros ou agregados. Os processos de arrendamento de terras e de emprego como agregados, ocorriam junto às grandes propriedades fundiárias – que não eram muitas -, enquanto a parceria (na meia, na terça) era estabelecida junto às propriedades pequenas.*[137]

Por meio de intenso trabalho familiar, contando com a boa fertilidade do solo, os migrantes foram conseguindo retirar do solo uma produção de cereais, da qual foram gerando excedentes. Com estas sobras os trabalhadores

---

[136] PESSOA, J. de M. Op. cit., p. 47.

[137] LUNARDI, Vera Lucia. *As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás.* Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado), 1999, p. 207.

conseguiram comprar pequenas glebas de terras. Tal intento, evidentemente, não acontecia de um ano para o outro. Levavam-se de 5 a 10 anos.

No entanto, como pudemos observar, a realidade acima descrita não se constituiu como regra. Grande parte das famílias foi se estabelecendo nas propriedades, em terras que pertenciam a outras pessoas. Muitos conseguiram comprar um pequeno pedaço de terra; outros migraram para outras regiões, enfrentando uma nova frente de expansão.

O que importa dizer é que, por volta dos anos 70, nessa região já se configurava a formação de pequenas e médias propriedades. Propriedades que eram trabalhadas, quase exclusivamente, com o esforço dos familiares. Daí, conclui-se que houve uma reforma agrária, quase que natural.

Sendo, assim, constata Lunardi:

> *A economia do município de Itapuranga foi calcando-se basicamente nas atividades agropecuárias de pequeno porte, típicas da "agricultura familiar". Porém, uma parcela significativa ainda permaneceria sem acesso à terra, trabalhando em propriedades alheias.*[138]

Tendo em vista que a mecanização da agricultura acentuou-se, vários trabalhadores foram sendo expulsos da terra. As famílias que não conseguiram comprar o seu quinhão passaram a viver na cidade. Mesmo assim, continuaram trabalhando como diaristas, empreiteiros e meeiros, cultivando arroz, feijão e milho, vocação a que já estavam acostumados desde longa data.

A grande maioria da população da região vivia no campo, mostrando que os sujeitos sociais teriam que se organizar para ter os direitos garantidos ou

[138] LUNARDI, V. L. Op. cit., p. 207.

retornarem ao ciclo de migração para outras regiões de expansão. Esse movimento foi sentido no final dos anos 80, momento em que várias famílias, não conseguindo seu pedaço de terra, partiram em busca da mesma, migrando para o Estado do Pará.

Mesmo diante da modernização da agricultura, a mini e a pequena propriedade familiar prevaleceram na estrutura fundiária do município. Observemos a tabela abaixo:

**Tabela I – Estrutura Fundiária de Itapuranga - 1996**

| Dimensão (há) | Número de propriedades | Hectare | % |
|---|---|---|---|
| Menos ⟶ 10 | 756 | 3.694,0 | 37,4 |
| 10 ⟶ 100 | 1.006 | 24.292,0 | 49,80 |
| 100 ⟶ 100 | 250 | 61.292,0 | 12,45 |
| 10.000 acima | 01 | 22.144,0 | 0,05 |

Fonte: IBGE/CENSO/1996

Cabe salientar que a maior parte das terras no município está ocupadas por propriedades pequenas, mostrando, como já foi mencionado, que houve uma reforma agrária natural.

Outro dado que nos chama a atenção é o que se refere às formas de trabalhar a terra. Observamos que o percentual da condição de proprietários é bem superior às outras condições. Analisemos a tabela a seguir:

**Tabela II – Estabelecimentos Rurais em Itapuranga – 1996**

| Discriminação | Número de estabelecimentos | % |
|---|---|---|
| Proprietário | 1.663 | 82,30 |
| Arrendatário | 70 | 3,50 |
| Parceiro | 162 | 8,00 |
| Meeiro | - | - |
| Ocupante | 125 | 6,20 |
| Total | 2.020 | 100,00 |

Fonte: IBGE/CENSO/1996

Estas considerações sobre a situação dos trabalhadores são interessantes para que possamos visualizar quais pessoas estiveram envolvidas nas organizações populares, principalmente no que concerne ao atendimento público nos hospitais em Itapuranga. Os sujeitos sociais eram os mini e pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, peões e agregados que não tinham como pagar as consultas nos hospitais particulares. Por isso, quando necessitavam dos atendimentos ambulatoriais, eram discriminados, sujeitando-se aos dissabores dessas instituições de saúde.

## 2. As experiências de organização

Não ser atendido nos três hospitais particulares de Itapuranga já era uma constante, tanto para os trabalhadores rurais quanto para os pobres da cidade. Com as experiências de exclusão, referente à terra, à venda de cereais, ao atendimento nos hospitais particulares, os trabalhadores iniciaram um processo de discussão dos problemas enfrentados. Esse debate era feito durante as visitas aos vizinhos, no labor do dia-a-dia e em reuniões nas comunidades de base, mediado pela Igreja do Evangelho.

Analisar o que vivenciavam era uma constante para os trabalhadores, mostrando que já estavam cientes da situação de exclusão, por meio da experiência social, como afirma Thompson. Nesse sentido é que José Augusto Caixeta nos diz o seguinte:

> *Ai, antes do sindicato, a gente já começou a pensar em organização, vendo a questão da saúde, porque era comum na época esse pessoal que veio de fora pra qui, naquela vontade de*

> *ganhar dinheiro. A gente fazia grandes colheitas e acabava que um simples internamento da pessoa da família o dinheiro ia tudo, embora ficava tudo no hospital particular.*[139]

As organizações dos trabalhadores, para atendimento público nos hospitais, intensificaram-se na medida em que os sujeitos sociais passaram a utilizar as reuniões nas Comunidades de Base para discutir e tomar decisões a respeito dos problemas por eles enfrentados.

A vivência nas comunidades se tornou importante para a materialização das ações dos trabalhadores. Os agentes pastorais foram inserindo suas reflexões sobre os direitos dos trabalhadores e estes passaram a se organizar e a pensar no que fazer, diante dos problemas que os cercavam.

Pensando assim é que Marilene Coelho afirma:

> *Nesse processo, o Movimento Popular de Saúde no Vale do São Patrício construiu, paulatinamente, suas referências. Isto é, na interação entre os intelectuais orgânicos e os segmentos populares, no processo de participação que é eminentemente educativo, o Movimento Popular de Saúde construiu, a partir das condições concretas de vida de um segmento da população que luta por sobreviver da terra e na terra, uma concepção de saúde.*[140]

As várias experiências nas comunidades proporcionaram aos trabalhadores rurais a tomada de decisões concretas, que foram incorporadas no sentido de dar respostas aos problemas enfrentados no cotidiano. Desde então, os problemas deixaram de ser pensados com individualidade, assumindo a forma coletiva. Em meio às várias discussões, fundou-se, em 1972, o Sindicato dos

---

[139] José Augusto Caixeta, conforme entrevista citada.
[140] COELHO, M. A. *O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício.* 1974-1992. Goiânia: UFG (Dissertação de mestrado), p. 76.

Trabalhadores Rurais de Itapuranga, cuja ação não veio ao encontro dos anseios destes trabalhadores.

A organização teve como marco inicial, os primeiros anos da década de 70, momento em que os trabalhadores rurais passaram a cobrar atendimento médico nos hospitais particulares, através do INPS. Protestaram contra o pagamento à vista das despesas médicas e o aval que teriam que deixar empenhado para a unidade hospitalar.

A partir desse quadro de exclusão, ao qual estavam submetidos, os trabalhadores decidiram preparar uma série de mobilizações com o objetivo de eliminar as disparidades. José Augusto Caixeta assim afirma:

> *O que levou a gente a participar do movimento que a gente vendo a situação de exploração que sempre teve do pequeno, a situação de exploração do grande pelo pequeno, e a gente analisando e a única solução é si nóis ajuntasse e vamo organizá e si nóis ficasse isolado, ia ser explorado a vida inteira, nóis temos que organizá pra nóis ter força pra lutar contra o sistema que tem aí que massacra a gente.*[141]

As experiências de exclusão dos atendimentos nos hospitais levaram os trabalhadores a perceber o valor de sua organização. Os enfrentamentos intensificaram-se a partir das discussões e posicionamentos junto aos trabalhos da Igreja do Evangelho, principalmente sob a coordenação de Ivo Poletto.

Os obstáculos ao acesso à saúde pública foram denunciados no boletim da Diocese de Goiás, traçando um panorama geral da situação daqueles que necessitavam do atendimento médico-hospitalar.

---

[141] José Caixeta, conforme entrevista.

> *Todo o pessoal que quer tratar pelo INPS em Itapuranga tem que ir à Goiânia, Ceres ou Goiás, porque nenhum dos 4 hospitais da cidade tem convênio com INPS. Sabe-se que tempos atrás os próprios médicos dos hospitais uniram-se para não aceitar o convênio com o INPS, visando seu lucro no atendimento particular forçado por esta situação.*[142]

Os trabalhadores rurais conviveram com duas realidades que se complementavam ou gastavam o dinheiro nos hospitais particulares de Itapuranga ou pagavam as despesas para se deslocarem até as cidades que atendiam pelo instituto. O boletim da diocese alertou na ocasião: "[...] isto está se tornando um caso muito grave, porque o povo não tem nem dinheiro para comprar remédios, como é que vai pagar passagem para ir consultar em outra cidade"?[143] Com uma realidade difícil, aproveitando-se de suas experiências, procuraram se organizar e criaram meios para fortalecer o movimento.

Dona Augusta tem a seguinte opinião a respeito do engajamento dos trabalhadores rurais na questão:

> *Uma das coisas que fez com que os trabalhadores rurais se engajassem nessa luta era a questão... é, a situação econômica que vivia os trabalhadores rurais, porque aqui só tinha hospital particular. Então não tinha... os pequenos produtores, não tinha acesso nenhum, a nenhum tipo de tratamento que não fosse particular [...]*[144]

Conseguir atendimento médico gratuito em Itapuranga, para os trabalhadores rurais, tornava-se um desafio. Os hospitais particulares só faziam o atendimento mediante pagamento ou por meio de garantia da consulta.

---

[142] *Boletim da Diocese de Goiás*, ano XII, dez. 1979, nº 108.
[143] *Boletim da Diocese de Goiás*, op. cit.
[144] Entrevista com d. Augusta, trabalhadora rural e que foi presidente do Sindicato dos T. Rurais de Itapuranga e vereadora.

Buscar assistência médica em outras cidades da região já era uma constante entre os trabalhadores. Em meio à comunidade e aos trabalhadores, criou-se costume de identificar aqueles que nasceram e tiveram tratamento nas cidades vizinhas. Costume descrito através do depoimento de Perpétua Maria Gontijo, que mostra a identidade formada entre as pessoas que nasciam nessas localidades:

> *A realidade era muito doída [...] então o pessoal é, você escuta muito hoje, pessoas jovens, adultas falá assim: eu nasci em Goiás Velho, minha mãe foi ganhar nenêm em Goiás, eu nasci em Ceres, a minha foi ganhar nenêm em Ceres. Isso pode ver que tem muito né, o pessoal ou tinha dinheiro pra pagar um hospital aqui qualquer que fosse o caso mesmo...*[145].

Mesmo diante da situação de penúria e pobreza dos lavradores, muitos destes vendiam seus bens para pagar o tratamento de seus familiares. Vender seus alimentos e animais, para conseguir pagar as consultas nos hospitais particulares da cidade, era uma constante para as famílias de trabalhadores. Os gastos dobravam, se fossem deslocar para outras cidades. Além do deslocamento, havia a dificuldade de conseguir vagas nos hospitais conveniados das cidades vizinhas.

Há casos em que os trabalhadores se sentiam impossibilitados de acumular um bem, em conseqüência das despesas hospitalares que, ocasionalmente, tinham de efetuar.

> *Eu lembro do sr. Totó, falá isso né. Quer dizer, tinha uma chacrinha e não conseguia aumentá as vacas porque tinha sempre um problema de doença. Cê tinha que vender uma vaca, quem tinha essa vaca né, vendia a vaca pra... ou um porco ou qualquer coisa pra cuidar da saúde. Você tinha cirurgia, os hospitais não tinha dó mesmo, era a situação, era privado né, não tinha nada na cidade.*[146]

[145] Entrevista com Pérpetua Maria Gontijo, que foi agente pastoral da Igreja Católica.
[146] Perpetua Maria Gontijo, conforme entrevista citada.

Ficar doente para os trabalhadores rurais tornou-se um tormento, devido aos problemas enfrentados: serem barrados nas recepções dos hospitais por não ter dinheiro para pagar a consulta na hora; não terem um avalista ou alguém que garantisse a consulta; enfim, serem excluídos do direito de ser atendidos, sem restrições, por serem pobres.

### 3. A conquista de atendimento gratuito

> *A entidade que mais apoiou nosso movimento foi a Igreja Católica. Veio depois a Cut, Contag, Fetaeg, mesmo sendo atrelado ao poder, muito amarrado, por isso que desenvolveu pouco também.*
> *José Augusto Caixeta*

Como podemos observar, na fala do entrevistado, os trabalhadores já estavam a par das entidades que os mediaram e tinham um posicionamento claro em relação a elas. Jamais devemos perder de vista o seguinte:

> *Os Movimentos Sociais emergiram nesse cenário, resistindo às relações econômicas de privilegiamento ao capital nacional e internacional, resistindo às arbitrariedades de um governo totalitário e resistindo às condições sociais de profundas desigualdades sociais.*[147]

Mediante este quadro de repressão e tentativa de cooptação do movimento social, os trabalhadores rurais materializaram várias marchas e contramarchas com o intuito de conseguir atendimento, por meio do Inps, nos hospitais particulares de Itapuranga. A mobilização teve início com a organização dos trabalhadores através de reuniões, passeatas, acampamentos e produção de documentos explicativos e contestatórios da situação à qual estavam presos.

---

[147] COELHO, M. A. Op. cit., p. 86.

A mobilização para a assinatura do convênio com o Inps não foi fácil, mas marcada por várias ações dos trabalhadores rurais. A conquista não foi por acaso. Tratou-se de uma vitória construída ao longo de vários anos de enfrentamentos e experiências.

As primeiras mobilizações surgiram em meio às experiências das comunidades de base, momentos nos quais realizaram discussões sobre a real situação em que viviam. Os encontros eram coordenados pelos agentes pastorais católicos, ligados à Igreja do Evangelho e por membros da comunidade rural.

Discutiam a exploração imposta pelo patrão e a exclusão a que estavam submetidos por não Ter atendimento médico-hospitalar gratuito, mantido pelas autoridades municipais e estaduais. Indubitavelmente, as reuniões comunitárias tiveram um importante papel na conduta da organização desses trabalhadores.

O que importa salientar é que já existia convênio do Inps com os hospitais particulares de Itapuranga, gerando em meio aos trabalhadores mais indignação. Somente não era colocado em prática pelos donos dos hospitais. Ao tomarem conhecimento da situação, os trabalhadores rurais passaram a exigir providências das autoridades competentes: os governos federal e estadual.

O atendimento não era o melhor por intermédio desse sistema, mas era a única opção dos trabalhadores para conseguir atendimento médico-hospitalar. Em vista desse quadro, o boletim da Diocese afirma que

> *[...] uma cidade do porte de Itapuranga não poderia ficar sem esse atendimento, que embora falho é o que nosso país oferece ao*

> *trabalhador que, por falta de uma boa alimentação, de melhores condições de vida, vive doente.*[148]

Com as experiências adquiridas no dia-a-dia, nas comunidades de base e nas discussões no Stri, os trabalhadores foram materializando as estratégias de ação. Por meio de reivindicações, de reuniões e ofícios, conseguiram, finalmente, que os hospitais particulares colocassem em prática o convênio com o Inps. As mobilizações, evidentemente, estavam no início. Os hospitais, sabendo da articulação dos trabalhadores, colocaram- se à disposição para atendê-los, por meio do convênio. Mas o atendimento continuava sendo discriminatório: somente algumas pessoas eram atendidas.

A articulação e a mobilização dos trabalhadores foram historicamente construídas a partir das experiências dos homens e das mulheres que viveram o conflito. No final de 1979 assim noticiava o Boletim da Diocese de Goiás, a esse respeito: "povo está se reunindo para tomar providências. Através de um grupo de jovens está fazendo levantamento para ver quantas pessoas descontam o INPS e querem o atendimento na cidade".[149]

Um fato novo surgiu no final dos anos 70, quando o governo federal passou a construir uma série de unidades hospitalares, denominadas de hospital do Funrural. Esse Fundo já "estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2/3/63), mas foi abandonado logo após o golpe militar de 1964, sendo recriado em 1971".[150] O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) foi criado com o objetivo de oferecer recursos para

---

[148] *Boletim Informativo da Diocese de Goiás*, dez. 1980, ano XIII, nº 110.
[149] *Boletim da Diocese de Goiás*, op. cit., p. 06.
[150] RICCI, R. Op. cit., p. 81.

satisfazer aos anseios dos trabalhadores rurais no que diz respeito ao atendimento da saúde.

Tentou-se, com o fundo contornar as disparidades previdenciárias no campo. O Funrural não conseguiu cumprir a sua função, pois sua criação tinha como objetivo dar assistência médico-hospitalar para o homem do campo, imitando o modelo de instituto dos trabalhadores da cidade, ou seja, o Inps.

O quadro geral de atendimento pelo Inps dava uma evidência clara do que poderia vir a acontecer com o Funrural. Tais preocupações faziam parte dos debates, nas reuniões dos trabalhadores rurais. Fez-se presente nas publicações do Stri, denunciando que este fundo não podia ser visto como uma ação de benevolência do governo, mas como resultado de um longo processo construído nos vários anos de resistência dos trabalhadores rurais. Assim, afirmava o boletim do sindicato:

> *O FUNRURAL foi criado em 1971. Ele não veio de uma hora para outra, nem veio como um presente dado para os trabalhadores: foi preciso muita luta para conseguir o FUNRURAL. Portanto, o FUNRURAL é fruto de uma conquista, que começou em 1965 com as exigências dos trabalhadores na cana, em Pernambuco.*[151]

Como afirma Acevedo Marins, citado por Pessoa:

> *além da sobrecarga dessa prestação de serviços de saúde, embora o discurso oficial dissesse o contrário, o Funrural, teve na verdade, uma função de esvaziamento dos sindicatos, pois essa pretensa eficiente prestação de serviços acabou gerando a idéia de que os sindicatos seriam dispensáveis.*[152]

---

[151] *O Libertador:* boletim Informativo do STRI nº 02, mai. 1980.

[152] ACEVEDO MARINS, Rosa E., GUERRA, Gutermberg. Trabalhadores rurais: a cidadania via seguridade social. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura – Associação PIPSA. *Apud*: PESSOA, Jadir Morais. *A Revanche*..., p. 71.

Em meio aos debates, os trabalhadores passaram a entender que o fundo veio para onerar ainda mais o trabalhador, que já contribuía com um porcentual descontado em todas as transações comerciais de venda de seus produtos. O percentual correspondia a *2%* "devido pelo produtor, sobre o valor comercial dos produtos rurais",[153] na venda do leite ou de outros produtos agrícolas que fossem negociar. Do ponto de vista do governo, arrecadou-se mais, sem, contudo, oferecer um retorno mais seguro para os milhões de trabalhadores rurais do país.

Percebemos que o fundo foi criado como forma de fazer equiparar as contribuições dos trabalhadores rurais às dos trabalhadores da cidade, que contribuíam para o Inamps. Isso deu margem para que o governo criasse um discurso oficioso, dizendo-se preocupado com a situação do trabalhador rural e que estava, com essas ações, tentando igualar os trabalhadores do país.

As facetas desse discurso foram sendo desconstruídas com as práticas e experiências do cotidiano. Pois, logo após a construção do hospital do Funrural em Itapuranga, nenhum paciente foi atendido. O atendimento somente aconteceu quando o hospital passou a ser coordenado e gerenciado pelos trabalhadores rurais.

No que se refere à construção dos hospitais do Funrural, notamos que várias cidades de Goiás foram contempladas com prédios. Principalmente nas regiões em que se encontravam focos de resistência do trabalhador rural, tendo a mediação dos sindicatos e trabalhos pastorais da Igreja Católica. Os

[153] FALCÃO, Valmir. *Previdência do trabalhador rural.* s/ ed., s/ d.

hospitais do Funrural passaram a servir como um projeto para desarticular a resistência dos trabalhadores rurais, tentando, com esse ato, desmobilizá-los de suas ações.

Daí entendermos que estes hospitais passaram a atender mais ao interesse do governo, que era frear a ação dos trabalhadores rurais e cooptá-los. Portanto, é perceptível a intenção dual das autoridades, em relação aos hospitais do Funrural. Entenda-se esse paradoxo da seguinte maneira: primeiro o governo passou a administração dos vários hospitais para os sindicatos de trabalhadores rurais; em um segundo momento, o governo passou a usar o discurso de que estava ajudando os trabalhadores rurais, dando-lhes o direito de ser participantes da política de saúde pública.

Maria Perpétua Gontijo ajuda-nos a entender melhor o paradoxo dessa ação e mostra a finalidade dessas unidades de saúde. Em sua narração:

> *O Estado resolveu: vamo mandá, criá uma rede de hospitais para os sindicatos tomar conta, né? E pelo menos quando eles vão tomar conta dos hospitais eles deixam a luta sindical, a luta pela terra, a luta pelos direitos de lado, né? Foi bem intencionado, a intenção maior não foi de colaborar com o trabalhador, né?...*[154]

Podemos notar que, ao transferir a coordenação do hospital do Funrural aos trabalhadores, a preocupação destes já não era reivindicar atendimento, mas administrar a unidade de saúde. Foi o começo de uma longa jornada que se estendeu de 1978 a 1987. Marcadamente, a resistência foi no sentido de tentar sanar as disparidades que o sistema de saúde impunha e para que os repasses das verbas fossem efetuados com freqüência. Mesmo assim, o

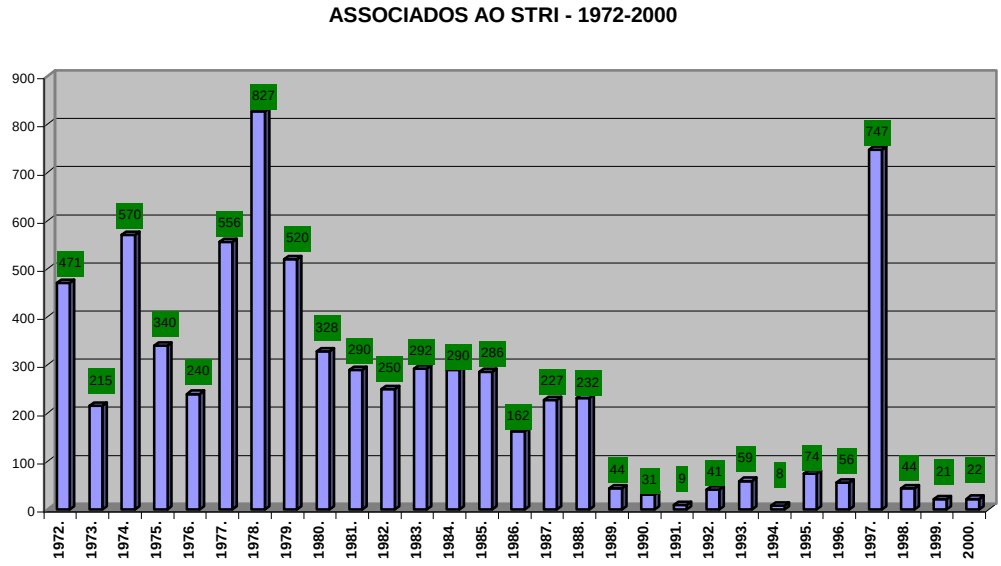
[154] Maria Perpétua Gontijo, conforme entrevista citada.

hospital passou a ser um ponto de referência da mobilização popular no município.

Em Itapuranga, os trabalhadores assumiram a coordenação do hospital em 1978, quando então, por meio de várias ações e convênios com o governo, conseguiram iniciar os seus trabalhos de atendimento ao homem do campo, com uma equipe de médicos recém-formada e que apoiou os trabalhos do hospital.

As verbas que deram sustentação ao hospital vieram das contribuições dos trabalhadores e de convênios assinados com o Inamps e a Secretaria Estadual de Saúde. Por esta razão, o número de associados do Stri aumentou gradativamente.

**Figura III– Número de Associados do STRI: 1972-2000**




Fonte: ficha dos associados do STRI

Mas esses convênios tinham suas intenções, conforme sublinha Marilene Coelho:

> *A Unidade Hospitalar do STRI mantinha convênio com o Funrural e com a Secretaria Estadual de Saúde para programas de vacinação. Mas o fato complicador da situação era que os convênios determinavam o tipo de prestação de serviço a ser executado e como deveria ser feito. Portanto, ao contratar os serviços o Estado mantinha, aparentemente, o controle da situação, através da centralização dos recursos.*[155]

Mesmo com aparente controle, os trabalhadores do hospital e os médicos implantaram uma nova forma de tratamento. Procuraram orientar os trabalhadores não só para curar as doenças, mas preveni-las. Isto é, por meio de "ações curativas e preventivas, em contrapartida desenvolviam práticas sócio-educativas, buscando a participação popular nesta área, refletindo criticamente a realidade social, a forma como se instalam as doenças".[156] Segundo o depoimento de uma das participantes, vieram vários médicos:

> *Dr. Paulo, dr. Vitor, dr. Orlando e outros que vieram depois, Márcio, Ester, Lívia. O momento em que foi vindo pessoas recém-formadas nas cidades grandes, que também não tinha espaço por causa da repressão política né e não tinha espaço nenhum de trabalhar e que tinha um certo ideal. Vinha pra cá pra poder unir as forças com quem queria aqui...*[157]

A equipe de médicos e profissionais da saúde tinha como objetivos "trabalhar, prestando uma assistência de medicina curativa e, principalmente, de prevenção das doenças, promoção de saúde e conscientização em saúde, como define a Organização Mundial de Saúde (OMS)".[158] Estas ações surtiram efeitos interessantes, principalmente do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

---

[155] COELHO, M. A. Op. cit., p. 88.
[156] COELHO, M. A. Op. cit., p. 88.
[157] Maria Perpétua Gontijo, conforme entrevista.
[158] boletim diocesano: *Caminhada*, 1987, ano XX, nº 136, p. 12.

Na medida em que o hospital passou a ser administrado pelos representantes dos trabalhadores, teve início uma série de problemas até então não enfrentados. Principalmente de ordem financeira que, desde o momento da concessão, por parte do governo federal, não parava de crescer.

Após um ano de administração, os resultados financeiros para a entidade mantenedora, o Stri, foi desastroso. Encontramos menções sobre a situação caótica na qual se encontrava a entidade no próprio boletim do sindicato:

> *Em apenas um ano de funcionamento o Hospital sobrecarregou o sindicato com uma dívida de mais de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros). Nosso Sindicato que nada devia a ninguém e tinha dinheiro sobrando, hoje tem até duplicata protestada no Cartório, correndo risco de ver nossos bens penhorados pelos credores.*[159]

O endividamento é perfeitamente compreensível. Os repasses que eram destinados ao hospital não eram suficientes para cobrir as despesas da entidade. Isto em decorrência do forte surto inflacionário na economia nacional, ocasionando a desvalorização da moeda, não ocorrendo as devidas correções por parte do órgão.

O governo, evidentemente, tirou proveito da situação. Desde o momento em que os trabalhadores resolveram administrar o hospital, a preocupação premente do movimento social passou a ser as dívidas e os problemas da referida entidade. Muitas questões do movimento social foram colocadas em segundo plano.

A transferência da gestão dos hospitais para os trabalhadores gerou um certo desconforto para a organização de sua luta política. Porém, os embates

[159] *O libertador*: boletim informativo do Stri, set. 1979, edição extraordinária.

para manter o hospital funcionando e atendendo os seus associados serviram como incentivo para que estes se organizassem cada vez mais. Mesmo estando endividados passaram a cobrar as correções devidas, no que se refere aos repasses das verbas. Procuraram denunciar a manobra do Inamps e questionar a real situação financeira do hospital.

O *Diário da Manhã* noticiou as ações dos trabalhadores rurais cobrando providência para que fossem resolvidas as dívidas do Inamps para com os sindicatos dos trabalhadores rurais de todo o Estado. Afirmou o seguinte:

> *Mais de 70 presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás estiveram reunidos, ontem, com a direção do Inamps para reivindicarem subsídios destinados a eles e a Fetaeg, que vêm enfrentando inúmeras dificuldades para continuar prestando assistência médica, odontológica e ambulatorial aos sindicalizados e seus dependentes.*[160]

Percebe-se, pelo exposto acima, que a resistência para a regularização dos repasses aos Stri não foi um movimento isolado, mas esta era a situação de várias entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Criou-se, a partir desse momento, uma forte interação entre os vários sindicatos, no sentido de unir forças e cobrar do Instituto as providências cabíveis.

Tentam mostrar que a dívida foi em decorrência do surto inflacionário e da ausência de repasses cronologicamente obedecidos. Fizeram esclarecimentos à população, ressaltando que não foi uma administração ruim que ocasionou o endividamento. Ao contrário, foi o descumprimento dos acordos preestabelecidos, em relação ao governo, que provocou o caos financeiro. Assim noticiava a imprensa:

---

[160] *Diário da Manhã,* 11 abr. 1981.

> *Os sindicatos reivindicam ainda que, na eventualidade de ocorrer atraso, que o Inamps se responsabilize pelo pagamento de juros e correção monetária, uma vez que as entidades se sujeitam a tais acréscimos quando não recolhem encargos previdenciários nos prazos previstos em lei.*[161]

A partir da administração do hospital do Funrural pelos trabalhadores, criou-se uma identidade, na comunidade local, em torno daquele centro de saúde, sendo denominado Hospital do Sindicato. Mesmo diante das dificuldades, o hospital conseguiu desempenhar um papel importante não só para os trabalhadores rurais, mas para toda a população carente que procurava aquela casa de saúde. A ajuda dos milhares de trabalhadores rurais da região ao hospital foi fundamental para que os trabalhos continuassem sendo executados.

Em meio às dificuldades financeiras e administrativas, o hospital passou a cumprir uma função social importante na região de Itapuranga. Esta ação pode ser visualizada na assistência da instituição as 5 mil famílias que eram atendidas pela unidade de saúde. É importante salientar que os trabalhos do hospital não se resumiram em dar assistência médico-hospitalar, pois os médicos e funcionários, que foram contratados para trabalhar, passaram a desenvolver programas de saúde preventiva, curativa e de alimentação alternativa, promovendo campanhas em meio aos trabalhadores rurais.

Os profissionais fizeram palestras e prestaram esclarecimentos a respeito da “saúde popular chamada educação e saúde. O pessoal saía com as equipes de enfermeiras pra roça, às vezes, médicos, reunindo o povo, falando da

---

[161] *Diário da Manhã,* id.

importância de vacinar, de alimentar né".[162] Em meio aos trabalhadores, criou-se um novo costume de atendimento médico: o da prevenção.

A partir dos trabalhos desenvolvidos, pelo hospital do sindicato, houve uma mudança completa no conceito de cuidar da saúde. Observou-se que os trabalhadores mudaram seus hábitos alimentares e de higiene pessoal, tudo em decorrência dos trabalhos implantados pelo hospital.

Em meio aos programas desenvolvidos pelos profissionais de saúde, os trabalhadores rurais passaram a edificar suas latrinas em locais apropriados, fora do alcance dos poços de água potável; passaram a lavar os alimentos com água limpa, a escovar os dentes depois das refeições e a plantar hortaliças. Em muitos casos os trabalhadores vinham para a cidade e traziam consigo os produtos que tinham em casa e vendiam no comércio local. Com o dinheiro apurado, compravam produtos industrializados, que não tinham nenhum valor nutritivo para o seu organismo.

Dona Zilda nos conta como se dava essa questão:

> *A questão da horta, assim que os médicos chegô em Itapuranga, através da luta dos trabalhadores rurais foi tamém colocado questão da alimentação, porque os trabalhadores rurais eles não tinha noção, eles vendia o que era bom pra alimentação e comprava massas que não tinha nem uma substância para o corpo humano. Aí então foi incentivado no pessoal prantar fruta no quintal, aproveitar frutos que eis tinha, era os ovos que eles colhiam, vendia ovo e comprava o macarrão. Ai a gente tirava o alimento de casa pra trazer uma coisa que não tinha necessidade, tão agente vê que foi uma luta né, que abriu muito, hoje os trabalhadores, que fica naquela aqui, só tem ovo e frango, então iam buscar alguma coisa no mercado, e foi aonde teve essa incentivação, tamém tinha a questão muito da verminose que o pessoal não tinha nenhuma casinha, não tinha um banheiro, né, aí tamém foi feito esse trabalho juntamente com os médicos.*[163]

[162] Maria Perpétua Gontijo, conforme entrevista.
[163] Entrevista com Dona Zilda, trabalhadora rural, hoje tesoureira do Stri.

Em face do exposto, podemos perceber que as ações e o apoio do hospital aos trabalhadores rurais foram essenciais para a melhoria da qualidade de vida do homem do campo. A partir de então,

> *[...] implementaram uma nova abordagem ao tratamento da doença, privilegiando o sujeito e seu ambiente, com proposta de atendimento universal e igualitário, independente da classe social. Ampliaram a concepção de tratamento de saúde [...] optaram pelo apoio aos movimentos sociais populares da região na luta pelo acesso e fixação do homem à terra e pela democratização da sociedade.*[164]

Alguns anos após a assinatura do convênio com o Funrural, os problemas financeiros se agravaram. Os funcionários não recebiam seus salários e os pagamentos aos fornecedores estavam atrasados. Nesse momento, deu-se início à mobilização dos trabalhadores rurais para conseguir novos convênios e tentar redirecionar as ações sociais do hospital. Em meio a esses problemas, pelos quais passaram os administradores do hospital, os trabalhadores não tiveram outra saída. Foram ao encontro das autoridades reivindicar benefícios para ajudar a sanear aquele centro de saúde.

Como bem enunciamos,

> *Os convênios garantiam o funcionamento do hospital apenas parcialmente. Desde o início de suas atividades, as dificuldades financeiras ameaçavam sua continuidade. Em função disto, os trabalhadores rurais, com suas doações em dinheiro, alimentos e serviços iam viabilizando esta continuidade.*[165]

Nota-se que, desde meados de 1981, os problemas do hospital do sindicato começaram a aflorar, e os dirigentes não conseguiram contorná-los,

---

[164] COELHO, M. A. Op. cit., p. 90.
[165] LUNARDI, V. L. Op. cit., p. 233.

principalmente devido ao processo burocrático que o Inamps impunha, dificultando os repasses para a entidade. Naquele mesmo ano, *O Popular* trouxe notícia sobre as dívidas do Inamps para com os vários hospitais do sindicato em todo o Estado de Goiás.

As tentativas de negociações com o Inamps foram lentas e burocráticas. As reivindicações eram ouvidas e não cumpridas.

> *Os presidentes dos sindicatos de Itapuranga, Pedro Teodoro da Silva, de Edéia, João Pereira de Lacerda, e de Morrinhos, Nicanor Rodrigues, estiveram ontem com o superintende regional do INAMPS [...]. Contudo, mais uma vez, segundo eles, ouviram as mesmas alegações, [...] ou seja, falta de recursos e a necessidade de recontagem dos pontos, ou seja, um levantamento do atendimento destes hospitais, para ver se há carência ou não de recursos.*[166]

Observa-se que os empecilhos para uma possível negociação eram de ordem burocrática, colocando as reivindicações dos trabalhadores como pequenas, se comparadas a outros problemas segundo as autoridades, apenas se sobrassem recursos os hospitais poderiam ser atendidos.

Os impasses e as dificuldades impostas pelo instituto levaram os trabalhadores rurais a incrementar suas ações. A idéia era de que o Inamps mantivesse os compromissos assumidos anteriormente, ou seja, de repassar verbas para ajudar a manutenção daquela unidade hospitalar.

Em meio às reuniões e assembléias, os trabalhadores rurais procuraram criar outras formas de resistência. Agora, as reivindicações seriam no sentido de resolver os impasses advindos com a administração e manutenção do centro de saúde. Nesse caso, utilizaram as únicas armas que os movimentos

---

[166] *O Popular*, 16 jun. 1982.

sociais encontram a sua disposição: os panfletos, as passeatas, as audiências e as manifestações populares em frente aos prédios públicos.

**4. Mobilizar é preciso**

O objetivo de ter um hospital para atender aos trabalhadores rurais estava sendo concretizado. Mas mantê-lo funcionando foi uma batalha árdua e intensa. Problemas burocráticos, políticos e administrativos estiveram na trajetória da luta desde a primeira metade dos anos 80. Nesse momento, os trabalhadores rurais, juntamente com os funcionários do hospital e pessoas que apoiavam a sua causa, partiram para mobilizações mais constantes em prol da instituição.

Para entendermos o assunto, temos que nos reportar ao acordo firmado entre a direção do Stri e o Funrural em 1978. Com esse convênio, o instituto se comprometeu a repassar verbas para ajudar na manutenção da referida unidade. No entanto, em 1980, os trabalhadores se viram diante de uma realidade cruel e atípica: não recebiam os recursos do instituto com regularidade. Conseqüentemente, o hospital não cumpria os compromissos assumidos com os credores, funcionários e, principalmente, com os trabalhadores rurais. A situação ficou insustentável e os trabalhadores passaram a reivindicar outros convênios para ajudar a sanar tais problemas.

Após refletirem a respeito da situação, os trabalhadores perceberam então o significado daquele hospital. O Funrural passou a administração para os trabalhadores, porém não cumpriu os compromissos acordados, deixando de repassar as verbas necessárias para o seu funcionamento, enfraquecendo a

articulação do movimento. No entanto, evidências nos apontam outra direção, porque, a partir do não cumprimento do acordo pelo Funrural, os sujeitos sociais mobilizaram-se e construíram uma resistência para manter o hospital do sindicato desempenhando a sua função.

Salientamos que as experiências da organização na fazenda Maria Alves estiveram presentes na condução dos movimentos em prol do hospital do sindicato, pois o passado da mobilização popular serviu como uma força a mais para os trabalhadores. Cabe aqui fazer uma referência a Chesneaux, a respeito da forma de se visualizar as experiências do passado no presente. Ele afirma que:

> *A recusa do passado não exclui o recurso ao passado. À versão oficial do passado, feita de acordo com os interesses do poder e, portanto, mutilada, censurada, deformada, as massas opõem uma imagem mais sólida, uma imagem de acordo com suas aspirações e que reflete a riqueza real de seu passado.*[167]

Daí pensarmos que as mobilizações, para manter o centro de saúde popular em funcionamento, refletiam ainda as imagens dos conflitos e embates enfrentados na fazenda Maria Alves.

Portanto, o presente se torna parte integrante do passado. Por isso é que a organização popular, em prol do centro de saúde, teve início em março de 1980, logo em seguida ao desfecho da contenda entre os posseiros e o fazendeiro. Por meio de conversações com o instituto, tentaram chegar a um acordo que possibilitasse uma solução para as dívidas que descontrolavam o sindicato.

---

[167] CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tabula rasa do passado? [*Sobre a história e os historiadores. Série fundamentos] São Paulo: Ática, 1995, p. 38.

Esses empecilhos dizem respeito à burocracia e à ingerência política que permearam a negociação, acusando os representantes dos trabalhadores rurais como militantes do Partido dos Trabalhadores. Por esse motivo, foram acusados simultaneamente pelo instituto e pelo prefeito municipal de estarem promovendo a desordem, pregando o comunismo e, acima de tudo, tirando proveito político da situação. Tais insinuações seriam os problemas que impossibilitavam ao hospital receber verbas estaduais e federais para ajudar na sua manutenção.

Mas as reivindicações junto ao Inamps continuaram. Em março de 1980, os trabalhadores rurais oficiaram ao instituto suas preocupações e procuraram sensibilizar os dirigentes da instituição, mostrando-lhes as dificuldades enfrentadas em razão do não cumprimento do projeto firmado com o STRI.

O *Diário da Manhã* registrou que:

> *Num dos ofícios encaminhado ao Inamps, a comissão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga protesta contra o não cumprimento de promessas feitas o ano passado pelo instituto, de que seriam efetuados estudos para corrigir a defasagem existente entre despesas e verba recebida. Consta do ofício que, por duas vezes seguidas, o Inamps se dispôs, através de carta, a atender as reivindicações do sindicato, sem, contudo, cumprir essa promessa.*[168]

Um outro fator que fazia com que os trabalhadores cobrassem a pontualidade no repasse das verbas se referia à desvalorização ocasionada pelo surto inflacionário pelo qual o Brasil passava. Percebe-se que, em meio a essas reivindicações e diante de um quadro de perda de poder econômico e social, o

[168] *Diário da Manhã*, 30 mar. 1980.

hospital não poderia mais, naquele momento, oferecer as mínimas condições de funcionamento para os seus assistidos. Pensando assim, é que Coelho afirma:

> *Até 1986, a situação financeira da Unidade Hospitalar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga foi se agravando na medida em que o Governo diminuía as verbas destinadas ao Funrural e iniciava a implantação de reformas no sistema de saúde.*[169]

Diante dos impasses e empecilhos provocados pelo não cumprimento do acordo por parte do Inamps, os trabalhadores rurais procuraram manter a unidade funcionando. A solidariedade estava presente entre os trabalhadores rurais. Eles procuraram manter o hospital funcionando com os produtos de suas roças e com o esforço de seu trabalho, trazendo donativos para ajudar aquela casa de saúde.

O *Diário da Manhã* registrou as ações de ajuda e solidariedade dos trabalhadores para com o hospital:

> E*m assembléia ficou decidido que, para o hospital continuar funcionando, os próprios trabalhadores rurais deveriam fazer donativos, até que o Inamps resolvesse atender às suas reivindicações.*[170]

As atitudes de solidariedade oneravam, evidentemente, os trabalhadores rurais em demasia. Em ofício ao Inamps os trabalhadores procuraram explicitar que a falta dos repasses regularmente, via convênio, os colocava em situação de endividamento. Assim, concluía o ofício ao Inamps:

> *Portanto, Senhor Superintendente, em cima do trabalhador rural é que está se onerando a complementação absurda dessa verba. E aí, cremos que, no espírito de compreensão de V. S., tal fato é inconcebível. Pois se já somos uma classe de parcos recursos*

[169] COELHO, M. A. Op. cit., p. 95.
[170] Ofício do Stri ao Inamps, op. cit.

> *financeiros, espoliada, como arranjar mais recursos para cobrir o que de direito seria concedido pelo governo?*[171]

Em meio a tais ações de cidadania, em defesa do hospital, é que notamos o engajamento dos trabalhadores rurais nas mobilizações. As doações que foram feitas ao hospital não se resumiram somente a alimentos e outros donativos. Por meio do mutirão, também ajudaram a recuperar as instalações do prédio. Essa ação pôde ser perfeitamente observável, quando, em 1981, o hospital ficou praticamente destelhado, por causa de uma forte chuva, acompanhada de vendaval. Não bastassem as dificuldades advindas da falta de repasses financeiros do Inamps, no dia 7 de outubro de 1981, o hospital foi atingido por uma calamidade. Momento de mais tristeza, conforme descreveu um semanário na época:

> *O principal hospital que atende às populações menos favorecidas da região, no caso o homem do campo, com um volume de atendimentos na proporção de cerca de 900 atendimentos de emergência e 200 internações por mês, e que ficará desativado até que se consigam recursos para a recuperação.*[172]

Mesmo diante de tantas dificuldades e sem as verbas do Inamps, os trabalhadores conseguiram recuperar o hospital. Diante da negativa do instituto, de repassar o dinheiro para ajudar a restauração do hospital, os trabalhadores “em regime de mutirão e com verbas do sindicato”, fizeram a reforma daquele centro de saúde.

---

[171] Ofício do Stri ao Inamps, op. cit.
[172] *Jornal Opção*, s/ d.

O funcionamento do hospital era essencial para os trabalhadores e ouras pessoas excluídas da região. Daí a importância do centro de saúde popular, pois o mesmo, segundo esclareceu o *Jornal Opção*, prestava assistência

> *[...] a cerca de 5 mil famílias de agricultores que dependem diretamente do estabelecimento para questões de saúde... De 1978 até setembro deste ano (1981) registrou 6.289 internações, com uma média de 190 por mês: 884 partos, com média de 30 por mês; 113 cesarianas; 115 cirurgias; e finalmente, o pronto-socorro, que atendeu 15 mil casos de urgência com média de 800 casos por mês.*[173]

A reforma e a manutenção do hospital do sindicato foram concretizadas com a ajuda dos trabalhadores rurais. As evidências mostraram que o esforço dos trabalhadores rurais para manter funcionando o hospital serviu para motivar a mobilização.

Em meio à reforma do hospital, intensificaram-se as articulações para manutenção dos repasses das verbas devidas pelo Inamps. Diante das inverdades e acusações do Inamps para com os trabalhadores, estes procuraram se mobilizar e tentaram negociar com o instituto.

> *Os trabalhadores que estiveram com o superintendente reafirmaram igualmente sua disposição de continuar insistindo no atendimento de suas reivindicações, que nada mais representam que nossos direitos de trabalhadores.*[174]

A situação ia se agravando à medida que o Inamps protelava os repasses financeiros ao hospital do sindicato. Por esta razão, os trabalhadores

---

[173] *Jornal Opção*, id.
[174] *Diário da Manhã*, 30 mar. 1980.

rurais organizaram várias manifestações em frente ao Inamps em Goiânia, bem como em frente à Prefeitura Municipal de Itapuranga.

Em Goiás, nesse momento, cerca de 35 STR cobravam o cumprimento dos acordos assumidos pelo instituto. Em Itapuranga, os trabalhadores conseguiram fazer uma ampla mobilização e permaneceram firmes em seu propósito: continuar os trabalhos prestados pelo hospital, atendendo ao povo pobre do campo e também da cidade.

As tentativas de solucionar os problemas relacionados à falta de recursos esbarrava-se na burocracia criada pelo Inamps. Tal estrutura não dava condições para que o hospital conseguisse fechar um acordo com o instituto. Diante dessas dificuldades, os trabalhadores passaram a cobrar a incorporação do hospital nas Ações Integradas de Saúde.

Percebe-se que, de 1982 a 1985, a ações dos trabalhadores rurais foram no sentido de conseguir manter o convênio com o Inamps e/ou de realizar outras mobilizações para manter funcionando o hospital. A resistência dar-se-ia por dois caminhos: denunciar as dificuldades financeiras daquela entidade, devido ao não cumprimento do convênio pelo Inamps; e procurar esclarecer a opinião pública a respeito da real situação do hospital do sindicato.

A dívida do Inamps, para com os sindicatos dos trabalhadores rurais do Estado de Goiás, chegava a um montante de 14 milhões de cruzeiros, conforme foi noticiado pelo *O Popular*, em 1982:

> *É de 14 milhões de cruzeiros o déficit do Inamps para com 35 sindicatos de trabalhadores rurais em Goiás. O déficit compreende*

> *o atraso no repasse de recursos para a manutenção de 70 convênios na área hospitalar, ambulatorial e odontológica.*[175]

Mesmo com esses impasses, os trabalhadores conseguiram, em 1983, fechar um convênio com a Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego). Tal convênio era para suprir o hospital de medicamentos. Os remédios viriam da Ceme para ser repassado por meio da Osego aos trabalhadores dos sindicatos conveniados, amenizando as dificuldades financeiras das entidades.

Em 1984, os trabalhadores rurais passaram a reivindicar, junto ao prefeito municipal de Itapuranga, um convênio para ajudar a manutenção do hospital, pois este não estava atendendo somente aos associados, mas oferecia atendimento aos indigentes da região, o que deveria ser de responsabilidade do município.

Como nos lembra Coelho, a estrutura de mudança do sistema de saúde no Brasil modificou-se, criando-se um sistema descentralizado, com o ideal de aperfeiçoá-lo. Porém, constata a pesquisadora:

> *Há um grande paradoxo entre o que ocorreu de fato no município de Itapuranga e o que foi proposto e implantado como política de saúde no Brasil. Ao mesmo tempo em que a saúde se constitui em instrumento de emancipação do homem, pode ser utilizada como instrumento clientelista, fator de dominação na relação que estabelece entre hospital/paciente e médico/paciente, lembrando em muito a política coronelística.*[176]

Em abril de 1984, os trabalhadores enviaram ofício ao juiz de direito de Itapuranga, esclarecendo que o hospital do sindicato não mais iria atender aos pobres da cidade, explicitando que isto deveria ser uma responsabilidade do

---

[175] *O Popular,* 16 jun. 1982.
[176] COELHO, M. A. Op. cit., p. 97.

poder público municipal. Tal atitude foi tomada em resposta à negativa do prefeito municipal em atender ao pedido da assinatura de um convênio com o hospital.

Várias discussões entre os trabalhadores e os representantes municipais marcaram os embates pela efetivação do hospital nas Ações Integradas de Saúde (AIS). A assinatura do convênio ajudaria a amenizar as dívidas e os problemas enfrentados pelo hospital. Foi com este intento que, no dia 12 de fevereiro de 1986, os trabalhadores enviaram ofício ao Inamps, mostrando a intenção de incorporar o hospital às AIS. No entanto, o instituto avaliou que o Stri não poderia assinar o convênio com as AIS, pelo fato de não ser uma entidade filantrópica.

A partir desse momento, iniciou-se uma longa jornada para comprovar que o Stri tinha caráter filantrópico. A rejeição não vinha somente do Inamps, mas, principalmente do prefeito municipal, João Batista da Trindade. As conversações não avançaram no sentido de se conseguir o título de filantropia, pois o interesse da administração municipal era de que o hospital do sindicato passasse para administração da prefeitura, tornando-se o hospital municipal de Itapuranga.

Em meio à forte crise financeira, à pressão para o hospital transferir-se para administração municipal e diante da iminência de fechamento do centro de saúde, os trabalhadores conseguiram, junto a várias entidades locais, o comprovante de filantrópico. O aval foi dado pela “Promotoria de Justiça, Igreja

Católica, Igreja Batista, Associação dos Advogados de Itapuranga, Loja Maçônica Cruzeiro do Sul, Sociedade São Vicente de Paula e Juiz de Direito".[177]

Mesmo com o aval das várias entidades, o caráter filantrópico não foi aceito pelo Inamps. Nesse momento, o hospital reabriu suas portas, mostrando com trabalho o porquê de sua existência. Foi uma estratégia usada para pressionar a incorporação do hospital às AIS.

Vale ressaltar aqui que os trabalhadores rurais reconheceram que os convênios assinados, até aquele momento, haviam tirado a autonomia e a história desses sujeitos sociais. Passavam a agir conforme as determinações do Funrural, do Inamps e da Secretaria de Saúde do Estado ou do município. O sr. Dorvalino, uma das lideranças dos trabalhadores, afirma:

> *O pessoal envolveu muito com a saúde, nê, e as outra coisa ficô meio abandonada, né. Então, é que tomava tempo, nê, cê passou a sê um funcionário do Funrural mesmo, sabe? Então o tempo do presidente do sindicato era envorvido, né... envolvido com assistência do Funrural para o trabalhador rural. Então cê chegava numa reunião, cê virou um amortecedor sabe, porque o pessoal começava a dar pancada no cê, sabe, no governo não.*[178]

Mas o que estava implícito nas negociações era a estratégia de transferir para os trabalhadores a falência do sistema de saúde, como se a não efetivação dos convênios fosse culpa dos trabalhadores. Estava evidente que o município não fazia nenhum esforço para que o hospital voltasse a funcionar, pois na unidade havia centenas de pessoas que não eram partidários de sua administração. Por isso, Itapuranga ficou fora da assinatura do convênio das AIS,

---

[177] Relatório cronológico, elaborado pela Santa Casa do Povo, antigo hospital do sindicato.
[178] Entrevista com Dorvalino José de Campos, trabalhador rural e ativo participante dos movimentos populares em Itapuranga, desde de 1960.

feito em Goiânia, no dia 26 de junho de 1986, momento em que seria assinado uma série de convênios com as prefeituras municipais.

Os trabalhadores rurais e funcionários organizaram uma caravana e participaram do evento. Conseguiram audiência com o presidente do Inamps e decidiu-se que haveria uma nova rodada de negociações para estudar o caso da filantropia do hospital do sindicato. Foi estipulado um prazo de 30 dias para que a CIS, Prefeitura e Stri chegassem a um consenso.

Diante das negativas dos manifestos, ofícios e pedidos às autoridades competentes, para que intermediassem a solução dos problemas enfrentados pela instituição, é que, em agosto de 1986, os trabalhadores rurais resolveram iniciar uma peregrinação, cujo objetivo era conseguir incluir o hospital do sindicato dentro do sistema das Ações Integradas de Saúde.

Ir até Goiânia para reivindicar junto ao superintendente do Inamps, exigindo uma regularização dos repasses para o hospital, foi o próximo ato concreto de manifestação e organização dos trabalhadores. Cerca 75 trabalhadores, entre homens e mulheres, se revezaram na porta do instituto como forma de cobrar as ações devidas pelo Inamps para com o povo pobre e expoliado.

A imprensa goiana passou a noticiar os problemas que o hospital enfrentava. Iniciou-se então um importante momento, pois a opinião pública inteirou-se dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, no que diz respeito à saúde pública. *O Popular* narra o seguinte:

> *Devido ao atraso de cinco meses no repasse de verbas e ao rompimento por parte do Inamps do convênio mantido com o hospital de seu Sindicato, 75 trabalhadores rurais de Itapuranga*

> *decidiram acampar ontem na porta do prédio da Superintendência do Instituto, com a promessa de só deixar o local após terem suas reivindicações atendidas.*[179]

A ação dos trabalhadores rurais passou a ser veiculada nos noticiários de Goiás, bem como por meio de panfletos e telegramas que os agentes sociais fizeram para o esclarecimento da sociedade. Com essa tática, de colocar a opinião pública informada sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores, mostraram que sua luta era justa e necessária.

Além de utilizarem-se da imprensa, como instrumento de suas ações, os trabalhadores rurais passaram a divulgar notas de esclarecimento, como parte da estratégia de convencimento da opinião pública. Os conteúdos dos documentos sempre versavam sobre o papel daquele hospital para a comunidade itapuranguense. Também veiculavam informações importantes sobre os reais interesses político-partidários que estavam impedindo uma solução mais rápida dos problemas do hospital.

Denunciaram a perseguição de políticos ligados ao PMDB. Tais políticos tinham intenções preestabelecidas para barrar, de todas as formas, a assinatura de qualquer convênio que pudesse viabilizar o trabalho social do hospital do sindicato. Assim, afirmava uma destas notas:

> *O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga pode assinar esse convênio. Mas a direção do INAMPS, não está querendo assinar nosso convênio, fazendo a vontade do candidato do PMDB, Henrique Santillo, do deputado Ângelo Rosa Ribeiro e da prefeitura municipal de Itapuranga, que quer usar as Ações Integradas de Saúde (AIS), para fins eleitoreiros.*[180]

---

[179] *O Popular,* 19 ago. 1986, p. 7.
[180] Nota de esclarecimento à população, elaborada pelo Stri, 19 ago. 1986.

Em outra nota, os trabalhadores mostraram à população de Goiânia, o porquê de estarem se manifestando em frente ao Inamps.

> *Nós, trabalhadores rurais de Itapuranga-Go, estamos esclarecendo à população de Goiânia que estamos acampados em frente ao INAMPS exigindo o pagamento dos seis meses de atraso e assinatura do convênio da Assistência Integrada de Saúde(AIS).*[181]

As estratégias de utilizarem-se desses expedientes surtiram efeitos. Após as notícias serem mostradas em todo o Estado, tanto por meio de jornais, panfletos e notas de esclarecimentos, a opinião pública sensibilizou-se com a organização dos trabalhadores. O apoio veio por intermédio de doações de alimentos, material de limpeza e higiene, bem como de notas de outras entidades que reconheciam a legitimidade da luta.

Tal ação pode ser visualizada por um telegrama enviado pela Associação dos Servidores da Previdência Social de Goiás, afirmando que a luta e as reivindicações dos trabalhadores rurais de Itapuranga eram justas e legítimas.

> *Repudiamos o descaso e indiferença para com os trabalhadores rurais e suas justas reivindicações, estes não podem e não estão dispostos a continuar pagando pela crise que não criaram, por uma dívida da qual não se beneficiaram.*[182]

Por isso, é que, segundo constatou Marilene Coelho,

> *A população encontrava-se mobilizada para a participação. A experiência vivenciada [...] havia contribuído para despertar a importância da participação na defesa dos direitos sociais, e propunham, em suas reivindicações, a universalização do atendimento, tendo como referência a prática que desenvolviam, que privilegiava as ações básicas e sócio-educativas.*[183]

---

[181] Nota de esclarecimento à população, elaborada pelo Stri, 18 ago. 1986.
[182] Telex enviado pela Asseps, ao Superintendente do Inamps de Goiás, apoiando a luta dos Stri.
[183] COELHO, M. A. Op. cit., p. 97.

## 5. Os trabalhadores rurais vão ao Inamps

A estratégia de sensibilizar a população, tanto de Itapuranga quanto de Goiás, foi importante. Com os impasses advindos da renovação do convênio ou da assinatura de outros convênios, os trabalhadores rurais passaram a articular manifestações de rua para pressionar uma atitude mais concreta por parte do Inamps e do governo estadual, no sentido de sanar os problemas financeiros do hospital do sindicato.

Neste sentido é que, no dia 18 de agosto de 1986, os trabalhadores rurais, acompanhados de pessoas que apoiavam o movimento, resolveram ir até Goiânia cobrar do superintendente do Inamps uma decisão para os problemas enfrentados por aquela casa de saúde popular.

Os trabalhadores rurais mantinham viva em sua memória a trajetória das suas ações em Goiânia, mostrando que as resistências do passado norteavam o presente. Maria Pereira dos Santos assim se recorda:

> *Houve muito, muita luta e organização, muito leilão, muita reivindicação. Foi... me parece que é em 86, a gente foi e acampou em frente o prédio do INAMPS em Goiânia. Ficamos acampado na porta do INAMPS reivindicando do governo estadual e também do governo federal a verba, né, pro hospital aqui, porque naquele momento tinha acabado o convênio com o INAMPS. Então falava assim na questão das Ações Integradas de Saúde, só que era um negócio assim... não era muito claro, não vinha direto. É pro sindicato e pro hospital, mas vinha via o município, então dificultava bastante.*[184]

O Inamps e o prefeito municipal de Itapuranga acusaram os manifestantes de estarem se promovendo politicamente com a manifestação.

[184] Maria Pereira dos Santos, conforme entrevista.

Acusaram os trabalhadores de estarem fazendo uma oposição político-partidária contra o PMDB, tudo em nome dos interesses do Partido dos Trabalhadores, e de projetarem-se na política local e estadual.

Do lado dos trabalhadores, estes afirmaram categoricamente que os impasses surgiram devido às ingerências partidárias do PMDB, na pessoa do prefeito municipal e de deputados a ele ligado. A acusação contra o prefeito era de que ele estava tentando incorporar aquele hospital à administração municipal. Segundo Divino Inácio, presidente do Stri naquele momento,

> *O prefeito João Batista da Trindade se manteve irredutível, porque queria tomar conta do hospital, que afinal é propriedade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Está um jogo político do prefeito.*[185]

Outro ponto de discórdia e questionamento, com a mobilização em Goiânia, era quanto ao caráter filantrópico, motivo pelo qual se negava a inclusão do hospital nas Ações Integradas de Saúde. O *status* de filantropia poderia ser conseguido por meio de lei municipal, votada pela Câmara de Vereadores de Itapuranga.

Após a primeira manifestação na porta do Inamps, os trabalhadores rurais fecharam um acordo verbal. Tal acordo previu que o instituto pagaria os meses devidos e assumiria, em seguida, os repasses reajustados, para compensar a perda inflacionária. Mesmo assim, os trabalhadores voltaram desiludidos com o acordo verbal:

> *Após cinco dias acampados na porta do INAMPS, o Sindicato aceita a proposta verbal do INAMPS de reajuste da verba. Desiste das AIS porque percebe que o prefeito municipal está interferindo*

[185] *O Popular*, 19 ago. 1986, p. 7.

> *politicamente no caso. Voltam desiludidos e sem decisão concreta e segura.*[186]

Na tentativa de envolvimento da comunidade itapuranguense, os trabalhadores resolveram, em assembléia, fechar o hospital do sindicato. A partir desse momento, foram feitas várias reuniões emitidas notas à população de Itapuranga, informando da verdadeira situação daquele centro de saúde. Audiências foram marcadas em Brasília com o presidente do Inamps, Ézio Cordeiro, procurando encontrar uma saída para os impasses advindos da superintendência do Inamps de Goiás.

Dorvalino Campos, trabalhador rural, envolvido no conflito, em entrevista ao jornal *O Popular,* contestou as tentativas de enquadramento do movimento como sendo de cunho político-partidário. Ele afirmou o seguinte:

> *Realmente temos interesses e estamos lutando, mas por uma política de saúde que atenda a população, sem qualquer discriminação. Sem o convênio com as AIS não haverá perspectiva de se continuar o trabalho que estamos desenvolvendo há nove anos.*[187]

Percebe-se a contradição nos posicionamentos da direção nacional e regional do Inamps: o primeiro afirmava que o hospital estava apto a assinar o convênio das AIS; o segundo afirmava que o convênio seria assinado via prefeitura municipal, cabendo, portanto, ao prefeito acordar com a entidade sobre os repasses.

Os trabalhadores procuraram denunciar os interesses do prefeito, João Batista da Trindade, e do deputado estadual Ângelo Rosa. Afirmaram que

---

[186] Relatório cronológico das lutas da Associação Popular de Saúde de Itapuranga.
[187] *O Popular,* 25 set. 1986, p. 09.

ambos estavam interessados em impedir a ação dos trabalhadores rurais, que já vinha sendo construída durante o longo período de resistência.

Encontramos menção sobre tal discussão em *O Popular*, que deu a seguinte notícia:

> *Por trás da negativa do Inamps em assinar o convênio, os trabalhadores apontam o deputado Ângelo Rosa e o Prefeito de Itapuranga. "Eles têm interesses políticos, que não levam em conta o trabalho que o Hospital vem realizando, que se traduz numa estratégia de atenção primária a saúde", assinalou um trabalhador.*[188]

Após quinze dias de acampamento, na porta do Inamps em Goiânia, os trabalhadores e a superintendência realizaram em Itapuranga o 1º Seminário das Ações Integradas de Saúde, contando com a participação dos vários órgãos ligados à saúde, do Estado e dos trabalhadores.

Cerca de 600 trabalhadores participaram das discussões e debates acerca da saúde e do papel do hospital do sindicato na comunidade de Itapuranga. Diante dos vários debates e a partir das perspectivas de solução dos problemas enfrentados pelo hospital, os trabalhadores resolveram reabrir o hospital gradativamente. Aos poucos ele voltou a funcionar na sua totalidade, após o cumprimento dos acordos firmados entre o STRI, a Prefeitura Municipal e o Inamps.

Para a implementação e o funcionamento integral do hospital, passaram a depender diretamente de vários pontos acordados ao final do

---

[188] *O Popular*, 25 set. 1986, p. 09.

seminário do dia 6 de outubro de 1986. Foram definidos sete pontos principais. Dentre estes, citaremos alguns que nos ajudarão a entender melhor o debate:

> *a- Assinatura do termo de adesão às AIS pelo município via prefeitura municipal, para os dois hospitais, considerando a impossibilidade de um convênio diretamente com o STRI;*
> *b- Os dois hospitais farão atendimento integral, cada um assumindo atendimento numa determinada área;*
> *c- A CIMS deve pensar entre outras coisas na administração dos dois hospitais. Aprovado a proposta de formação de um conselho administrativo, paritário, com membros do STR e Prefeitura Municipal. A CIMS deverá se reunir para fazer a programação orçamentária das atividades para o ano de 1987.*[189]

Estes pontos são importantes para que visualizemos a ação do prefeito municipal na condução do processo de consolidação do acordo, via Comissão Interinstitucional de Saúde (Cims) e AIS. A partir desse momento, as dificuldades financeiras do hospital do sindicato não foram minimizadas. Com os empecilhos que a coordenação da Cims impôs para a concretização do acordo financeiro entre a prefeitura e o hospital do sindicato, as disparidades econômicas da entidade aumentaram ainda mais.

A esperança era de que os repasses financeiros fossem regularizados e que os pontos acordados fossem todos cumpridos, tanto pelo Inamps quanto pela prefeitura municipal, via Cims. Nas reuniões da Cims, os debates e discussões deixaram de lado os problemas do hospital do sindicato. Mediante esses impasses, decidiu-se fechar o hospital a partir de 23 de dezembro de 1986.

[189] Relatório cronológico das lutas da Associação Popular de Saúde de Itapuranga.

A falta de interesse da administração municipal, aliada ao desinteresse da direção do Stri, estavam colocando por terra a longa história dos trabalhadores e funcionários do hospital. Sendo assim, em nota à população, os trabalhadores rurais e funcionários denunciaram:

> *Há um desinteresse das autoridades competentes em resolver a situação de um hospital que já salvou a vida de muitas pessoas. Lamentamos e desaprovamos a atitude da atual diretoria do Sindicato em entregar tudo para o prefeito. Este hospital é do povo, pois tentou desenvolver uma educação popular de saúde sem visar lucro.* [190]

Em outro documento, encontramos a insatisfação dos funcionários com a situação de abandono do hospital:

> *Não há nenhuma entidade assumindo a administração do hospital atualmente... Sabemos que toda essa situação se deve ao fato de que o Governo não assumiu a assistência de saúde em Itapuranga... Consideramos que o Seminário de Saúde (06/10/86) representou os interesses dos trabalhadores conquistando a participação do Hospital nas Ações Integradas de Saúde.*[191]

O ano de 1986 encerrou-se com a notícia do fechamento do hospital do sindicato, bem como com a demissão dos profissionais da saúde que trabalhavam naquela unidade. Mais uma vez, os trabalhadores ficaram à mercê dos hospitais particulares ou do hospital municipal, que funcionava precariamente.

Diante desse quadro, os trabalhadores reuniram-se, em janeiro de 1987, para avaliar a real situação do hospital e pensar no que fazer. A partir daquele momento, concluíram que

---

[190] Convite à população e trabalhadores rurais de Itapuranga, 19 dez. 1986.
[191] Nota de esclarecimento dos funcionários do hospital do sindicato, 22 dez. 1986.

> *Com a crise no setor saúde e a inviabilidade de funcionamento do hospital com uma verba fixa e insuficiente, o sindicato, mesmo com a ajuda da população se viu impossibilitado de continuar administrando o hospital.*[192]

Após analisarem a situação do Stri em continuar administrando o centro de saúde, resolveram, em 22 de fevereiro de 1987, fundar a Associação Popular de Saúde de Itapuranga (Apsi). Participaram da assembléia de fundação mais de 200 pessoas, entre trabalhadores rurais, funcionários e membros da comunidade. Desde esse momento, o hospital passou a ser administrado por uma associação, sem fins lucrativos.

O boletim da Diocese de Goiás descreveu, na época, a nova entidade: É uma associação de "caráter filantrópico destina-se a prestar assistência integral à saúde, está sendo mantida pelos 1400 sócios que tem atualmente, através de mensalidades e doações, o que é insuficiente para o total funcionamento".[193]

O hospital foi reaberto, agora sob a direção da Associação Popular de Saúde de Itapuranga, mas os desafios continuaram. O principal deles: como sustentar financeiramente aquele centro de saúde, a partir de uma entidade que não tinha dinheiro? As mensalidades cobradas dos associados eram simbólicas: 1% do salário mínimo.

A arrecadação não dava para cobrir as despesas mais essenciais de alimentação e higiene. Outro ponto referia-se ao fato de que os trabalhadores rurais eram pessoas pobres. Muitos deles não conseguiam manter suas

---

[192] *CAMINHADA*: boletim diocesano, 1987, ano XX, nº 136, p. 12.
[193] *CAMINHADA*: boletim diocesano, op. cit., p. 12.

mensalidades em dia. A solução encontrada pela direção foi procurar o Inamps, para que fosse assinado um convênio, por meio da Ação Integrada de Saúde.

Uma outra solução paliativa encontrada pela associação, para o hospital continuar funcionando, foi buscar o apoio da comunidade e daqueles que reconheciam o trabalho já prestado por aquele hospital. Foram feitas campanhas para arrecadar dinheiro, alimentos e materiais.

O que podemos observar é que, a partir de abril de 1987, a história dos trabalhadores foi no sentido de buscar a solução para assinatura do convênio com o Inamps. Ofícios, cartas e comunicados foram os meios utilizados para tentar colocar a população a par da situação, bem como cobrar das autoridades estaduais e municipais o pronto atendimento para que a Associação Popular pudesse assinar convênio com a AIS. Não surtindo os efeitos desejados, partiram para uma ação mais direta: ocupar a prefeitura.

## 6. A passeata e a ocupação da prefeitura

Diante de tantos impasses e empecilhos criados pela burocracia e pela falta de empenho do prefeito para com aquele centro de saúde e para com o povo pobre do campo, os trabalhadores tomaram uma decisão: organizar um ato público para mostrar que estavam sendo lesados em seus direitos e tentar chamar atenção, mais uma vez, das autoridades locais e estaduais.

Após as experiências das manifestações anteriores, os trabalhadores fizeram uma mobilização pelas ruas da cidade, como forma de

sensibilizar a Cims e a primeira-dama, Edna Maria da Trindade, sobre a situação de exclusão da Associação Popular de Saúde de Itapuranga.

Diante de tantas negativas da prefeitura municipal em assinar o convênio com Apsi, os trabalhadores, funcionários e pessoas da comunidade prepararam a manifestação. Ofícios foram encaminhados ao prefeito municipal, bem como à Comissão Interinstitucional de Saúde, para que o convênio fosse firmado.

As manobras do poder político local eram no sentido de fazer valer sua intenção em relação ao movimento dos trabalhadores rurais. Havia, portanto, uma vontade evidente de denegrir a imagem do movimento. Foram feitas insinuações de vários tipos: “aquele hospital era um reduto dos petistas”; ou que “aquele hospital não tinha um objetivo filantrópico, mas político partidário; que o movimento era de manipulação dos trabalhadores em nome de um determinado grupo político-partidário”.

Mesmo enfrentando tais acusações, os dirigentes da Associação Populare enviaram carta ao povo, “pedindo apoio no sentido de a CIMS ratificar a decisão da CIS, que foi a de assinar o convênio da APSI com o Inamps”.[194]

Marilene Coelho nos informa que as disputas travadas entre os interesses do centro de saúde popular e do prefeito municipal tinha uma conotação mais geral:

> *O conflito era, portanto, o embate de duas concepções de saúde, ou melhor, de doença: na primeira a doença constitui-se uma mercadoria, e, na segunda, a doença é um impedimento para o trabalho e para a vida.*[195]

[194] Relatório op. cit.
[195] COELHO, M. A. Op. cit., p. 104.

Como vimos anteriormente, a mobilização pela manutenção do hospital do sindicato e, posteriormente, da Santa Casa do Povo, foi marcada por um longo processo, construído a partir das experiências dos vários sujeitos sociais. Em meio a tais embates entre, - os trabalhadores e os empecilhos colocados pelo poder público municipal e estadual -, as resistências foram marcantes.

Os trabalhadores estavam cansados das negativas de negociação do prefeito municipal e da diretora do Cims. Exaustos com as negativas, resolveram ir para a rua e denunciar as manobras que vinham sofrendo desde o momento em que almejaram assinar o convênio com o Inamps. A manifestação de rua culminou com a ocupação da prefeitura municipal de Itapuranga, no dia 16 de outubro de 1987.

Na tentativa de dar maior legitimidade à mobilização, os trabalhadores notificaram as autoridades locais e a população sobre o evento. Esclareceram as intenções da manifestação e mostraram as dificuldades enfrentadas pelo hospital em continuar prestando um serviço de saúde de qualidade à população pobre e excluída da região.

Neste sentido é que a associação enviou correspondência ao prefeito municipal e à Cims, comunicando a respeito do ato público do dia 16 de outubro. Os sujeitos sociais fizeram um trabalho de divulgação para colocar tanto os “donos do poder” quanto à sociedade itapuranguense a par do ato público planejado.

Importa salientar que, a partir da comunicação do ato público, os vereadores se viram pressionados pela opinião pública. Neste sentido é que, no

dia 14 de outubro de 1987, votaram o projeto que autorizava a Apsi a funcionar como uma entidade de utilidade pública. Tal projeto foi “recusado por seis votos contra e quatro a favor”.[196] Mais uma vez, prevaleceram os interesses do prefeito municipal em prejudicar aquele centro de saúde popular.

A partir de então ficou evidente para os trabalhadores que o convênio somente não fora assinado devido às perseguições políticas do prefeito e da primeira-dama. Os ânimos se acirraram com a manobra política do prefeito. Disseminou-se um clima de revolta e angústia entre os trabalhadores e pessoas que faziam parte da mobilização.

Os manifestantes partiram em marcha pelas ruas da cidade, empunhando faixas, cartazes e palavras de ordem, pedindo providências para sanar os problemas do hospital. Percorreram as principais ruas de Itapuranga, com aproximadamente 600 pessoas, tendo como ponto de chegada a prefeitura municipal, local da audiência solicitada com a presidente do Cims. Porém, “não comparecem o prefeito, a 1ª Dama, os representantes da CIMS ou da CIS”.[197]

O não-comparecimento à reunião, por parte dos representantes municipais, foi uma tática de esvaziamento do movimento. No entanto, os manifestantes resolveram entrar no prédio da prefeitura e ocupar a sala da presidente do Cims local. O grupo manifestante, em meio aos funcionários, afirmaram que somente deixariam o local após a audiência com o prefeito e a presidente do Cims.

---

[196] Relatório da APSI, op. cit.
[197] Relatório da APSI, op. cit.

O clima ficou tenso, tanto por parte dos funcionários como por parte dos manifestantes. Passaram toda tarde e a noite toda ocupando o prédio. A repressão ao movimento veio no dia seguinte, por volta das nove horas da manhã. Os manifestantes foram retirados pela força policial das cidades de Goiás, Itapuranga e Itaberaí. Alguns manifestantes foram empurrados para fora do prédio, outros foram arrastados e jogados na calçada, outros foram ainda presos.

As ações autoritárias da polícia, em nome do prefeito, serviram como reforço para a manifestação do povo. Mesmo em meio às repressões sofridas, os trabalhadores encontraram motivação para levar adiante o seu movimento. Diante da intransigência e do não-recebimento dos manifestantes, estes resolveram acampar em frente ao prédio da prefeitura, permanecendo ali durante quinze dias, cobrando seus direitos.

Diante de toda essa manifestação, os trabalhadores conseguiram evidenciar os problemas do hospital, não só para a sociedade local, mas também no âmbito de todo o Estado, pois os jornais *O Popular e Diário da Manhã* passaram a fazer cobertura diária de toda a movimentação naquele local. As estações de rádio local e da capital também passaram a fazer a cobertura do movimento, com a participação ao vivo das pessoas envolvidas nas reivindicações.

*O Popular* noticiou como invasão e deu a seguinte explicação:

> *O motivo do protesto teve origem na negativa da Presidente da Comissão Municipal de Saúde, Edna Maria da Trindade, que é mulher do prefeito João Batista da Trindade, em assinar um*

> *convênio com a Associação Popular de Saúde, para o funcionamento do Hospital dos Trabalhadores Rurais.*[198]

A estratégia de permanência no local foi definida da seguinte forma: haveria um apoio logístico e humano do sindicato e da Diocese de Goiás ao movimento. Enquanto isso, uma comissão, com representantes de trabalhadores e grupos de apoio ao movimento, iria negociar com o prefeito uma solução para o conflito. As negociações não avançaram, devido à ingerência da primeira-dama e do prefeito municipal, que continuaram alegando que o movimento era feito por uma meia dúzia de partidários do PT.

Em entrevista a O *Popular*,

> *João Batista da Trindade disse que o número de acampados não soma 100 pessoas. "Não ultrapassa 80, durante o dia e cerca de uns 30 à noite", - disse, acrescentando que "essa turma de fanáticos não deixa de atrapalhar a administração, porque eles ficam gritando, durante todo o dia utilizando um sistema de som, fazendo um grande tumulto".* [199]

O prefeito dizia que *o* "convênio será assinado depois que eles entenderem que a associação que presidem deve ter representação de todos os segmentos da sociedade local e não apenas pessoas radicais militantes do PT".[200] Enfim, na visão do prefeito e da primeira-dama, o movimento não era legitimado pelos trabalhadores rurais, mas por interesse político-partidário.

Importante e salutar foi o apoio advindo da sociedade itapuranguense, atendendo aos apelos dos manifestantes. A população ajudou

---

[198] *O Popular*, out. 1987.
[199] *O Popular*, out. 1987.
[200] *O Popular*, out. 1987.

com alimentos e agasalhos, para que os manifestantes enfrentassem as noites frias, em frente ao prédio da prefeitura. Mais uma vez, os trabalhadores conseguiram sensibilizar a sociedade para com problemas enfrentados naquele momento, mesmo com a acusação de que o movimento como de baderneiros e partidários do PT.

Não poderíamos deixar de mencionar aqui a solidariedade que se estabeleceu entre os participantes, os quais revezaram na condução do movimento, ora ficando no acampamento, ora indo até as suas casas para buscar alimento para os manifestantes que ficaram na frente da batalha. Alguns traziam leite, arroz e feijão para ajudar a alimentação das pessoas que ficaram na liderança. Outros trabalhavam o dia todo nos serviços braçais da lavoura e iam à noite celebrar com os companheiros.

O apoio de outros segmentos da sociedade organizada foi também de grande valia: o reconhecimento por parte dos professores da rede pública de Itapuranga, dos alunos e profissionais liberais, que iam nas horas de folga para ajudar na mobilização.

A par da mobilização e tentando contrapor-se ao discurso e a acusação de que o movimento não era legitimamente de trabalhadores, Pedro Teodoro da Silva respondeu às acusações do prefeito, afirmando pertencer ao Partido dos Trabalhadores e que

> *[...] o acampamento reúne mais de 400 pessoas, distribuídas em três barracas, e só será desativado depois que for assinado o convênio. O maciço apoio que o movimento de protesto está recebendo da população, a exemplo da Sociedade São Vicente de Paula, igrejas locais, professores e políticos de diversos partidos, inclusive do PMDB.*[201]

[201] *O Popular*, out. 1987.

Durante os quinze dias de protesto, em frente ao prédio da prefeitura, várias reuniões se processaram. Nessas reuniões, a presidente da Cims continuou irredutível em sua opinião: na qual não assinaria o convênio, alegando que a associação não tinha caráter filantrópico e não estava atendendo aos interesses dos trabalhadores.

Em meio a tais negociações, alguns membros da Cims votaram a favor da assinatura do convênio. O ato abriu precedentes para que o Inamps viabilizasse a assinatura do convênio. Os vereadores mostraram-se favoráveis aos trabalhadores, bem como à assinatura do convênio.

Apesar da pressão, o convênio não foi assinado. Diante de tantas negativas, os manifestantes desistiram de esperar e abandonaram o acampamento na frente da prefeitura, no dia 31 de outubro de 1987. Mas o prefeito teve um desgaste político maior que o do movimento.

Dorvalino José de Campos procurou externar sua indignação em relação à atitude do prefeito, afirmando o seguinte:

> *Disse que as acusações da CIMS no sentido de que o hospital é partidário não corresponde a verdade, 'mesmo porque na Sociedade constituída para mantê-lo, além de membros das diversas entidades da sociedade civil, está um membro do Diretório do PMDB.*[202]

Com os trabalhos de mobilização mostrando a ingerência e os desmandos do prefeito, outros segmentos organizados da sociedade estadual se

[202] *O Popular*, 29 out. 1987.

posicionaram contra a atitude do prefeito e de deputados ligados ao seu partido – PMDB. A esse respeito a imprensa noticiou:

> *O sindicato dos Médicos do Estado de Goiás denunciou ontem a interferência política dos deputados Luiz Soyer e Ângelo Rosa, ambos do PMDB, no caso envolvendo os trabalhadores rurais de Itapuranga e a Comissão Interinstitucional de Saúde de Itapuranga. A entidade através de seus diretores manifestou irrestrita solidariedade aos trabalhadores rurais do município exigindo, ainda, que o Inamps assine o convênio com o hospital deles.*[203]

Após o término da manifestação, na Praça Castelo Branco, as questões não se resolveram. A repressão não tardou a acontecer, atingindo algumas pessoas consideradas líderes do movimento. As lideranças foram enquadradas em inquérito policial, acusadas de violação de domicilio e desobediência, tendo como vítimas do processo a primeira-dama de Itapuranga, Edna Maria da Trindade, e a administração pública. Na condição de indiciados estavam os trabalhadores que reivindicaram o convênio para a Apsi, o qual não fora assinado por ingerência da primeira-dama e da administração municipal.

Vinte e sete trabalhadores foram indiciados no inquérito policial instaurado. Na listagem de trabalhadores (figura IV), encontramos pessoas do campo e da cidade, que tiveram que responder pela ocupação da prefeitura municipal de Itapuranga.

**Figura IV - Relação dos Indiciados da Ocupação da Prefeitura de Itapuranga**

| ACUSADOS | PROFISSÃO |
|---|---|
| 1. Adelina Rocha Teixeira | Professora |
| 2. Alvino Fernandes de Lima | Agricultor |
| 3. Ângela Mares Rodrigues de Oliveira | Professora |
| 4. Antonio Honório Teixeira | Professor |

[203] *O Popular*, 29 out. 1987.

| | |
|---|---|
| 5. Baltazivar dos Reis e Silva | Técnico em laboratório |
| 6. Élson Antonio Dias Campos | Agrônomo |
| 7. Elza dos Anjos Parreira | Auxiliar em nutrição |
| 8. Ézio Honório Teixeira | Bancário |
| 9. Francesco Capponi | Padre |
| 10. Hélio Fernandes de Lima | Auxiliar em enfermagem |
| 11. Isacco Spinelli | Sacerdote |
| 12. Izabel Batistela Ferreira | Do lar |
| 13. José Pereira Guedes | Eletrônico |
| 14. José Venâncio de Camargo | Agricultor |
| 15. Lázaro Fernandes Borges | Lavrador |
| 16. Loudilina da Silva | Técnica em Enfermagem |
| 17. Márcio Divino Pimenta | Médico |
| 18. Maria da Silva Pires | Do lar |
| 19. Maria Ferreira Bononi | Professora |
| 20. Maria Helena Skovronski | Professora |
| 21. Maria Teixeira de Borba | Bancária |
| 22. Nello Bononi | Agricultor |
| 23. Paulo Antunes Horta | Médico |
| 24. Perpétua Maria de Camargo Gontijo | Professora |
| 25. Rita Cardoso da Silva | Do lar |
| 26. Sebastião Rafael Gontijo | Professor |
| 27. Sônia Ferreira de Souza Campos | Enfermeira |

Fonte: Termos de Ocorrências na Delegacia de Polícia Civil de Itapuranga (16/10/87)

Instaurado o inquérito, foram ouvidas as pessoas envolvidas. O inquérito traz informações importantes, no sentido de entender a dificuldade de concretização e assinatura de um convênio com AIS via prefeitura municipal. Encontramos no discurso da primeira-dama uma tentativa de qualificar os integrantes do movimento como autoritários, politiqueiros e de pessoas estranhas à sociedade. Assim afirma Edna Trindade:

> *Maria Ferreira Bononi, juntamente com um indivíduo desconhecido que se dizia ser médico; que os dois visitantes entregaram para a declarante uma carta, cujo conteúdo fazia uma intimação para que a declarante comparecesse em seu próprio gabinete no dia 16, cuja data iriam fazer uma passeata e inclusive pediram a declarante, ou melhor exigiram que a declarante assinasse o convênio solicitado pela Associação Popular de Saúde...*[204]

[204] Termo de declaração de Edna Maria Trindade, datado do 25/11/87.

Analisando atentamente o depoimento da primeira-dama, no inquérito policial, percebemos que houve uma tentativa de desqualificar a mobilização. Em todos os momentos, os manifestantes são acusados de estar invadindo o prédio da prefeitura, fazendo ameaças aos funcionários, de estarem planejando o seqüestro dos filhos da primeira-dama. Os trabalhadores foram considerados bandidos da pior ordem e, por isso, deviam ser retirados de circulação, pois os envolvidos não estavam representando um grupo de trabalhadores, mas apenas os interesses do PT.

No depoimento, encontramos menção ao que afirmamos anteriormente:

> *Os invasores durante o período da invasão que durou do dia 16 de outubro às 14:00 horas, ao dia 18 de outubro às 11:00 horas, em cujo período, dançaram, fizeram galinhada, jogaram baralho e cantaram quadras com palavras maldosas contra a pessoa da declarante... os objetivos de tal evento, não tinham nenhum interesse com relação à saúde da comunidade e sim interesses políticos-partidários, visto que trouxeram políticos do PT no Estado de Goiás, tal como Darci Accorsi, Atos Magno e Osmar Magalhães...*[205]

Como não poderia deixar de ser, os que se sentem *donos do poder* criaram um discurso para denegrir e retirar a legitimidade do processo. Estas observações podem ser visualizadas em todos os depoimentos, tanto da primeira-dama quanto das testemunhas arroladas por ela. Eram depoimentos acusando os manifestantes de estarem cometendo um crime e que os manifestantes eram pessoas de alta periculosidade, além de estarem participando da mobilização em nome dos interesses do PT.

---

[205] Idem.

O discurso de Edna Maria da Trindade se tornou o discurso dos funcionários e apadrinhados que trabalhavam na prefeitura. As testemunhas repetiam as mesmas palavras e idéias da primeira-dama.

Do lado dos trabalhadores, os indiciados não negaram a ocupação em nenhum momento. Reafirmaram que o acontecido foi motivado pela indiferença com que vinham sendo tratados, desde o momento em que a primeira-dama se negou a assinar o convênio das AIS com a Apsi, e que, mesmo notificada da manifestação, esta não se encontrava na prefeitura.

A fala de José Venâncio, em seu depoimento no inquérito policial, mostra o porquê de estarem acampados na porta da prefeitura municipal:

> *Na qualidade de associado da Associação Popular de Saúde de Itapuranga, assim como os demais participantes do movimento, permaneceram no Edifício da Prefeitura com o objetivo de entrar em entendimento com a 1ª. Dama e Presidente da CIMS, D. Edna Maria da Trindade, para que a mesma assinasse um convênio que possibilitasse o convênio do Hospital acima referido com o Inamps, possibilitando assim a aquisição de verbas daquele órgão para fazer frente ao atendimento das pessoas carentes deste município.*[206]

Percebe-se que as aspirações dos manifestantes iam no sentido da assinatura do convênio com o Inamps. Em todos os depoimentos, estava evidente que a mobilização e a manifestação eram em nome de uma solução financeira que pudesse dar continuidade aos trabalhos do hospital, que era muito importante não só para os excluídos do campo mas também para os pobres da cidade.

---

[206] Termo de declaração de José Venâncio de Camargo, datado de 14/01/88.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Se muitos desses "pobres" se negava o acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de "costumes". (...) Muitos costumes eram endossados e freqüentemente reforçados pela pressão e protesto populares.*
>
> E. P. Thompson

Ao tentarmos tecer algumas considerações finais sobre a pesquisa, faz mister dizermos que a proposta de recolocar os trabalhadores rurais como sujeitos da história foi nosso objetivo primordial, procurando vê-los como homens e mulheres que agem e organizam-se, com ou sem a ajuda dos grupos mediadores.

Revendo as problematizações iniciais e o texto no todo, temos a certeza de que os trabalhadores rurais são pessoas conscientes de suas ações. Aqui fica evidenciado que o velho conceito de "consciência de classe" torna-se desnecessária, pois os sujeitos sociais vão construindo seus "costumes", como diz Thompson, no viver do dia. Esse viver e conviver não acontecem somente no labor do serviço, mas também na relação com os amigos, vizinhos, nas comunidades de base, nas assembléias sindicais e partidárias, enfim, em todos os momentos do conviver social.

Daí acreditarmos que os trabalhadores são pessoas conscientes de seus atos, não precisando e necessitando de um organismo que os teleguiem ou

lhes formem a consciência, pois as experiências dos embates na vida vão acumulando e sendo transmitidos para as gerações seguintes. Nesse sentido, as lembranças que os trabalhadores rurais do Córrego da Onça trouxeram de seus pais, no caso daqueles que vieram de Minas Gerais, se constituíram em bandeira de luta para a permanência na terra.

Pensando assim, podemos afirmar que

> *A organização de um povo, no sentido de se constituir como sujeito ativo, construtor de sua história e libertação, é um processo lento, porém, gradativo, que passa por etapas enfrentando desafios, contradições, dificuldades de diversas naturezas e que exige tomada de posição, coragem, renúncia, humildade, respeito, e, sobretudo confiança e fé; para se manter, sobreviver, alcançar seus objetivos.*[207]

Cabe salientar que os enfrentamentos dos trabalhadores rurais, na região de Itapuranga, constituíram-se como parte da reação a um processo de exclusão que estes já estavam submetidos há vários anos. Nas fontes orais e escritas, apreendemos que as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores eram discutidas entre eles no trabalho, nos momentos de lazer, nas visitações e em outros momentos de sociacibilidade.

Como nos informa Dorvalino, mesmo antes da organização sindical, os trabalhadores já enfrentavam os patrões que os exploravam e os ameaçavam. Ele narra um fato no qual os trabalhadores, não tendo uma instituição que desse apoio e sustentáculo às suas reivindicações e necessidades, procuraram o promotor da cidade para que intermediasse a questão. Isso constituiu-se em uma das primeiras vitórias dos trabalhadores diante da exploração dos patrões.

---

[207] Editorial do jornal Xixá, editado sob a coordenação a Apsi.

> *Houve um pobrema com um pião do Benervão Terra, he, invorvido com o sindicato, nós já tava organizando o sindicato, só que nóis não tinha ainda, nem sindicato organizado, não tinha nem criado nem estatuto, nem nada, mais já tinha mais ou menos assim um grupinho que já fazia alguma reunião e aí teve uns pião do Benervar que entrou com ele na justiça, mas como nóis não tinha, he, organização, nós ainda levava pro promotor, sabe, o Benervar chegou até bate em pião né, ele gostava muito de chupar suor dos outro, pião trabaiava pra ele e ele não queria pagar e então já começamo organizá, mesmo antes de havê organização do sindicato já existia um grupinho que já discutia né.*[208]

A significação da narrativa deste trabalhador rural mostra como estes se constituíram no seu fazer-se. À medida que os embates foram se intensificando, os trabalhadores sentiram a necessidade de um órgão que pudesse dar legitimidade à sua luta. Daí o sonho de que o STR pudesse ajudar a solucionar os seus problemas.

Mas o que nos chama mais a atenção é o fato de que, em meio a uma região, na qual é significativa a mediação da Igreja do Evangelho, sob a coordenação do bispo diocesano d. Tomás Balduíno, Dorvalino ser atuante nas organizações dos trabalhadores e fazia parte da Assembléia de Deus. Desse modo, conseguiu conciliar a pressão exercida pela cúpula da igreja evangélica, que chegou a excluí-lo da igreja no final dos anos 70. Como disse em entrevista "que se padres e pastores viviam e comiam bem, o mesmo não acontecia com os trabalhadores rurais que sofriam e eram explorados para sobreviver".[209]

Nestas considerações, sentimos que este exemplo de vida foi e continua sendo um marco para a organização dos trabalhadores rurais no sentido de mostrar que estes fazem a sua história. Por isso, não devemos deixar de

---

[208] Dorvalino José Campos, trabalhador rural atuante nos movimentos sociais em Itapuranga, hoje assentado na Fazenda Mosquito, município de Goiás.
[209] Dorvalino José Campos, conforme entrevista.

perceber, nos atos de voluntariedade e participação, a ação de pessoas conscientes de suas atitudes, as quais acreditam que podem transformar a sociedade na qual vivem.

Pensando o trabalhador rural como sujeito do processo histórico, negamos as teorias que os excluem dessa ação. Diante disso, os exemplos por nós estudados, a organização dos posseiros do Córrego da Onça e os embates para se ter um centro de saúde popular, são momentos significativos para re-colocarmos esses sujeitos na história.

Evidentemente, não foram somente estes os enfretamentos dos trabalhadores. Porém, fizemos opção de trabalhar com estes dois momentos por considerá-los com uma maior significação e acreditando que o historiador cria o fato histórico. Mas a organização dos trabalhadores em Itapuranga está repleta de outros acontecimentos que comprovam a participação ativa do povo. Como exemplo, citamos a “organização da vaca”, das mães que se mobilizaram para obter, gratuitamente, leite para os filhos, dos meeiros que se organizaram para baixar o porcentual do arrendo; das várias mobilizações dos trabalhadores do corte da cana para empresa Pite; de uma Cooperativa, das associações de mini e pequenos agricultores familiares e, recentemente, da criação de uma Cooperativa de Agricultura Familiar.

Acreditamos ainda que um dos objetivos da nossa pesquisa foi o de contribuir com a história agrária, no sentido de mostrarmos mais uma ação significativa dos trabalhadores rurais agindo e constituindo-se como sujeitos do processo. Por isso, a história dos trabalhadores rurais de Itapuranga deve ser vista como um passo a mais na reconstituição da história do Brasil, com enfoques

regionais e locais, mostrando que o estudo da diversidade constituir-se-á no caminho a ser trilhado para a História do Brasil.

Enfim, constatamos também que a organização dos homens e das mulheres do campo foi um ato político. Na medida em que suas experiências foram sendo divulgadas entre os companheiros, outros conhecimentos foram sendo incorporados. O presente desses trabalhadores está carregado e constituído pelo passado que jamais fora negado por eles.

Corroborando nosso ponto de vista, Ricci afirma que

> *A sua luta presente, a sua conduta, são marcadas por este passado de resistência na terra. Esta história é que funda a ação e a representação sindicais. É a história da violência cotidiana, da dominação, da condenação à marginalização no processo de desenvolvimento.*[210]

Em suma, a história da resistência e organização dos trabalhadores rurais deve ser (re)visitada para que não se cometa o erro de se privilegiar a ação das instituições, como representantes destes, negligenciando a participação dos que enfrentaram e enfrentam a difícil trajetória de ser visto pelo sistema econômico vigente como um estorvo no processo de desenvolvimento.

Como visualizamos nos capítulos apresentados nesta pesquisa, os trabalhadores rurais são homens e mulheres que lidam, vivem e fazem a sua história. Essa evidência nos coloca diante de desafios: fugir aos modelos de análises que privilegiam a visão institucional; pesquisar tendo um constante diálogo com as fontes escritas e orais; e, acima de tudo, ver estes agentes como pessoas que lidam com o indiferente e contra uma sociedade envolvente que os oprime e tenta tirar-lhes sua resistência e organização.

---

[210] RICCI, Rudá, op. cit, p. 208

# BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC***.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

AMBROVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 2ª. ed., 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste.* São Paulo: Ática, 1989.

AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro PCB e as Ligas Camponesas 1955-64).* Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

BENJAMI, W. Sobre o conceito de história. In.: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Barsanufo Gomides. *O despertar dos dormentes.* Goiânia: Cegraf, 1990.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos***.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhias das Letras.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas.* Goiânia: Editora UFG, 1997.

CAMPOS, Itamy. *O coronelismo em Goiás.* Goiânia: UFG, 1987.

CARNEIRO, Maria E. Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas.* Coleção Teses Universitárias. Goiânia: editora UFG, 1988.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Ao Leitor Benevolente. In.: *Ideologia e mobilização Popular.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. CEDEC, 1978.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. Série fundamentos. São Paulo: Ática, 1995.

DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos Vencidos.* São Paulo, Brasiliense, 1981.

FALCÃO, Valmir. *Previdência do trabalhador rural*. s/ editora, s/ data.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína(Coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986.* São Paulo: Hucite, 1996.

LAMARCHE, Hugues. *A Agricultura Familiar.* 2ª. Edição, Campinas: editora Unicamp, 1997.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República".* São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo.* 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* 4ª edição. São Paulo: Vozes.

MENDONÇA, Sonia Regina. O ruralismo brasileiro – 1888-1931. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisita.* São Paulo: Contexto, 1992.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidade e rupturas no sindicalismo rural. In. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80.* São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 178.

PESSOA, Jadir de Morais. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel.* Campinas: Editora Alínea, 1999.

PESSOA, Jadir de Morais. A revanche camponesa. Goiânia: Editora UFG, 1999.

PETRINI, João Carlos. *CEBs*: um novo sujeito popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil.* São Paulo: Editora UNICAMP, 1999.

RODRIGUES, Leôncio M. Sindicalismo e classe operária. I*n:* FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em Cena: experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.* São Paulo: editora da UNICAMP, 1996.

SOUZA, João Carlos. *Na luta por habitação: a construção de novos valores.* São Paulo: Educ, 1995.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade. I***.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Oficinas da História,1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOTA, Antônio Pedro. *Contestado: a guerra do novo mundo. Tudo é História.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª. ed., 1978.

VIEIRA, Maria P. Araújo; PEIXOTO, Maria do R. Cunha; KHOURY, Yara Maria A. *A pesquisa em História.* São Paulo: Ática, 1989.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade - na história e na literatura.* São Paulo, Cia das Letras, 1989.

## ARTIGOS E REVISTAS

AMADO, Janaína. *O Grande Mentiroso*: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. In: Revista História**.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura, e História Social: Historiografia e pesquisa*. In: Revista Projeto História*.* 10, EDUC, São Paulo, 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de Classe ou história do povo?* In: História e Perspectiva: Revista do curso de História da UFU. nº. 6, jan/jun, 1992.

FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular:* história de classe ou história do povo? In. Revista História & Perspectivas, UFU, jan/jun, 1992.

FENELON, Déa Ribeiro. *Trabalho, Cultura e História Social:* perspectivas de investigação. In: Revista Projeto História, 4, EDUC, São Paulo, 1985.

DUARTE, Lyz Elizabet Amorim Melo. *A participação da Igreja Católica na questão agrária no Brasil.* In. Ciências Humanas em Revista. V.2, ½ - jan/dez, 1991.

## DISSERTAÇÕES E TESES

LUNARDI, Vera Lucia. *As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás.* Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado), 1999.

DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás.* São Paulo: USP, 1998, (Tese de Doutorado).

COELHO, Marilene Aparecida. *O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício, 1974-1992*. Goiânia: UFG (Dissertação de mestrado).

# JORNAIS

DIÁRIO DA MANHÃ, 15 de outubro de 1982.
DIÁRIO DA MANHÃ, 16 de junho de 1983.
DIÁRIO DA MANHÃ, 17 agosto de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 22 de junho 1983.
DIÁRIO DA MANHÃ, 24 de outubro de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 3 de outubro d 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 30 agosto de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 30 de junho de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 30 de março de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 31 de agosto de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 4 de novembro de 1980.
DIÁRIO DA MANHÃ, 5 outubro de 1980.
JORNAL OPÇÃO, 17 de agosto de 1980.
JORNAL OPÇÃO, 9 de outubro de 1980.
JORNAL OPÇÃO, s/ d.
O POPUALR, 11 de abril de 1981.
O POPULAR, 16 de junho de 1982.
O POPULAR, 19 de agosto de 1986.
O POPULAR, 24 de agosto de 1986.
O POPULAR, 25 de junho 1986.
O POPULAR, 29 de outubro de 1987.
O POPULAR, 8 de outubro de 1986.
O POPULAR, outubro de 1987.

# PERIÓDICOS

BOELETIM DIOCESANO, setembro de 1981.
BOLETIM DIOCESANO, agosto de 1980.
BOLETIM DIOCESANO, dezembro de 1979.
BOLETIM DIOCESANO, dezembro de 1979.
BOLETIM DIOCESANO, dezembro de 1980.
BOLETIM DIOCESANO, maio de 1980.
BOLTEMI DIOCESANO, outubro de 1979.
CAMINHADA, setembro de 1982.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, 23 de maio de 1989.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, jan/fev de 1989.
CAMINHADA, BOLETIM DIOCESANO, junho de 1987.
CAMINHADA, BOLTIM DIOCESANO, julho/agosto de 1987.
CAMINHADA, maio de 1989.
CAMINHADA, mar/abr. de 1984.
O LAVRADOR, BOLETIM DA OPOSIÇÃO SINDICAL DO STRI, março de 1980.
O LIBERTADOR, BOLETIM DO STRI, setembro de 1979.
O LIBERTADOR, BOLETIM DO STRI, dezembro de 1980/ janeiro de 1981.
O LIBERTADOR, BOLETIM DO STRI, maio de 1980.
O LIBERTADOR, INFORMATIVO DO STRI, 5 outubro de 1980.
O XIXÁ, boletim informativo da APSI.

## FONTES ORAIS

### ENTREVISTADOS

**José Augusto Caixeta** – entrevista realizada em sua propriedade familiar, na região da Campininha. Participou de várias lutas em prol dos trabalhadores rurais, hoje, preside a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.

**João Justino** – migrante mineiro que veio com o sonho de conseguir um pedaço de terra. Tem uma mini propriedade na fazenda Goiabal. Foi membro do Stri e hoje, pertence a Associação dos mini e pequenos produtores da região de Ana Félix e Campinas.

**Dona Maria Lopes** – Esposa de José Lopes, filho de Manuel Lopes. Vive na região com pequena produção; os filhos deste casal estão quase todos morando na cidade de Itapuranga ou Goiânia.

**Dona Santana –** irmã de dona Preta. Participou das mobilizações em prol da permanência destes na Fazenda Córrego da Onça.

**Dona Preta** – filha de Manuel Lopes. O seu pai era um dos mais antigos posseiros da fazenda Córrego da Onça. Hoje vive em uma pequena propriedade herdado do pai, juntamente com sua irmã Maria.

**Perpétua Maria** – foi agente de pastoral, ajudou na mobilização da fazenda Maria Alves e na organização por um centro de saúde popular. Professora aposentada, continua atuando nos trabalhos pastorais da Igreja Católica como membro da Pastoral da Saúde.

**Maria Pereira dos Santos** – foi presidente do Stri por dois mandatos. Elegeu-se vereadora em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores. Presidiu a primeira Associação de Mulheres trabalhadoras rurais da região. Preside hoje, o Conselho de desenvolvimento rural – Pronaf.

**Dona Zilda** – atuou em vários movimentos dos trabalhadores rurais, principalmente na região da Guaraíta. Hoje é tesoureira do Stri. Participou da pastoral da saúde e dos movimentos de luta pela Associação Popular de Saúde.

**João Venâncio** – veio para Goiás com o sonho de ter a terra. Vive ainda hoje na propriedade que foi litígio com o sr. Fiote Caiado. Era um dos principais líderes dos trabalhadores no momento da luta.

**Dorvalino José** – um dos principais articuladores da mobilização dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Presidiu o Stri por dois mandatos. Evangélico, hoje vive em sua propriedade no assentamento Mosquito, no município da Cidade de Goiás. Preside a Cooperativa dos Assentados desta região.

**Antonio Tavares** – advogado formado em Anápolis. Passou a atuar na luta dos trabalhadores rurais depois que retornou para Itapuranga. Militante do PT, foi advogado do Stri. Hoje é professor na UEG-Itapuranga e presidente da regional da OAB local.

**João Benfica** – foi presidente do Stri de Itapuranga na época da oposição sindical. Passando a atuar mais do lado dos trabalhadores. Hoje é comerciante em Itapuranga e vereador eleito em 2000.

Pedro Geremias – trabalhador rural que participou da luta na fazenda Córrego da Onça. Hoje, aposentado, vive em Itapuranga. Depois de dois anos da conquista da terra, vendeu seu direito devido a desentendimentos familiares e veio para a cidade.

**Dona Geraldina** – cunhada de Cândido de Barros, mora ainda nas terras que foram posses adquiridas com a resistência dos homens e das mulheres da fazenda Córrego da Onça.